

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

UM ESTUDO SOBRE O SETOR INFORMAL URBANO
E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO

Maria Cristina Cacciamali Souza

Orientador: Prof. Dr. Roberto Brás Matos Macedo

Tese apresentada à Faculdade de Economia e
Administração da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de DOUTOR EM
ECONOMIA.

SÃO PAULO
- 1982 -

Aos nossos anos 80.
À Agnes pelo estímulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1	14
SETOR INFORMAL: UM CONCEITO CONTROVERTIDO.....	14
1.1 A ORIGEM DA DEFINIÇÃO DO SETOR INFORMAL	16
1.2 A INTERPRETAÇÃO DO PREALC	19
1.3. A ABORDAGEM SUBORDINADA.....	22
CAPÍTULO 2	25
SETOR INFORMAL: UMA ABORDAGEM INTERSTICIAL E SUBORDINADA.....	25
2.1. O SETOR INFORMAL NESTE TRABALHO.....	26
CAPÍTULO 3	36
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DAS DEFINIÇÕES E AFIRMAÇÕES A RESPEITO DO SETOR INFORMAL	36
3.1. AS FORMAS USUAIS DE MEDIR O SETOR INFORMAL.....	37
3.2. ALGUMAS QUALIFICAÇÕES SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DO SETOR INFORMAL.....	39
CAPÍTULO 4	47
A HETEROGENEIDADE E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO	47
4.1. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO	48
4.2. IMPACTO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM LARGA ESCALA SOBRE O TRABALHADOR	51
CAPÍTULO 5	59
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA PESQUISAS SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E NÍVEIS DE RENDA.....	59
5.1. UTILIZAÇÃO PRÁTICA DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS	61
5.2. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: A CLASSIFICAÇÃO SOB AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO	63

5.3. CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CAPTAR DIFERENTES GRAUS DE QUALIFICAÇÃO	73
5.4. CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ENQUADRAR OS RAMOS DA PRODUÇÃO	74
CAPÍTULO 6	77
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: TRABALHADORES ASSALARIADOS E AUTÔNOMOS.....	77
6.1. POPULAÇÃO AMOSTRADA, CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS TRABALHADORES AMOSTRADOS E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	78
6.2. COMPARAÇÃO ENTRE TRABALHADORES ASSALARIADOS E AUTÔNOMOS: TESTES EMPÍRICOS	85
6.3. UMA APLICAÇÃO DO COEFICIENTE DE CONCORDÂNCIA DE KENDALL	99
CONCLUSÕES, CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL E SETOR INFORMAL.....	108
BIBLIOGRAFIA	116
ANEXO ESTATÍSTICO.....	123

APRESENTAÇÃO

O ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo é a existência de segmentação na produção aqui entendida como contínua diferenciação de atividades produtivas – de formas de organizar a produção e o trabalho, de processos produtivos e de trabalhos e de atributos requeridos para exercê-lo – e com este pano de fundo conceitua-se o termo Setor Informal e desenvolve-se o quadro metodológico que irá originar um conjunto de elementos empíricos sobre os trabalhadores no Município de São Paulo em 1980. O Setor Informal é aqui associado com as formas de organizar a produção, que não tem como motor o trabalho assalariado, ou seja, considera-se Setor Informal como o conjunto de produtores que, de posse dos meios de trabalho, desenvolvem suas atividades baseadas na própria força de trabalho. O quadro metodológico, por sua vez, foi desenvolvido com a finalidade de refletir espectros de formas dos indivíduos participarem da produção – proprietários, assalariados e trabalhadores por conta própria -, qualificados por aspectos referentes: requisitos para o trabalho – idade, sexo e escolaridade –, condições de trabalho – vínculo jurídico, qualificação, horas trabalhadas e tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade – e níveis de renda. Decorre da análise empreendida, dos elementos empíricos coletados, bem como dos testes hipotéticos aplicados, que não se pode afirmar serem os trabalhadores informais, sob a conceituação aqui adotada, proporcionalmente a massa de trabalhadores que detêm os mais baixos requisitos e as piores condições de trabalho e níveis de renda no Município de São Paulo. Propostas de políticas de emprego e renda específicas para o Setor Informal não são priorizadas por este estudo, visto esse Setor ocupar espaço econômico intersticial e subordinado aos movimentos das firmas capitalistas. Além do que, no caso do Município de São Paulo em 1980, a maioria dos trabalhadores é assalariada e compõe parcela significativa dos que exercem o trabalho em condições e níveis de renda precários.

Agrade-se à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), cujo apoio financeiro possibilitou a elaboração desta pesquisa.

Agradece-se também aos Profs. Drs. José Tiacci Kirsten – Coordenador do Projeto FINEP/IPE, Roberto Brás Matos Macedo – Orientador do trabalho de doutoramento, José Paulo Z. Chahad., Carlos Antonio Luque, Ana Maria Bianchi, Ivo Torres e Maria Elisete Licursi pelas leituras e discussões realizadas durante as etapas preliminares deste estudo.

Maria Cristina Cacciamali
09/82

ABSTRACT

The starting point for the development of this study is the existence of segmentation in the production, understood herein as a continuous fashion of differentiation in productive activities. With this background define the term *Informal Sector* and develop a methodological picture that will result in a set of empirical elements about the workers in São Paulo in 1980. The *Informal Sector* is herein related to the ways of organizing the production that do not have, as its drive, the work payed on the basis of wages. Therefore, the Informal Sector is considered as a set of *producers* that by possessing the means of work develop their activities in their own labour force. The methodological picture, was developed with the purpose of reflecting a spectrum of ways of individual participation in the production – owners, wage workers and independent workers – desegregated by specific work requirements – age, sex and education -, conditions – legal ties, qualification, hours worked and duration in the position in his job or activity – and income levels.

Considering the empirical elements gathered and the hypothesis tested, one can not state that the independent workers – or the *Informal Workers*, under the definition adopted herein constitute the mass of workmen who are the unqualified and have the worst working conditions and income levels in São Paulo. Proposal concerning job policies and income policies which are specific for the Informal Sector are not emphasizes in this study due to the fact the refereed sector occupies and interstitial economic space and depends on the movements of capitalistic enterprises. We should also note that in the case of São Paulo in 1980, the majority of workmen work on a wage payment basis and make us a significant part of those who perform their works under precarious conditions and low income level.

INTRODUÇÃO

Os anos 70 marcam-se pela eclosão de interpretações críticas sobre o desenvolvimento da produção e suas inter-relações com o mercado de trabalho. Algumas correntes teóricas rejeitam as hipóteses de homogeneidade, livre opção e mecanismos de mercados como condizentes para explicar a dinâmica do mercado de trabalho nos países capitalistas avançados. A explicação de que os pobres são *pobres de características pessoais*, tão a gosto dos seguidores da teoria do capital humano, passa a sofrer críticas mais intensas. As análises duais, características para explicar a produção do mundo atrasado, são reinterpretadas e passam a ser aplicadas para o estudo do mercado de trabalho, em especial urbano, dos países *adiantados*.¹

O entendimento da dinâmica da produção nos países subdesenvolvidos também passa por transformações. O setor *tradicional* para alguns economistas acadêmicos, e para outros que em instituições internacionais estudavam o desenvolvimento econômico, passa a ser visto não apenas como resíduo do passado, mas fruto do mesmo processo de desenvolvimento econômico que cria o setor *moderno*. Uma nova roupagem e denominação lhe são dadas: Setor Informal:² termo aplicado ao mercado de trabalho urbano e que, em sua origem, significa *a maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais*.³

Sendo que a maior parte das atividades no Setor Informal são economicamente eficientes e lucrativas, apesar de pequenas na escala e limitadas por tecnologias simples,

¹ Refere-se, aqui, à literatura americana sobre segmentação do mercado de trabalho que encontrou maior penetração nos meios acadêmicos a partir dos últimos anos da década dos 60. Resenhas a respeito dos diversos conjuntos de enfoque podem ser encontradas em: Cain, G.C. (1976), *The Challenge of Segmented Labor Market Theories to Orthodoxy Theory: A Survey*, in J.E.L., vol. 4, nº 151, dez., p. 1215/1257. Lima, R. (1980), *Mercado de Trabalho: O Capital Humano e a Teoria da Segmentação* in P.P.E., vol. 10, nº 1, abril, p. 217/272.

² *Nós descrevemos estes dois setores urbanos como sendo formal e informal. Esta designação não pretende contribuir para uma proliferação acadêmica de rótulos; nós queremos encontrar uma terminologia analítica que descreva a dualidade, evitando a discriminação contra o setor de baixa renda que é inerente à dicotomia moderno-tradicional. Ambos os setores são modernos, ambos são consequência da urbanização que ocorreu em Kenya ao longo dos últimos 50 anos. Citado em OIT (1972), *Employment, Income and Equality. A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*, Genebra, p. 503/504.*

³ OIT (1972), *op. cit.*, p. 6.

*pouco capital e falta de vínculos com o Setor Formal.*⁴ Além disso, esse Setor compreende uma variedade de carpinteiros, pedreiros, alfaiates, negociantes, varejistas e artesões, bem como cozinheiros e motoristas de táxi.⁵

Tanto a definição como os elementos apresentados para caracterizar o Setor Informal dão margem a ângulos interpretativos diversos, pois cada uma das condições enumeradas para caracterizar esse setor, assim como o seu conjunto, não se dá, em geral, nem com a mesma intensidade, nem simultaneamente.

A interpretação que está sendo adotada neste trabalho é a de abstrair, entre as condições que compõem a definição, aquelas que se referem à forma de organização da produção, acreditando-se que tal abordagem é a que mais se aproxima da conceituação original.⁶ O Setor Informal, nesse enfoque, reflete os trabalhos realizados por produtores que, de posse dos meios de produção, se valem do trabalho familiar, ou de alguns ajudantes, para dar fim às suas atividades. Em outras palavras, neste Setor, as formas de organização da produção não se baseiam na força do trabalho assalariado. No entanto, o entendimento e a aplicação do termo Setor Informal não seguem marcadamente este caminho.

A denominação *Setor Informal* foi rapidamente generalizada em estudos da OIT a partir dos anos 70, incorporada nos informes técnicos de outros órgãos internacionais, nos discursos governamentais e pela literatura acadêmica, compondo discussões sobre padrões de crescimento econômico nos países economicamente atrasados, perfis de distribuição de renda que lhes estão associados e políticas de emprego e renda. Com o intuito de propor políticas que aliviassem a pobreza e a desigualdade social nos países economicamente atrasados, e a necessidade de construir uma categoria que encerrasse os mais pobres nesses países, o Setor Informal passa então a ser geralmente associado a conjuntos de indivíduos que, no interior do quadro social, detêm baixos níveis de renda.⁷

⁴ OIT (1972), *op. cit.*, p. 7.

⁵ OIT (1972), *op. cit.*, p.7

⁶ O conceito forma de organização da produção está sendo entendido como organização do processo produtivo sob a ótica e os cortes da propriedade, volume e qualidade dos meios de produção e uso da força de trabalho.

⁷ Resenhas sobre o Setor Informal podem ser encontradas em Sethuraman, S.V. (1976), *El Sector Urbano no Formal; Definicion, Medicion y Políticas*, RIT, vol. 94, nº 1, julho/agosto. PREALC (1978), *Setor Informal: Funcionamento y Políticas*, Santiago. Manzudmar, D. (1976), *The Urban Informal Sector in World Development*, vol. 4, nº 8, p. 655/679. Moser, C.O.N. (1978), *The Informal Sector or Petty Commodity Production: Autonomy or Dependence in Urban Development*, in *World Development*, vol. 6, nº 9/10, p. 1040/1059, Development Planning Unit, University College, London. Tokman, V.E. (1978), *An Exploration into the Nature of Informal-Formal Sector Relationships in World Development*, vol. 6, nº 9/10, outubro, p. 1065/1076.

O Setor Informal é entendido, neste estudo, como o trabalho autônomo que existiu e persiste até os dias de hoje, intersticialmente, no interior da produção capitalista. A pequena produção ou o trabalho autônomo foi e é, continuamente, destruído pela imposição capitalista, pela expansão das firmas em busca de lucros, pelos avanços tecnológicos e pelos níveis de produtividade logrados. A produção capitalista, no entanto, mesmo em escala oligopólica, não conseguiu destruir essa forma de organizar a produção, mas sim recriá-la, sendo que esta recriação se dá sob a forma de inúmeros trabalhos autônomos, que podem ser constatados na produção de qualquer país capitalista:

Existem ainda sobrevivências do tipo de produtor-proprietário, chamados trabalhadores por conta própria, de acordo com o senso populacional britânico, que os registra como representando 5% da população trabalhadora (uma classe que tem mais importância noutros países capitalistas, tanto na Europa como na América, do que propriamente na Grã-Bretanha).⁸

... os serviços domésticos e de reparação que se destinam às unidades domésticas (em el hogar) estão organizados em empresas, apesar de que subsistem algumas pessoas que executam essas tarefas por conta própria. Da mesma maneira, os profissionais estão organizados em firmas em proporção muito maior que em nossos países (América Latina), apesar de que também subsistem algumas pessoas que trabalham de forma independente. Isso se reflete, por exemplo, na proporção de trabalhadores por conta própria sobre o total da força de trabalho: nos países subdesenvolvidos essa proporção se situa, em geral, acima dos 30% (México, 35%, Venezuela, 30%, Jamaica, 31%, Honduras, 35%, Equador, 41%).

Por outro lado, esta participação não supera 20% nos países desenvolvidos sendo, contudo, significativa (Japão, 19%, França, 15%, Estados Unidos, 11%, Suécia, 11%).⁹

Dentro da perspectiva aqui adotada, a persistência do trabalho autônomo não implica ocupação livre do espaço econômico, mas sim que esta ocupação se dá de forma subordinada, ao toque da penetração e avanços das firmas capitalistas sobre os ramos da produção existentes e sobre aqueles criados. A justaposição assimétrica e subordinada do Setor Informal às formas de organização da produção capitalista lhe imprime restrições

⁸ Dobb, M. (1975), *Capitalismo, Ontem e Hoje*, 3ª Edição, Ed. Estampa, Lisboa, p. 19/20 (grifos desta autora).

⁹ Tokman, V.E. e Souza, P.R. El Sector Informal Urbano em Algunas Ciudades: Asunción in *PREALC* (1978), *op. Cit.*, p. 146, rodapé (3). (Grifos e parênteses desta autora).

ao desenvolvimento das atividades que o compõem e às condições de trabalho e níveis de renda auferíveis pelos indivíduos nele incluídos.

O pressuposto principal para o desenvolvimento deste trabalho é a existência de segmentação na produção e sobre este conceito impõem-se, agora, algumas idéias. A segmentação é vista, aqui, como consequência de características que emanam do modo de produção capitalista. A produção norteada pela acumulação provoca o movimento incessante de criação, ampliação e crescimento dos ramos da produção, isto é, da divisão social do trabalho. A concorrência intercapitalista, conjugada pelo progresso técnico e conduzindo ao processo de concentração e centralização do capital, vem acompanhada pela mobilidade – trabalho livre – e controle sobre o trabalho e resume-se, nos dias de hoje, a uma intensa divisão de trabalho. Visualiza-se, então, a contínua diferenciação de atividades produtivas – e, dentro delas -, de formas de organizar a produção e o trabalho, de processos produtivos e de trabalho, e de qualificações e habilidades do trabalhador. Essa diversidade apresenta-se como uma segmentação, aqui entendida como um processo de diferenciação da estrutura produtiva e dos atributos dos trabalhadores.

O desenvolvimento do processo de produção recompõe, continuamente, a segmentação, redimensionando, quantitativa e qualitativamente, o espaço econômico, a totalidade das atividades econômicas e sua forma de organização, e os postos de trabalho e atividades disponíveis. Abstrações analíticas dentro do conceito exposto podem ser feitas sob diversos ângulos, respeitado o objeto de estudo escolhido pelo pesquisador.

O impacto deste movimento sobre o Setor Informal Urbano – nosso objeto de estudo – é que, ao mesmo tempo em que recompõem as relações entre as grandes e pequenas firmas capitalistas, também se recompõem as relações entre as formas de organização da produção capitalista e seus interstícios, a nível de outras relações de produção – como compra e venda de bens e serviços, mobilidade do trabalho, acesso ao mercado, qualificação do trabalho etc. É um único movimento que fortalece, mantém, cria ou destrói atividades produtivas, sejam elas organizadas sob quaisquer formas. Assim, estas relações devem ser analisadas em função do desenvolvimento econômico encerrado em uma dada realidade e pelas especificidades que delas derivam.

No caso brasileiro, nos dias de hoje, a coexistência entre oligopólios multinacionais, nacionais privados e estatais, subordinando firmas capitalistas menores e demais formas de organização da produção, se manifesta de forma heterogênea e contrastante. Isto é provado, em parte, pelas características do padrão de crescimento econômico em movimento nos últimos três decênios. As qualificações deste processo,

apresentadas a seguir, embora sucintas, têm relevância por sua incidência sobre as formas de organização da produção e do trabalho atualmente, em especial sobre o Setor Informal e no Município de São Paulo.

O desenvolvimento ocorrido no país nestes últimos trinta anos, cujos traços econômicos enlaçam mecanismos financeiros e a importação da matriz tecnológica dos países economicamente avançados, ao contrário de certas afirmações¹⁰ induziu ao assalariamento elevado contingente de trabalhadores e, com a defasagem salarial em relação à produtividade gerada, originou um imenso processo de acumulação.¹¹

O caráter da industrialização baseada em bens de consumo duráveis, cuja correspondência ao nível da distribuição de renda foi de maior concentração, trouxe consigo a importação da matriz tecnológica acoplada à organização do trabalho assalariado em larga escala, com a subsequente modificação de todo o quadro produtivo. Geram-se e/ou recriam-se atividades, nos diversos ramos da economia urbana, ligadas aos setores industriais mais modernos, às necessidades gerais da produção e daquela em larga escala, às necessidades ou capacidades do perfil de renda resultante e às necessidades sociais decorrentes do próprio desenvolvimento econômico.

Para o âmbito do presente trabalho, no interior desta dinâmica econômica, destaca-se o Setor Serviços. Tal relevância explica-se pelas profundas modificações que sofre em sua composição, pela plasticidade em se adequar aos avanços das modificações da produção e, ainda, pelo fato de ser neste Setor que persistem e existem as maiores possibilidades de trabalhos autônomos, frutos da especificidade do serviço, do reduzido tamanho do mercado e/ou da inexistência de uma tecnologia apropriada para exploração em larga escala.

Dentre os ramos da produção que se desenvolveram neste Setor, destacam-se aqueles que se ampliaram em decorrência da expansão industrial: revenda, assistência técnica, postos de venda, grande comércio em geral, transportes, comunicações, infraestrutura básica urbana, financiamento, atividades de apoio à administração e ao planejamento. É necessário ressaltar que, à medida que a produção em larga escala se desenvolve, estas atividades podem estar tanto concentradas na própria firma demandante, como em firmas criadas para a prestação específica do serviço, e/ou em

¹⁰ *O traço mais característico do processo de desenvolvimento da América Latina, nas últimas décadas, é o baixo ritmo de criação de postos de trabalho produtivo, apesar de haver-se alcançado um crescimento apreciável do produto*, in Tokman, V.E. e Souza, P.R. (1976), *El Sector Informal Urbano em América Latina* in *RIT*, vol. 94, nº 3, nov/dez, p. 385. Outras citações podem ser encontradas, por exemplo, em *PREALC* (1978), *op. cit.* p.6.

¹¹ F.IBGE (1979), *Indicadores Sociais*, Tabelas Seleccionadas, R.J., p. 55.

mãos de trabalhos autônomos. Outros ramos da produção ampliaram-se ou surgiram ligados ao perfil de distribuição de renda, como, por exemplo, aqueles vinculados ao padrão de consumo das famílias e dos indivíduos – lazer, diversões, tratos pessoais em geral, restaurante, lanchonetes, pequeno comércio, artesanato – ou à reparação de bens duráveis – residência e imóveis em geral, eletrodomésticos, veículos etc. Finalmente, para atender necessidades decorrentes do próprio crescimento econômico, outro conjunto de ramos de produção desenvolveu-se, destacando-se, neste caso, aqueles ligados à infraestrutura física urbana, à educação e à saúde.

É com este pano de fundo que o presente trabalho pretende contribuir para o debate teórico sobre o Setor Informal Urbano, bem como apresentar evidências empíricas para o Município de São Paulo e subsídios que colaborem para a formulação de políticas econômicas, de emprego e de renda. Perseguem-se tais propósitos por meio de um duplo desdobramento. Por um lado, retoma-se a origem do termo Setor Informal – associado a trabalho autônomo – e sistematizam-se argumentos que qualificam a afirmação, corrente na literatura econômica sobre mercado de trabalho, de que este Setor absorve, na produção urbana, grande contingente de trabalhadores que retêm baixos níveis de renda. Por outro lado, o número de assalariados, a concentrada distribuição de renda no país, as reivindicações sindicais e as estatísticas sobre salários são pistas de que o recebimento de rendas relativamente baixas não é característica exclusiva do trabalhador autônomo, mas comum também ao assalariado. Surge, então, a questão "em que proporções se estendem às situações precárias de trabalho e às baixas remunerações entre estes grupos de trabalhadores?" Assim, no intuito de esclarecer a questão e, na ausência de estatísticas oficiais, construiu-se, simultaneamente, um arcabouço conceitual adotado, um quadro metodológico que desembocou num levantamento de campo realizado no Município de São Paulo entre janeiro e fevereiro de 1980, de tal forma a captar as informações necessárias para comparar a situação e os níveis de renda entre trabalhadores autônomos e assalariados. O objetivo deste estudo é, em primeiro lugar, apresentar o conceito Setor Informal associado a trabalhadores por conta própria que ocupam espaço econômico intersticial, integrado e subordinado aos movimentos das firmas capitalistas, e, em seguida, verificar em que medida os trabalhadores por conta própria no Município de São Paulo apresentam características pessoais (idade, sexo, escolaridade), condições de trabalho (qualificação, tempo de permanência na atividade, horas médias trabalhadas por dia, vínculo jurídico) e níveis de renda diferentes daquelas apresentadas pelos trabalhadores assalariados. Assim, a pergunta que se pretende responder é: será que os

trabalhadores por conta própria apresentam características pessoais, condições de trabalho menos favorecidas e auferem menores rendimentos que os trabalhadores assalariados?

Esse conjunto de indagações é abordado nos seis capítulos que compõem este trabalho. Nos dois primeiros, fixa-se a perspectiva conceitual pela qual se encara o Setor Informal. No capítulo terceiro, contrapõem-se diversas formas de mensurar o Setor Informal urbano e afirmações freqüentes sobre o comportamento deste Setor à conceituação teórico-metodológica adotada por este estudo. Desenvolve-se, no capítulo quarto, o entendimento que está sendo adotado sobre a segmentação na organização do trabalho assalariado, com a finalidade de fornecer a base para a construção das diversas formas de participação dos assalariados na produção, tal que se possa comparar a situação de trabalho entre esses dois grupos, trabalhadores assalariados e autônomos.

O elo de ligação entre a abordagem conceitual e as evidências empíricas que se apresentam é o conteúdo do capítulo cinco, em que se expõe os pressupostos metodológicos que conduzem à construção das diversas formas de participação na produção e as classificações adotadas e os procedimentos utilizados na pesquisa de campo.

No capítulo sexto, apresenta-se a descrição do quadro empírico e os testes realizados para evidenciar diferenças entre características, situação de trabalho e níveis de renda entre os trabalhadores assalariados e autônomos.

Finalmente, como conclusão, considera-se algumas propostas e conseqüências das intervenções governamentais sobre o Setor Informal.

CAPÍTULO 1

SETOR INFORMAL: UM CONCEITO CONTROVERTIDO

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a origem do conceito Setor Informal e, a partir deste, o eixo teórico de cada grupo de definições, as suas diversas interpretações e respectivas implicações sobre estratégias de desenvolvimento econômico e políticas de emprego. O objetivo não é resenhar exhaustivamente a literatura sobre o tema, mas expor as linhas mestras e gerais do conjunto de interpretações diretamente ligado aos itens específicos deste estudo.

A falta de um marco conceitual rigoroso que pode ser observada ao longo desta apresentação resulta, em parte, do próprio desenvolvimento teórico da categoria Setor Informal. A inexistência de uma conceituação teórica que desembocasse numa definição precisa, a qual permitisse procedimentos de mensuração comparáveis, o emprego deste novo termo sem maiores questionamentos teóricos e os inúmeros trabalhos preocupados principalmente em estimativas estatísticas sobre a dimensão e a composição do Setor, implicaram em um uso difuso e pouco rigoroso do termo.

A denominação Mercado de Trabalho Informal foi empregada pela primeira vez por Hart em estudo sobre Ghana¹; contudo, há que se destacar, em primeiro plano, a interpretação que surge dos estudos realizados pela OIT – Organização Internacional do Trabalho – sob o marco do Programa Mundial de Emprego. Este programa iniciou-se em 1969 e, entre outros objetivos, visava propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que observassem como variável-chave a criação de empregos, ao invés do crescimento rápido do produto. Deriva desse programa um conjunto de missões e convênios internacionais em diversos países, que tentam analisar as questões do emprego e da renda sob este enfoque.²

Um marco importante para a delimitação teórica – definição e natureza do Setor Informal e suas relações com o conjunto da economia – está situado no relatório da OIT

¹ Apud Sethuraman, S.V. (1976), op. cit. A rigor, A Dissertação de Mestrado de Machado, L. A. (1971), utilizou paralelamente a Hart esta terminologia; contudo, pelo meio restrito em que circulou não se lhe atribui, em geral, a primazia da definição.

² Destacam-se, entre outros, os trabalhos: OIT (1970) sobre a Colômbia, OIT (1971) sobre Sri Lanka, OIT (1972) sobre o Kenya, OIT (1972a) sobre a Costa Rica, OIT (1973) sobre o Iran, OIT (1973a) sobre as Filipinas, PREALC (1973) sobre o Paraguai, PREALC (1973a) sobre San Domingos, PREALC (1973b) sobre a Nicarágua, PREALC (1974a) sobre o México, PREALC (1974b) sobre San Salvador e PREALC (1974c) sobre Panamá.

sobre Emprego e Renda em Kenya.³ A finalidade da conceituação apresentada neste relatório era construir uma categoria de análise que descrevesse as atividades geradoras de uma renda relativamente baixa e aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres no meio urbano. Em seguida, por meio de políticas de emprego e renda específicas e dirigidas a estes grupos, caracterizados como grupos metas, poder-se-ia minorar a sua situação de pobreza e as desigualdades de renda ali observáveis. O relatório de Kenya é aqui adotado como marco para discussão do conceito Setor Informal, por detalhar com maior precisão quais condições caracterizariam as atividades e os trabalhadores informais e pela sua influência sobre a maior parte dos estudos realizados pela OIT, servindo como padrão ou referência seja em missões em países africanos e asiáticos, seja em trabalhos realizados pelo PREALC – Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe –, na América Latina, e pelo Banco Mundial.

Inicia-se, então, o capítulo com o cerne das interpretações que seguiram mais de perto o conceito Setor Informal estabelecido pelo Relatório sobre o Kenya; em seguida, apresenta-se a interpretação da OIT para a América Latina, com base nos trabalhos realizados por diversas equipes técnicas de PREALC e, por último, sintetizam-se algumas colocações que se contrapõem a essas duas visões. Os três grupos escolhidos para fornecer o quadro conceitual sobre o Setor Informal apresentam intersecções em suas interpretações, mormente quanto aos motivos de sua existência e às relações com o Setor Formal. No entanto, foram construídos por existir, em geral, uma gradação na forma de abordar a produção.

Enquanto o primeiro grupo trata a produção como sendo dual, o segundo ora mantém a abordagem dual, ora expõe uma visão estratificada do quadro produtivo e enfatiza as relações entre os Setores Formal e Informal; e o terceiro, pelo menos ao nível das intenções, analisa a produção como um todo e insere, intersticialmente e de forma subordinada, o Setor Informal no conjunto das relações de produção vigente. A diferença que se quer destacar entre esses grupos é quanto ao conteúdo das propostas de políticas específicas para ao Setor Informal e, até certo ponto, otimistas quanto aos seus efeitos, para minorar a questão da pobreza nos países economicamente atrasados, enquanto o último grupo, além de cético quanto ao conteúdo e impacto de políticas específicas para o Setor, enfatiza medidas de política econômica a nível global.

³ OIT (1972), *op. cit.*

1.1 A ORIGEM DA DEFINIÇÃO DO SETOR INFORMAL

O Setor Informal, originalmente, foi delimitado sob a ótica da produção, em que a unidade de análise que fixava os limites da *informalidade* era o estabelecimento produtivo. A forma como as pessoas ou firmas organizavam a produção, além de sua posição relativa frente ao conjunto das atividades produtivas, era o divisor do que considerar como informal. Caracterizava-se os estabelecimentos informais por apresentarem a organização da produção com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho e com pequeno número de trabalhadores, fossem remunerados e/ou membros da família. Além disso, tais estabelecimentos não eram alvos de política governamental, tinham dificuldades para obtenção de créditos e atuavam em mercados competitivos.⁴

Esse conceito é apresentado como categoria analítica alternativa à dicotomia setores moderno-tradicional, utilizada em inúmeros modelos de desenvolvimento econômico, e ao conceito de subemprego, isto é, de subutilização ou baixa produtividade da mão-de-obra. O corte moderno-tradicional é visto, tanto pelo relatório sobre o Kenya como por inúmeros autores que adotam o dualismo formal e informal, como sendo incorreto.

Inicialmente, o termo *tradicional*, segundo essa corrente de autores, é *per se* preconceituoso e induziria à discriminação econômica e social: *a conotação pejorativa dada a esse termo é própria de uma cultura estrangeira que considera a tradição como prejudicial ao desenvolvimento, ao invés de parte integrante da cultura e identidade nacional.*⁵

Além disso, esse conceito destinar-se-ia usualmente, na literatura econômica, para caracterizar o conjunto de atividades econômicas que empregam tecnologias relativamente atrasadas na produção, isto é, o setor tradicional compreende formas *arcaicas* de produção, remanescentes do passado e resíduo para trabalhadores não incorporados no setor moderno. Neles estariam ausentes aspectos dinâmicos, sendo receptáculo para grande proporção de desempregados e subempregados, com papel irrelevante na provisão de bens e serviços.

⁴ Observe-se que, por esta definição, os trabalhadores por conta própria, independentes ou autônomos, eram considerados como *estabelecimentos* e incluídos no setor Informal; este também era o caso, em geral, das atividades e estabelecimentos não reconhecidos juridicamente.

⁵ Emmerij, L. (1974), A New Look at Some Strategies for Increasing Productive Employment in Africa, in *I.L.R.*, vol. 110, nº 3, set., p. 232.

Esta visão sobre o setor tradicional é inconsistente para os autores vinculados à OIT, *com a observação de que nas economias subdesenvolvidas, caracterizadas pela escassez de capital, os pequenos estabelecimentos, pelo fato de serem mais trabalho-intensivo que os grandes, empregam o fator trabalho mais eficiente que estes últimos.*⁶

Ademais, o PREALC diz que esse conjunto de atividades que comporia o Setor Informal *é economicamente eficiente e exhibe vantagens comparativas em relação às atividades similares desenvolvidas na área formal. Sua principal vantagem constitui as proporções socialmente adequadas de fatores utilizados no processo produtivo, já que maximiza o emprego de mão-de-obra sem provocar requerimentos exagerados de capital e pressões excessivas sobre a balança de pagamento.*⁷

A distinção Setor Formal/ Informal, nessa interpretação, prende-se à forma de organização da produção e não apenas à tecnologia utilizada nos processos produtivos. As atividades informais, para os autores ligados ao novo dualismo, são modernas, criadas pelo próprio processo de desenvolvimento econômico. O padrão de desenvolvimento capitalista e as relações de dependência nos países economicamente atrasados criam desequilíbrios entre geração de empregos, crescimento demográfico, crescimento da população urbana e educação, e entre as aspirações e expectativas de trabalho e a estrutura de renda e oportunidade disponíveis. Estes fatores conjugam-se para originar *uma série de novas atividades geradoras de rendas, muitas delas de origem recente, que refletem a situação de desemprego e subemprego, características das zonas urbanas.*⁸ O funcionamento precário desse Setor Informal pode ser fruto da discriminação que lhe confere a política governamental, baseada no pressuposto de que o Setor deverá desaparecer à medida que o crescimento econômico se espalhe. Isto tem implicações sobre a extensão e evolução das atividades informais, *o preconceito pode tornar-se uma profecia bem-sucedida,*⁹ agravando a questão da pobreza urbana nesses países.

Urgia, portanto, estudar formas de organização da produção nos países economicamente atrasados, para buscar pontos de apoio para políticas de emprego e renda que, específicas para o Setor Informal, intentassem elevar o padrão de vida dessas populações. Isto se justifica, para essa corrente de interpretação, porque:

i) as estratégias de desenvolvimento econômico baseado na industrialização e nas altas taxas de crescimento do produto, por si só, não conduziam nem a uma melhor

⁶ Weeks, J. (1975), Policies for Expanding Employment in the Informal Urban Sector of developing economics in *I.L.R.*, vol. 91, nº1, jan., p. 2.

⁷ PREALC (1978), *op. cit.*, p. 65.

⁸ Sethuraman, S.V. (1976), *op. cit.*, p. 78.

⁹ OIT (1972) *op. cit.*, p. 6.

distribuição de renda nem à elevação automática do padrão de vida dos grupos sociais mais pobres; e

ii) esses se concentrariam nos estabelecimentos *não organizados*,¹⁰ que também se constituíram no primeiro estágio de trabalho para os imigrantes recém-chegados aos centros urbanos, seja por falta de qualificação, seja pela falta de empregos assalariados, antes de ingressarem no setor moderno, organizado, formal.¹¹ Esta conceituação desdobra-se em inúmeros trabalhos, implicando inúmeras formas de mensuração em que o Setor Informal é associado, em geral, *diretamente* a indivíduos de baixo nível de renda, sem o cuidado de reportar-se ao conjunto de condições que compunha a definição original ou redefini-lo. Em linhas gerais, neste caso, o Setor Informal passa a ser delimitado não mais pela forma de organizar a produção, mas pelo conjunto de indivíduos que:

- i) ou estão abaixo de um determinado nível de renda;
- ii) ou detém características – ocupação, posição na ocupação, vínculo jurídico, tipo de estabelecimento, características do mercado de trabalho – que lhe impõem baixo nível de renda.

O potencial produtivo e a capacidade de geração de emprego no Setor Informal são então, sob este conjunto de hipóteses, reconhecidos por diversos autores, mormente pelos *policy-makers* vinculados a OIT, sob o marco do Programa Mundial de Emprego.

Pode-se destacar duas grandes linhas de recomendações de política econômica:

¹⁰ A denominação *atividades não organizadas* está associada, em geral, tanto àquelas atividades que não constam das estatísticas oficiais como ao trabalho realizado por conta própria, independente.

¹¹ Sethuraman, S.V. (1976), *op. cit.*, p. 79

Esta visão do informal, em parte, transpassa para o escritório Latino-Americano da OIT – PREALC (programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe) e ganha força para fundamentar políticas de emprego e renda. A posição básica dos estudos de PREALC será apresentada posteriormente, contudo, abaixo citam-se alguns trabalhos: PREALC (1974), La Política de Empleo em América Latina in *El Trimestre Económico*, vol. 41, nº164, out/dez; Tokamn, V.E. e Souza, P.R. (1976), El Sector Informal urbano em América latina in R.I.T., vol. 94, nº3, nov/dez, p. 385/397; Tokman, V.E. e Souza, P.R. (1978), Distribucion Del Ingreso, Pobreza Empleo em Areas Urbanas in *El Trimestre Económico*, jan/abr. p. 737/766; Tokman, V.E. (1978), Pobreza Urbana y Empleo em América Latina: Líneas de Acion in *PREALC* (1978), *op. cit.*, p. 291/308. Em especial para o Brasil, entre os autores que expõem esta visão ou que nela se apóiam, citam-se: Merrick T. (1976), Informal Sector: The Case of Belo Horizonte in *The Journal of Developing Areas*, vol. 10, nº 3, abril, p. 337/354; Cavalcanti, C. (1978), *A Viabilidade do Setor Informal: A Demanda de Pequenos Serviços no Grande Recife*, IJNPS, Re.; Merrick, T. W. e Brito, F. (1974), Migração, Absorção de Mão-de-obra, Distribuição de Renda in *Estudos Econômicos*, IPE, vol 1, nº4, jan/maio, p. 75/122.

i) apoiar o Setor Informal, visando atingir grupos populacionais-metas, caracterizados por serem os mais desfavorecidos em termos de níveis de renda e de precariedade de trabalho;¹²

ii) mudar o padrão de desenvolvimento capitalista existente, propondo-se, neste caso, o crescimento não acelerado, em pequena escala, que reduza a dependência de recursos e técnicas importadas. Afirma-se que esse programa seria mais adequado ao nível de desenvolvimento econômico desses países e mais equitativo a nível de distribuição de renda.¹³

Na mesma linha de raciocínio, afirma-se que o Setor Informal possui caráter autônomo ou complementar ao restante da economia, podendo se expandir para criar emprego e melhorar a distribuição de renda face à própria capacidade de acumulação, à oferta de trabalho que lhe é disponível, juntamente com o Setor Formal.¹⁴ Nesse último caso, alguns estudos foram feitos a respeito de vínculos de complementaridade entre os Setores Formal e Informal e das hipóteses sobre as quais este último pode crescer acoplado ao primeiro. Mazudmar, por exemplo, considera que, se a propensão a consumir bens produzidos no Setor Informal for estável nos dois setores, o crescimento do Setor Formal conduzirá o setor Informal a crescer à sua mesma taxa. Contudo, se essa mesma propensão a consumir for decrescente, a taxa de crescimento do Setor Informal se reduzirá à medida que o Setor Formal se expanda.¹⁵

Não se antecipa, contudo, se a expansão do Setor Informal propiciará níveis de renda maiores para seus integrantes. Isto dependerá de políticas governamentais que estimulem o setor, em termos de melhoria tecnológica, fortalecimento de vínculos de subcontratação com o Setor Formal (privado e público), aumento de vendas de produtos informais para a agricultura e redistribuição de renda para grupos mais pobres. A injeção de recursos permitiria aumentos de produtividade, necessários para absorver a crescente força de trabalho disponível.

1.2 A INTERPRETAÇÃO DO PREALC

¹² Sethuraman, S.V. (1976), *op. cit.*

¹³ Weeks, J. (1975), *op. cit.*

¹⁴ As diversas hipóteses dessa e de outras correntes de interpretação sobre o caráter do Setor Informal no interior da produção urbana e as relações que mantêm com o Setor Formal são resenhados em *PREALC* (1978), *op. cit.* P. 64/73, ou em Tokman, V.E. (1978), *op. cit.*, p. 298.

Estudos específicos da OIT para a América Latina – PREALC – partem da conceituação anterior e entendem que o Setor Informal *agrupa todas as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes (exceção feita aos profissionais liberais) e empresas muito pequenas ou não organizadas. A demanda de mão-de-obra não obedece a uma definição técnica de postos de trabalho disponíveis. De fato, o nível de emprego, ou melhor, o número de pessoas ocupadas, depende neste mercado da magnitude da força de trabalho não absorvida pelo Setor Formal, da economia e das oportunidades que têm essas pessoas de produzir ou vender alguma coisa que lhes retribua alguma renda.*¹⁶ Tais estudos atribuem do Setor Informal o padrão de desenvolvimento capitalista em ação na região – substituição de importações – que gera poucos empregos e, acoplado ao padrão de crescimento demográfico, cria extenso excedente de mão-de-obra que se *auto-emprega* para sobreviver.

A associação pobreza/migração/Setor Informal é mantida aqui como nos estudos anteriores, contudo, existem algumas diferenças na interpretação. A produção é enfocada como um todo, porém, segmentada pela expansão capitalista, e as relações entre os dois setores são enfatizadas. As próximas páginas serão dedicadas a algumas afirmações que, acredita-se, refletem o entendimento dessa corrente sobre o Setor Informal na América Latina.

A rápida urbanização ocorrida nas últimas décadas impulsionou o fluxo de migrantes, os quais são absorvidos pelas atividades modernas, seja pela pouca absorção de mão-de-obra destas atividades (técnicas capital-intensivas), seja pelas habilidades destes trabalhadores que não se adequam ao padrão de qualificação exigido pelo setor moderno.

Estes fatos ocasionaram o Setor Informal: *surge então um novo setor tradicional em termos de renda e produtividade e que constitui o mecanismo através do qual procuram subsistir os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho.*¹⁷

Os estudos do PREALC afirmam, ainda, que os Setores Formal e Informal participam de um mesmo mercado, sendo que o segundo se constituiria no último degrau

¹⁵ Manzudmar, D. (1976), p. 672/674.

¹⁶ PREALC (1978), *op. cit.*, p. 10/11. esta conceituação é mantida dos trabalhos de Souza, P.R. e Tokman, V.E. (1976) e (1978).

¹⁷ PREALC (1974), *op. cit.*, p. 9.

na hierarquização da atividade econômica estabelecida pela heterogeneidade estrutural.¹⁸

Nesse quadro de segmentação da produção, o Setor Informal é caracterizado por um conjunto de atividades *pouco capitalizadas* estruturadas em base a unidades produtivas muito pequenas, de baixo nível *tecnológico e organização formal escassa ou nula*.¹⁹ Nessas unidades, *não predomina a divisão entre proprietários do capital e do trabalho, característica do Setor Formal, e, como consequência, o salário não é a forma mais usual de remunerar o trabalho, apesar de que a produção está voltada principalmente para o mercado.*²⁰ Essas atividades têm acesso *àqueles estratos de mercado (que são) competitivos ou constituem a base da pirâmide de oferta de uma estrutura oligopólica concentrada. Em ambos os casos, a atomização da oferta é tal que nenhum produtor pode determinar preços, não percebendo, portanto, ganhos extraordinários.*²¹

A participação do Setor Informal na totalidade dos ramos da produção e nos mercados, para essa corrente de interpretação, não pode se elevar de forma permanente. À medida que a economia se diversifica, a tendência é reduzir-se o espaço econômico que o setor ocupa. Se o tamanho do mercado de uma atividade informal permitir sua exploração sob formas capitalistas e, simultaneamente, existir tecnologia que envolva ganhos de escala, esta atividade perde o espaço frente à produtividade das firmas capitalistas. A expansão do Setor Informal pode se dar em termos quantitativos em função do excedente de mão-de-obra, que não decresceria, seja em função da pouca capacidade de absorção do Setor Formal ou da evolução do mercado de trabalho no campo e da alta taxa de crescimento demográfico, implicando níveis de renda decrescentes para seus integrantes.²² Entretanto, na medida em que a tendência decrescente da participação do produto do Setor Informal não seja monotônica e a taxas poucos previsíveis, esse Setor, por prazo relativamente longo, constituir-se-á no *locus* de inserção na produção para os mais pobres no meio urbano.²³

¹⁸ Tokman, V. E. e Souza, P. R. (1976), *op. cit.*, p. 386. A visão *piramidal* da produção em estratos sucessivos que refletem poder de mercado de várias atividades corresponde a uma das maneiras de focar a questão da segmentação, no entanto, não corresponde à maneira como foi apresentada neste estudo, nem corresponde à conceituação que será adotada para o Setor Informal. No próximo capítulo esta colocação ficará mais clara.

¹⁹ *Id. Ibid.*, p. 386.

²⁰ *Id. Ibid.*, p. 386.

²¹ *Id. Ibid.*, p. 387.

²² Souza, P.R. (1978), El Sector Informal Urbano em Algunas Ciudades, São Salvador, in *PREALC* (1978), *op. cit.*, p. 174; Tokman, V.E. (1978), in *PREALC* (1978), *op. cit.*, p. 293; Tokamn, V.E. e Souza, P.R. (1976), *op. cit.* p. 388.

²³ Tokman, V.E., (1978), in *PREALC* (1978), *op. cit.*, p. 293.

Cabe, então, integrar este Setor à política econômica global mediante mudanças na distribuição do excedente e alocação de recursos; caso contrário, as desigualdades de renda tenderão a aumentar.

Para tanto, propõe-se também que se analisem as atividades informais em função do tipo de mercado de que participam, sendo que aquelas inseridas em mercados oligopolistas estão numa posição mais frágil do que aquelas que participam de mercados mais competitivos. Apesar de o Setor não se expandir de forma permanente, ele não está sujeito à extinção. Essas atividades expandir-se-ão, ou não, face ao ritmo de expansão da demanda, da escala mínima de operações para diversos tamanhos de planta, das economias de escala e de fatores políticos. Neste sentido, as atividades informais podem ser *lucrativas* a curto prazo; a longo prazo, contudo, tendem a perder participação no mercado.

A partir desse quadro, as atividades informais são separadas em *funcionais ou marginais*. As recomendações de política propostas são específicas a cada subgrupo. As primeiras estão sendo exercidas a níveis de produtividade que permitem ao Setor Informal resistir à concorrência capitalista, devendo ser, assim, estimuladas. As segundas tendem a desaparecer rapidamente, restando pensar em qualificar os trabalhadores ali inseridos, de tal forma a capacitá-los pra outras ocupações.²⁴

1.3. A ABORDAGEM SUBORDINADA

As diversas conceituações, hipóteses e conclusões apresentadas até agora sobre o Setor Informal e sua evolução não são de consenso generalizado. Autores sob inspiração do corpo teórico marxista oferecem análise alternativa.²⁵ À medida que se conheça a complexidade do todo produtivo, as diferentes formas de organização da produção não podem ser encaradas como divisão dual da realidade, pois correspondem a expressões de

²⁴ Tokman, V.E. e Souza, P.R. (1978), El Sector Informal Urbano en Algunas Ciudades in *PREALC* (1978), p. 146/153. PREALC (1974), *op. Cit.*, p. 28.

²⁵ Destacam-se aqui os seguintes autores e trabalhos: Bienefeld, M (1975), The Informal Sector and Peripheral Capitalism: The Case of tanzânia in *IDS Bulletin*, vol. 6, nº 3, February, p. 35/73; Gerry, C. (1978), Petty Production and Capitalism Production in Dakar: The Crisis of the Self-Employed in World Development, vol. 6, nº 9/10, p. 1147/1160; Bienefeld, M. e Godfrey, M (1975), Measuring Unemployment and the Informal Sector. Some Conceptual and Statistical Problem in *IDS Bulletin*, vol. 7, nº 3, October, pp. 4/11; Kovarick, L. (1977), *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, 2ª edição, Paz e Terra, R. J.; Cunha, P.V. (1979), A Organização dos Mercados de Trabalho: Três Conceitos Alternativos, in *ERA*, vol. 19, nº 1, jan/mar., p. 29/46; Singer, P (1978), Economia Política do Trabalho, Ed. Hucitec, S.P.; Souza P.R. (1979), Salário e Mão de Obra Excedente in *Valor, Força de Trabalho e Acumulação capitalista*, Caderno CEBRAP, nº 25, Ed. Brasiliense, S.P.; Souza P.R. (1980), Emprego, Salários e Pobreza, ed, Hucitec, S.P. Quer se destacar também as resenhas que incluem considerações sobre essa linha de interpretação: Moser, C.O.N. (1978), *op. cit.*; Tokman, V.E. (1978), *op. cit.*

relações de produção não isoladas. Gerry sintetiza a interdependência entre os Setores Formal e Informal e a posição subordinada deste último ao primeiro: *Os pequenos produtores têm vínculos com a grande indústria e comércio – muito mais no contexto de compras do que no de vendas – bem como com diversas instituições do estado. O mundo do pequeno produtor e do trabalhador ocasional interpenetra aquele das corporações multinacionais, de grande comércio, dos bancos e das agências internacionais. No entanto, como em todas as relações caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação, não existe igualdade na extensão e natureza desta interpenetração. Cada pólo da relação se beneficia e depende do outro, mas de maneira diversa. A dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista.*²⁶ O Setor Informal, nesse quadro de interpretação, engloba as formas de organização da produção que se mantêm não tendo como base o trabalho assalariado. Este, caso exista, não é utilizado de forma regular ou permanente e nem é fundamental à sustentação do processo de produção. A partir dessa conceituação, o Setor Informal passa a ser composto por conjuntos de trabalhadores por conta própria, unidades de produção com base em trabalho familiar, ajudantes e/ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para esses grupos.

O Setor Informal, neste último enfoque, é considerado como esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista, logo, à expansão da produção capitalista a níveis nacional e internacional. Tal subordinação se dá em vista de os movimentos da dinâmica capitalista fluírem ao toque das grandes firmas e grupos oligopolistas que, em países economicamente atrasados, encontram-se vinculados ao capital estrangeiro e, em geral, ratificados pelos modelos de desenvolvimentos fomentados pelo estado. A subordinação reporta-se tanto na ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias-primas e equipamentos, na implantação da tecnologia, no acesso a crédito, nas relações de trocas, nos vínculos mais concretos de subcontratação,²⁷ como na esfera da produção ou circulação.²⁸ A subordinação dos movimentos das atividades informais aos das formais provoca, constantemente, a destruição e recriação das primeiras. Esta conceituação teórica implica visualização do

²⁶ Gerry, C. (1978), *op. cit.*, p. 1150.

²⁷ O termo *subcontratação* representa, aqui, vínculos de dependência entre uma atividade e outra, que constituem a própria sobrevivência daquela que está na posição de subcontratada. Esses vínculos não são obrigatoriamente contratuais ou formais do ponto de vista jurídico.

²⁸ Bienefeld, M. (1975), por exemplo, assume que a subordinação se demonstra pelas relações de troca, pela dependência aos insumos que são fornecidos pela grande indústria, pelo deslocamento que sofre a pequena produção quando o mercado atinge determinado tamanho que possibilita a penetração de firmas

Setor Informal como forma dinâmica de produção, que não se atém à produção de mercadorias e serviços de má qualidade, não visa atender somente mercadorias de baixa renda e nem a utilização de técnicas tradicionais. É neste sentido que esse Setor se desenvolve e se moderniza continuamente no seio da produção capitalista. Há introdução de tecnologia nessas atividades que, às vezes, existem em função de nova tecnologia. A discussão, nesta última interpretação, volta-se para a tendência à involução que determinadas atividades informais, num determinado momento, apresentam, em razão das desvantagens inerentes, quando comparados ao Setor Formal e os vínculos de subordinação que lhe emperram a extensão e o crescimento.

O Setor Informal, nessa conceituação, não tem características que lhe capacitem crescimento sustentado. Por que, então, o Estado deveria incentivar ou carrear recursos para esse Setor? Seria esse o melhor uso dado ao capital? Deve-se ponderar, ainda, que quase toda intervenção governamental tem caráter seletivo, discriminando, portanto, contra os não beneficiados. Nessas circunstâncias, segundo Gerry: *o resultado inevitável da discriminação seria uma mais ou menos rápida concentração de poder entre os selecionados, relativamente aos concorrentes anteriores, bem como uma aceleração no processo de diferenciação entre os trabalhadores por conta própria. A capacidade produtiva e de mercado tornar-se-ia concentrada em cada linha de produção entre as poucas firmas promovidas (pela intervenção estatal).*²⁹

A intervenção governamental, a partir deste último enfoque, passa a ser proposta sob outros ângulos. A questão do desemprego e da pobreza não se resume a políticas específicas sobre o Setor Informal, mas a medidas globais de política econômica, ao padrão de crescimento econômico posto em movimento, à massa de salários gerados e sua distribuição. Além do mais, mesmo que se adotassem ações específicas para o Setor Informal, estas acabariam, quase invariavelmente, recaindo sobre as totalidades dos ramos de produção e sua reorganização em todos os níveis.

Esse trabalho volta-se, principalmente, para esta última corrente de interpretação. Pretende-se expor, nos próximos dois capítulos, os pressupostos e as hipóteses que este trabalho coloca para a análise do Setor Informal, bem como discutir algumas das proposições elaboradas pelos diversos autores citados, concordando ou discordando, total ou parcialmente.

capitalistas. Diversas hipóteses e evidências de vínculos de subordinação são resenhadas por Moser, C.O.N. (1977), *op. cit.*, e Tokman, V.E. (1978), *op. cit.* PREALC (1978), *op. cit.*

²⁹ Gerry, C. (1978), *op. cit.*, p. 1157.

CAPÍTULO 2

SETOR INFORMAL: UMA ABORDAGEM INTERSTICIAL E SUBORDINADA

INTRODUÇÃO

As formas de organização da produção que não utilizam trabalho assalariado são tratadas, pela maior parte dos autores que estudam o Setor Informal, sob a ótica de firma capitalista. Seria uma minifirma prestes a crescer ou a permanecer indefinidamente como tal.¹ Geralmente, não levam em conta nem os movimentos da produção, nem o fato de, hoje, a estrutura dessa produção não ser favorável a que firmas *desprotegidas* se tornem capitalistas, em vista das exigências de volume de capital, apropriação de tecnologia, estratégias de mercado etc. Além disso, atribuem pouca ênfase às características e à organização próprias do Setor Informal, que abarcam essas diferentes formas de focar diversas especificidades no interior do quadro produtivo e de promover, se for o caso, políticas dirigidas. Por fim, atribuem pouco peso ao fato de que produção informal, sendo subordinada aos movimentos da produção capitalista, merece uma análise por meio do processo de acumulação em movimento e das relações que interpenetram as formas de organização da produção.

O Setor Informal, na visão que está sendo aqui apresentada, é, em essência, analisado:

- i) em função do processo de desenvolvimento capitalista encerrado em uma dada realidade, numa dimensão espaço-temporal específica, e não no sentido genérico;
- ii) como sendo forma de organização da produção e do trabalho específico, com características próprias, no qual o produtor direto também é proprietário dos meios de trabalho;
- iii) como forma de organização da produção dinâmica que se insere e se amolda aos movimentos da produção capitalista. Sua composição e seu papel modificam-se com o padrão de expansão e reprodução capitalista e,

¹ É um *estabelecimento* que está na base da pirâmide produtiva ou que se constitui em pólo atrasado. Expressa-se, por exemplo, essa postura com maior clareza na denominação dessa forma de organização da produção de microempresa do setor *familiar* em Almeida, A.L.O. (1979), *Subcontratação e Emprego Disfarçado* na Industrialização Brasileira, in *PPE*, vol. 9, nº 1, abril, p. 167/184; ou em Fuenzalida, quando distingue microempresas de microempresas modernas, as primeiras, pelas características arroladas pelo autor, seriam atividades realizadas por produtores independentes. Vela Fuenzalida, L. A. (1975), *Criação mais Veloz de Emprego e Renda Mediante Expansão e Modernização de Microempresa*, UFBA/Fundação Rockefeller (mimeo).

assim, ele é continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, adaptando-se às condições gerais da economia, em especial, da urbana;

iv) a distinção analítica – Setor Informal – impõe-se somente face às necessidades de se conhecer a composição e as regras de funcionamento que articulam a evolução dessa produção aos elementos motrizes do sistema econômico. Assim, esse corte no quadro produtivo, neste trabalho, não pretende ter as conotações freqüentemente adotadas nas análises duais (autonomia, complementaridade, tradicionais, *desprotegido* etc.) e nem a associação imediata com baixo nível de renda ou pobreza.

Neste sentido, acredita-se que o enfoque aqui estabelecido para o Setor Informal pode esclarecer a discussão a respeito das condições econômicas urbanas e da qualidade do desenvolvimento capitalista, em curso nos principais centros urbanos brasileiros, mormente em São Paulo.

Antecipa-se, ao leitor, que este capítulo aborda o esquema conceitual adotado para o Setor Informal a partir do espaço econômico urbano brasileiro e, em especial, do Município de São Paulo, enquanto o conjunto de critérios que conduzirá à operacionalização do conceito e à coleta de informações é apresentado no Capítulo 5. Este apresenta a construção das categorias analíticas adotadas para refletir o conjunto das formas de participação dos indivíduos na produção e todos os critérios utilizados no levantamento de informações primárias realizado para o Município de São Paulo.

2.1. O SETOR INFORMAL NESTE TRABALHO

A produção informal é entendida, aqui, como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos,² os interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas.³ As características que definem essas formas de organização de produção podem ser sintetizadas nos seguintes itens:

² Espaço econômico é entendido aqui como a totalidade dos ramos e das formas de organizar a produção.

³ Souza, P.R. elabora sobre os conceitos de produção intersticial/pequena produção mercantil/formas de organização da produção não capitalista in *A Determinação da Taxa de Salários e do Emprego em*

(i) o produtor direto é o possuidor dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado.⁴ (ii) Ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão do seu próprio trabalho; obrigatoriamente, participa diretamente da produção e conjuga essa atividade com aquela de gestão. (iii) O produtor direto vende seus serviços ou mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para manutenção da atividade econômica; e, mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação.⁵ (iv) A atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesma fornece ao trabalhador e não por uma taxa de retorno competitiva, e é desta renda que se retira os salários dos ajudantes ou empregados que possam existir. (v) Nesta forma de produzir não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham – entre estes se encontra, com frequência, mão-de-obra familiar. (vi) O trabalho pode ser fragmentado em tarefas, mas isso não impede ao trabalhador aprender todo o processo que origina o produto ou serviço final, processo este muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produtor.⁶

Em vista de todas estas características, praticamente não existe acumulação e nem saltos tecnológicos quando a atividade está em andamento. Quando estes saltos se

Economias Atrasadas. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1980 (mimeo).

⁴ Às vezes, é possuidor apenas de sua força de trabalho mas não participa da produção como assalariado. O conceito “força de trabalho” é entendido, aqui, como conjunto de atributos que os indivíduos têm para sua sobrevivência e da espécie, isto é, que possuem para o exercício do trabalho.

⁵ Esta é uma característica do trabalho autônomo. Contudo, produtores altamente especializados, por exemplo, profissionais liberais, podem auferir altos níveis de renda, o que lhes permite aumentar a acumulação pessoal; mas, dependendo da natureza da atividade, não podem ampliá-la, mormente se dependerem do próprio trabalho (ou prestígio), ou se o mercado for restrito. Quando isso é possível se transformam, em geral, em *firmas capitalistas*.

⁶ O fluxo de produção é descontínuo e intermitente, por exemplo, para as atividades ligadas à construção civil, à reparação de duráveis e às atividades que recebem encomendas em determinadas épocas do ano como costureiras, joalheiros, estampadores e diversos artesãos.

processam, geralmente, trata-se de uma resposta à redefinição das relações com Setor Formal.⁷

Ao nível mais geral, pode-se afirmar que, para os trabalhadores por conta própria, a propriedade dos instrumentos do trabalho, o conhecimento e o controle do processo de trabalho, a habilidade para sua realização e a apropriação do produto lhes conferem maior domínio sobre o exercício do trabalho, quando comparados à massa de assalariados em relação a seus postos de trabalho. Em contrapartida, a prática do trabalho é, basicamente, individualista, ratificando traços individualizantes do trabalho e do produtor. Assim, a habilidade individual, as relações pessoais, os diferentes graus de irregularidades na atividade – no limite a regularidade da irregularidade – a multiplicidade de funções, o fato novo enfrentado pela manhã reafirmam a heterogeneidade e caracterizam o *individualizante*.

O espaço econômico ocupado, a necessidade de adaptar-se, em geral, ao nível de produtividade média social, o tempo de trabalho, bem como as relações de mercado refletem a subordinação das condições de trabalho e dos níveis de renda desses produtores às formas de organização da produção capitalista.

O Setor Informal, em função do padrão de crescimento e do desenvolvimento capitalista encerrado em uma dada realidade, é representado por uma determinada composição de atividades, cuja importância pode variar em termos de espaço econômico, valor da produção, tamanho e composição do mercado.

Pode-se afirmar que, em regiões relativamente mais atrasadas do ponto de vista de consolidação da estrutura de produção capitalista, existe, em geral, maior espaço econômico para trabalhadores autônomos dedicados à manufatura de bens de consumo, tais como alimentos, calçados, móveis e utilidades domésticas.⁸ Já nas regiões mais desenvolvidas, os produtores informais concentram-se relativamente mais em atividades do setor terciário. No entanto, indiferente ao desenvolvimento da região, à medida que o mercado se amplia e a tecnologia imprime níveis de produtividade social que permite a exploração dos mercados ocupados em bases capitalistas, a produção informal é deslocada e, não obrigatoriamente, extingue-se. O movimento relevante é que a produção capitalista pode vir a destruir certas atividades informais num determinado momento e local e, simultaneamente, criar e recriar outras.

⁷ É o caso, por exemplo, de marceneiros, que utilizam pré-moldados de madeira, bordadeiras que utilizam máquinas e outros.

⁸ PREALC (1978) *OP. CIT. EM ESPECIAL A Parte I, capítulos 2 e 3 e Parte 3, apresentam evidências empíricas sobre magnitude e composição do Setor Informal em diversos países da América Latina.*

Portanto, o Setor Informal tem de ser analisado em função do nível de desenvolvimento alcançado e do vigor do padrão, do ritmo de expansão e reprodução capitalista, já que seu espaço se reduz e se amplia e sua composição se altera em função do quadro e do caminho do desenvolvimento econômico-social.

Quando o capital captura uma atividade dominada por produtores informais, estes são, em geral, destruídos por firmas que absorvem *relativamente* menos trabalho em virtude de apresentar patamar de produtividade mais elevado. Simultaneamente, a produção capitalista como um todo pode ampliar esse mercado específico ou, então, plantas adicionais podem ser introduzidas em outros ramos e mercados. Os trabalhadores informais nesta situação se assalariam, deslocam-se para outra atividade informal, ficam desempregados ou são obrigados a abandonar temporária ou definitivamente a produção. Isto dependerá, principalmente, do vigor, do ritmo e do padrão de crescimento econômico e, portanto, das opções de postos de trabalho oferecidas pelo conjunto dos ramos e atividades econômicas, pelas formas de organização da produção capitalista e pelo espaço econômico permissível às atividades informais. Também as características pessoais e habilidades profissionais que o trabalhador informal possua, a capacidade de resistência ou não para abandonar o Setor Informal e suas possibilidades efetivas para não se assalariar são aspectos importantes nos movimentos dos produtores deste setor.⁹

Diversos fatores intervenientes neste processo devem ser analisados. Por um lado, devem ser observadas as maneiras como ocorre a penetração capitalista na produção e no mercado de cada atividade informal e o tipo de mercado criado por essa penetração, o desenvolvimento tecnológico e os níveis de produtividade alcançados pelas formas de organização da produção capitalista que penetram a produção e mercado da atividade informal; bem como as estratégias adotadas para captura de cada mercado. Por outro lado, o tipo de atividade informal, seus mercados de compra e venda e a capacidade de resistência e da criatividade na ocupação dos espaços econômicos por parte dos trabalhadores autônomos também devem ser computados. Esses movimentos, apesar de assimétricos, a favor de formas de organização da produção capitalista, é que fornecerão o quadro e a composição das atividades informais. A produção capitalista, ocupando o espaço econômico em função da rentabilidade, além da superioridade de tecnologia e das relações produtividade/preço, tem a seu favor, para promover a destruição das atividades informais, outros fatores. A penetração capitalista, por meio de produtos e serviços

⁹ Dá-se, aqui, menor ênfase aos aspectos vinculados à família ou pessoais, apesar de reconhecer-se que existam e que tenham influencia sobre as formas de participação na produção.

realizados em larga escala, altera os hábitos de consumo e conduz à substituição de produtos informais.

Esta fato é mais marcante nos produtos e serviços de consumo de massa (alimentos, móveis e utensílios domésticos, roupas, calçados, medicamentos, serviços de reparação de bens duráveis, por exemplo). Neste caso, os meios de comunicação atuais despejam, instantânea e magicamente, aos olhos de indivíduos que, às vezes, carecem até de vestuário adequado, o fascínio de estilos alternativos de consumo e de vida. A fantasia do viver no ritmo do consumo sofisticado, no entanto, só pode ser realizada por parcelas, nem sempre grandes, da população.

No caso brasileiro, os últimos trinta anos caracterizam-se pelo crescimento industrial, comandado por bens de consumo duráveis. Esse padrão de crescimento expandiu todos os ramos e atividades econômicas, assim como trouxe consigo a criação de outros ramos e atividades; isto é, gera-se uma ampliação da divisão social do trabalho que se reflete em um espelhamento, em um leque de ramos de atividades e trabalhos. É um movimento no qual a contrapartida da produção industrial reflete-se tanto na totalidade da produção como na diversificação e ampliação das necessidades dos indivíduos que, por parte, passam a ser atendidas de forma desigual e qualitativamente questionável.

Tal movimento acelera-se nos últimos 15 anos, devendo-se ressaltar o seu impacto sobre o Setor de Serviços, por ser este mais passível, em determinados ramos, da exploração informal. Este setor, ao longo do período caracterizado, muda sua configuração e composição; ampliam-se os ramos e atividades de serviços de apoio à produção industrial, aqueles destinados às unidades de consumo¹⁰ e aos indivíduos e os serviços sociais.¹¹ A ramificação do espaço econômico permite que se abram interstícios¹² que são ocupados, em parte, por produtores autônomos, pois algumas dessas atividades podem ser realizadas pelo Setor Informal. É o caso das atividades de reparação de toda a parafernália dos duráveis: carros, geladeiras, máquina de lavar etc.; dos caminhoneiros autônomos, dos profissionais liberais e de inúmeros outros trabalhos autônomos. Concomitantemente à elevação da concentração de renda associada a esse padrão de crescimento econômico, promoveu-se a criação de serviços destinados a unidades de

¹⁰ Unidade de consumo designa, ao longo deste estudo, um conjunto de indivíduos que vive sob o mesmo orçamento doméstico.

¹¹ A classificação adotada neste trabalho para grupos de ramos da produção consta do capítulo 5.

¹² Este movimento é denominado horizontalização do setor serviços, por Oliveira, F. (1979). O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *Estudos CEBRAP*, nº 24, Ed. Vozes, Petrópolis, página 154.

consumo e indivíduos de renda relativamente alta expandiram-se e diversificaram-se (costureiros, butiques de roupas e calçados artesanais, jóias, serviços de tratos pessoais, diversões, lazer etc.).

Por outro lado, à medida que a produção capitalista se expande e captura os ramos da produção de bens de consumo, tornando-se de massa, a produção *informal* substituta a este bem se torna inviável.¹³ Enquanto esse movimento ocorre, o espaço produtivo para as atividades informais se desloca, paulatinamente, para o fornecimento de serviços, mormente aqueles destinados às unidades de consumo e aos indivíduos e ao comércio. A coexistência com a produção formal, se esta também atua nessas atividades, dá-se seja pela diferenciação do que é oferecido – qualidade/preço, laços pessoais entre clientela e trabalhador, alta qualificação e especialização do trabalhador, demanda de luxo, facilidades de pagamentos etc. –, seja por preencher espaços econômicos distintos – atuação das atividades informais na periferia urbana ou inexistência dessa atividade sob forma da produção capitalista.¹⁴

As atividades informais que são criadas ou recriadas – novas –, com origem no próprio padrão capitalista de expansão e de distribuição de renda que lhe é associada ou não, dispõem de mercado, e/ou de tecnologia, e/ou de rentabilidade para serem exploradas total ou parcialmente por firmas capitalistas. As atividades recriadas têm conotação de novas, pois correspondem à alteração das relações no exercício do trabalho decorrente do progresso técnico, que modifica os processos produtivos e de trabalho. Por exemplo, poder-se-ia crer que o serviço doméstico corresponde a um *resquício do passado*, no entanto, tal ocupação apresenta, hoje, outras relações no exercício do trabalho etc. É uma atividade vinculada à manutenção dos membros da unidade de consumo, realizada, atualmente, sob formas diferentes das do passado, inclusive com modificação no conteúdo da atividade. Em suma, a expressão e o espaço entre as relações das formas de organização da produção capitalista e seus interstícios mudam ao longo do tempo, tendo por base os desenvolvimentos tecnológico e econômico e a alteração nas relações sociais.¹⁵

¹³ Algumas atividades de reparação ou artesanais também começam a se tornar inviáveis devido a isso, tais como sapateiros e marceneiros que desaparecem face aos sapatos sintéticos e moldados de madeira, respectivamente; a expansão de bens de consumo duráveis cria mercados para postos de assistência técnica e revendedores autorizados pelas grandes firmas duráveis, destruindo parcelas de pequenas oficinas mecânicas e outras reparadoras.

¹⁴ Por exemplo, nos dias de hoje, em São Paulo, a existência de cozinheiros especializados em refeições congeladas preenche um espaço econômico ainda não ocupado por refeições congeladas em escala industrial.

¹⁵ Nos países mais adiantados, numerosos serviços de autônomos são realizados pelos próprios usuários com instrumentos fornecidos pelas empresas capitalistas: secadores de cabelo, tintas para pintura etc.,

No Brasil, o desenvolvimento capitalista monopolista atual transforma o quadro produtivo, fundamentalmente, em função da expansão e crescimento das firmas oligopólicas, e a ocupação dos espaços econômicos perpassa às demais unidades produtivas – formais e informais – em consonância com essa expansão. A configuração desse movimento é apreendida pela interdependência entre os ritmos de expansão e crescimento das grandes firmas e sua incidência sobre a ramificação e desaparecimento dos demais ramos, firmas e atividades. A produção capitalista expande-se explorando as esferas e ramos da produção que forneçam, em função do tamanho do mercado e do nível tecnológico, taxa de retorno competitiva. As grandes empresas, ao imprimirem sua dinâmica sobre o espaço econômico, delimitam os interstícios permissíveis para a produção informal, isto é, ao se fixarem, determinam, em um só movimento e de forma simultânea, o leque das possíveis formas de produzir informalmente em um dado momento. Este processo decorre do ritmo de expansão dos ramos que estão sendo explorados por firmas e daqueles que estão condenados ou regados pelo padrão de crescimento econômico, do perfil de distribuição de renda e da impressão de níveis mínimos de produtividade social que dispõe o quadro de processos produtivos. É neste sentido, portanto, que o Setor Informal guarda subordinação ao Formal, não podendo avançar no terreno produtivo explorado pelas firmas capitalistas – espaço este, aliás, inconstante, continuamente redefinido – mas extinguindo-se ou expandindo-se em espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista.

Nestas circunstâncias, o Setor Informal apresenta, inicialmente, duplo caráter: constitui-se tanto em atividades de rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias, quando comparadas com o conjunto de postos de trabalho assalariados,¹⁶ como também em expediente de mera sobrevivência física. O primeiro conjunto de atividades está associado, principalmente, a serviços qualificados, mercados cativos ou dirigidos por demandas de alto nível de renda ou salário. Destacam-se, neste caso, profissionais liberais, pequenos comerciantes, prestadores de serviços técnicos, cuja remuneração, caso se transformassem em assalariados, seria, em geral, inferior à atual. Não obstante, tais atividades, potencialmente, estão sujeitas a sofrer deslocamentos pela

Singer Paulo (1978), *op. cit.*, p. 94. Em suma, inúmeros serviços destinados às unidades de consumo e indivíduos são realizados pelos usuários (de reparação e manutenção de domicílios, reparação de duráveis, de tratos pessoais etc.)

¹⁶ Mezerra, J. e Klein, E., Mercados Laborales Y Medicion Del Sector Informal in *PREALC* (1978), *op. cit.*, p. 115/133. Estes autores denominam estas atividades de “quase formais”. Faz-se a observação de que a maior parte dos estudos sobre o Setor Informal tratam os profissionais liberais em separado e agrupam-nos no Setor Formal. Este estudo categoriza os profissionais liberais de acordo com sua forma de participar na produção. Vide Cap. 5 em especial item 5.2.

expansão capitalista, a não ser que diferenciem os produtos e serviços oferecidos ou que estes não possam ser explorados por firmas capitalistas. Neste caso, como exposto anteriormente, em geral, os trabalhadores expulsos do Setor Informal podem voltar a ele na mesma atividade, em outras bases, ou em outras atividades intersticiais, caso contrário, tornar-se-ão assalariados. O segundo conjunto de atividades informais que objetiva a mera sobrevivência física faz com que o Setor Informal, como ressaltado anteriormente, também se constitua de atividades precárias, instáveis, ocasionais, cujos níveis de renda, em geral baixos, mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador que as exerce. Receptáculo para aqueles que possuem baixa qualificação e não têm meio de vida e/ou por opção, e/ou por não serem absorvidos de forma regular por algum empregador, ali se inserem. No entanto, o fato de o Setor Informal requisitar, para a ocupação de parte substancial do espaço econômico que lhe é permissível, gradação de propriedade e/ou comando de instrumentos de trabalho e qualificação e/ou experiência profissional, pode impedir o acesso de contingentes desprovidos dessas qualidades. Assim, a maior parte destes irá se colocar em trabalhos braçais ou em serviços gerais, seja como assalariado (ajudantes gerais de limpeza, de alimentação, de segurança), como ajudantes de trabalhadores autônomos ou no serviço doméstico. Esta parcela, *contudo, não constitui o Setor Informal como um todo.*

Deve-se ressaltar que, no Setor Informal, além do tipo de atividade e dos custos de produção, outros fatores determinam a renda, quais sejam: o tamanho do mercado, isto é, a renda da clientela, o número de integrantes na atividade e o poder de barganha. Os ganhos do produtor informal enfrentam, além da eventual concorrência, a barreira de renda do cliente; por sua vez, os proventos dos ajudantes deste produtor são duplamente influenciados pela renda dos clientes e do produtor para quem trabalham. No entanto, mesmo em atividades precárias, os trabalhadores autônomos não obrigatoriamente percebem rendas relativamente baixas quando comparadas às de postos de trabalho assalariados, como, por exemplo, operários não qualificados em geral, da construção civil em particular, mensageiros e ajudantes gerais nos escritórios ou balconistas no comércio. Em outras palavras, o fato de conjuntos de trabalhadores que auferem baixo nível de renda participarem do Setor Informal e, em determinadas circunstâncias, serem até a maioria reativa do setor, não implica que a maior parte dos trabalhadores de rendimentos relativamente inferiores esteja no Setor Informal. Estes devem se espalhar nos Setores Formal e Informal.

Por outro lado, o Setor Informal pode absorver também parte dos trabalhadores expulsos das relações de assalariamento em função de força física, idade, sexo, habilidade etc., desempregados ou subempregados em função do ciclo econômico, ou trabalhadores que optam por abandonar esta relação vindo no Setor Informal uma alternativa de sobrevivência. Também pode absorver, de forma irregular, em determinadas atividades e em momentos de rebaixamento de renda real, parcelas de assalariados e diversos membros da família – esposa e filhos que se lançam nessas atividades como forma de complementar a renda familiar. Deve ainda ser observado que, mesmo sem elevados níveis de renda, as condições de trabalho *por conta* correspondem à aspiração de muitos trabalhadores, por se libertarem de um patrão, de um chefe ou de horários rígidos. Muitos se estabelecem por conta após terem sido assalariados e terem acumulado dinheiro ou bens, ou mesmo após terem se desligado desta relação e recebido os direitos trabalhistas. Este setor agrega, portanto, um conjunto de atividades comprimida tanto pelos assalariados como pelos capitalistas. Os primeiros, tenham sido expulsos, optado ou necessitem complementar renda, podem engrossar e desorganizar o setor;¹⁷ os capitalistas, por sua vez, podem penetrá-lo à medida que a atividade tenha condições de lucratividade competitiva.¹⁸

Os trabalhadores autônomos, por sua vez, concorrem com os assalariados, pois podem se tornar um deles, e com os capitalistas, pois isto também pode ocorrer – apesar de ser este um movimento menos provável, em função das barreiras que a concentração na produção impõem e do processo de especialização profissional que daí decorre.

Acredita-se, neste trabalho, que a vida da produção informal é antes determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra.¹⁹ É evidente que este contribui e alimenta o Setor Informal

¹⁷ Esta colocação deve ser qualificada, dada a heterogeneidade dessas atividades. Algumas atividades, conforme relatado anteriormente, têm mercados cativos, outras propiciam maior facilidade de ingresso. Contudo, em ambos os casos devem ser analisados quais os movimentos da produção, da renda e da tendência da demanda por essas atividades. No fundo, como está evoluindo o espaço econômico sob formas de organização da produção capitalista e as relações com interstícios.

¹⁸ Táxi e transporte de carga, serviços de limpeza, farmácias, armazéns, profissões liberais são bons exemplos para o Município de São Paulo, em anos recentes.

¹⁹ Excedente de mão-de-obra está sendo considerado, aqui, em relação ao emprego nas formas de organização da produção capitalista (ocupação de trabalhadores), sendo que os que não estão ali ocupados podem ser mobilizados pelos seus movimentos de expansão. Efetivamente, a capacidade de mobilização é referente em função das formas de participação na produção. Existem, assim, diversos graus e níveis de mobilização, bem como, no caso dos informais, de capacidades de resistência dos potencialmente mobilizáveis. Parte do excedente de mão-de-obra é criativo na adequação aos trabalhos possíveis, deixados em aberto pelas formas de organização da produção capitalista, contudo, o excedente de mão-de-obra não pode gerar espaço produtivo. Os movimentos da produção capitalista determinam, num só movimento e momento, o Setor Formal e Informal. Contudo, a dinâmica entre os dois é assimétrica a favor do Setor Formal, e é criada por este.

em certos ramos e atividades, no entanto, não é esta a dimensão vital, já que o indivíduo expulso, temporária ou definitivamente, da produção pode converter-se à mendicância, criminalidade, prostituição, além de outras formas não institucionalizadas ou violentas de se ganhar a vida que, guardados certos limites, são absorvidas pela sociedade como um todo e estão sob o controle dos mecanismos de assistência social e de repressão. Tanto que tais *problemas sociais* persistem em todas as sociedades capitalistas nos dias de hoje e, com mais agudeza, nos países economicamente atrasados e que, face às suas especificidades históricas, dependem também, e principalmente, dos países tecnologicamente avançados para realizar o desenvolvimento econômico.

Este espaço econômico-informal cria, dessa maneira, oportunidade de formas de participação na produção e tipos de atividades e trabalhos, em função de gradações, tanto na propriedade de meios de produção como de qualificação da força de trabalho, para boa parte daqueles que não conseguem ser absorvidos pelas formas de organização da produção capitalista ou que podem, desejam e conseguem escapar desta opção.

CAPÍTULO 3

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DAS DEFINIÇÕES E AFIRMAÇÕES A RESPEITO DO SETOR INFORMAL

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de contrapor as diversas formas de mensurar a Setor Informal à conceituação adotada neste estudo e de qualificar – até mesmo discordando – de algumas definições correntes na literatura econômica sobre as características que este Setor encerraria no meio da produção urbana.

A intenção, aqui, é destacar que determinadas maneiras de mensurar o Setor Informal, assim como ausência de estudos procedentes de fontes primárias e certas características procedentes mais de aproximações da realidade do que de evidências empíricas, associadas a um quadro teórico, podem conduzir tanto à sua superestimação como não englobar trabalhadores do Setor.

Neste capítulo, ratifica-se a afirmação de que o Setor Informal não pode, *a priori*, ser associado a trabalhadores que auferem e/ou a atividades que propiciam baixos níveis de renda. O fato de esse Setor absorver grande contingente de trabalhadores urbanos com baixa remuneração não significa que a maior parte destes trabalhadores componha o Setor – embora possa admitir uma maioria relativa –, mas tais indivíduos devem estar também distribuídos no Setor Formal. Em outras palavras, a configuração de um Setor Informal com excesso de trabalhadores dado o tamanho de seus mercados e propiciando, em vista disso, baixos níveis de renda, pode ser sinônimo não de debilidade da produção informal em si, mas de debilidade do próprio padrão de desenvolvimento econômico, calcado num dado modelo político e num determinado perfil de produção capitalista.

As conseqüências dessas afirmações e do caráter subordinado do Setor Informal recaem tanto sobre o leque de escolha de políticas e de padrões de desenvolvimento econômico a serem perseguidos – cujos frutos incidam sobre um melhor padrão de vida da maior parte da população – como, numa menor ênfase, à escolha de políticas específicas sobre o Setor Informal.

3.1. AS FORMAS USUAIS DE MEDIR O SETOR INFORMAL

A melhor interpretação sobre o estado das definições a respeito do Setor Informal é atribuída a Hans Singer: *o Setor Informal é como uma girafa, difícil de descrever mas fácil de reconhecer.*¹

Inicialmente, a visualização do Setor Informal sob a lente da pobreza pode conduzir a equívocos para efeitos de intervenção governamental e sobre o estado da realidade. Senão, vejamos: considera-se o Setor Informal como receptáculo de pobres; seleciona-se, então, um conjunto de trabalhadores que percebe renda abaixo de um determinado nível² ou indivíduos cujas características classificam-nos, a priori, como os mais pobres; a partir deste corte passa-se a detalhar as características pessoais destes trabalhadores supostamente *informais*, já que melhor seria dizer trabalhadores que percebem menores rendas.

Destacam-se, entre outras cirurgias da realidade para operacionalizar o conceito Setor Informal e tentar dimensioná-lo:

i) trabalhadores que não têm contrato de trabalho sob o *guarda-chuva* da legislação trabalhista;³

ii) um conjunto de atividades econômicas definido *a priori*;⁴

iii) por resíduo – os trabalhadores que não estão incluídos no Setor Formal;⁵

iv) firmas com números arbitrários de trabalhadores;⁶

v) empregadores, trabalhadores e familiares em estabelecimentos de até quatro empregados, trabalhadores por conta própria (exceto profissionais liberais), serviço doméstico e trabalhadores ocasionais.⁷

¹ Citado em Cunha, p., (1979), *op. cit.*, p. 43.

² Conceitualmente, o nível de renda constituir-se-ia em patamar de sobrevivência social, contudo, adota-se, em geral, o nível de salário mínimo legal. Evidências empíricas a nível agregado ou por ramo e setor da produção estimados assim são usuais. Por exemplo: Tokman, V.E. e Souza, P.R. (1976), *op. cit.*; Cavalcanti, C. (1978), *op. cit.*; Macedo, R. e Chahad, J.P. (1979), *Medical Care Social Security and Welfare in Brazil*, FIPE, (mimeo); Sethuraman, S.V. (1976), *op. cit.*, Mazudmar, (1976), *op. cit.*

³ Merrick, (1976), *op. cit.*; Macedo, R. e Chahad, J. P. (1979), *op. cit.*

⁴ Merrick, T.W. e Brito, F.A. (1974), *op. cit.*

⁵ O Setor Formal é o conjunto de trabalhadores que tem contrato jurídico de trabalho, ou trabalham em empresas com mais de cinco empregados, ou estão no Setor Público, ou são profissionais liberais. Mazudmar, D. (1976), *op. cit.*, pp. 655/679/658.

⁶ Firms informais são as que tem menos que cinco empregados (Joshy, Vijay e Heather, 1972), dez empregados (Berlink, 1977), quatro empregados (PREALC, 1978), 25 empregados (Joshy, 1972). Apud, Mezerra, J. e Klein, E. (1978), in *PREALC* (1978), *op. cit.*

⁷ Esta maneira é utilizada, em geral, nas definições dos trabalhos do PREALC. Ver, por exemplo, PREALC (1978), *op. cit.* E Raczynski, D. (1977), *El Sector Informal Urbano: Interrogantes y Controversias*, OIT/PREALC/CIEPLAN, Santiago, Chile, p. 40/44.

Pode-se observar que nenhuma dessas operacionalizações do conceito permite caracterizar o trabalhador por conta própria, núcleo típico do Setor Informal para efeitos de estudo. Estas aproximações, fruto, às vezes, do anseio de mensurar o Setor Informal e da ausência de informações mais completas nas estatísticas oficiais, podem obscurecer a natureza e o caráter desse conjunto de produtores no processo de desenvolvimento econômico, além de poderem conduzir a interpretações incorretas sobre a qualidade do desenvolvimento econômico em gestação. Isto é, podem levar à conclusão que os baixos níveis de renda se resumam ao Setor Informal, mascarando os baixos salários pagos no setor Formal.

No caso do corte Setor Formal/Informal por um nível mínimo de renda, qual o limite de renda a ser fixado? O que este representa ao nível do indivíduo sem destacarem-se qualificações adicionais? Além disso, esse corte é uma maneira incompleta para definir pobre, pois, na sociedade capitalista, a unidade de consumo é a *família* e não o indivíduo. O grupo de estudos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), incumbido da construção e análise de indicadores sociais, levanta esta questão: *As observações de caráter demográfico têm normalmente, como ponto de partida, a unidade individual; porém, deve-se tomar também como unidade de análise o grupo familiar, uma vez que a população não é uma mera soma de indivíduos atomizados, mas se estrutura através das famílias.*⁸

Homogeneizando os indivíduos por critérios de renda e outros, esconde-se que a renda provém da forma de participação dos indivíduos na produção. À medida que se desloca o eixo de delimitação do setor Informal, transferindo-o da forma de participação na produção para níveis de consumo ou de legalidade no exercício do trabalho, esconde-se os baixos salários pagos nas formas de organização da produção capitalista e também a burla da legislação trabalhista nessas empresas, mormente nas menores.⁹ Ignora-se, além disso, as condições sob as quais se está realizando o trabalho.

Perdem-se informações sobre a qualidade do processo de desenvolvimento econômico que vem sendo gerado, assim como o referencial de *onde e como* intervir politicamente – políticas de emprego e renda. As rendas do trabalho devem ser extraídas das formas como está se processando a incorporação dos trabalhadores a nível quantitativo – volume de postos do trabalho e atividades – e qualitativo – condições de

⁸ FIBGE (1979), *Indicadores Sociais*, Relatório 1979, Departamento de Estudos e Indicadores Sociais, R.J., p. 21.

⁹ Firmas maiores em determinados postos de trabalho também não registram, por exemplo, vendedores, geralmente autônomos, ou representantes.

trabalho e níveis de renda – na produção. Pode ser enganosa a tomada de medidas de política econômica – a não ser que sejam intervenções que atinjam grande parte da população via aumento de renda real – que visem aumentar o nível de renda e redistribuí-lo de maneira mais equitativa, quando se parte de um conjunto de indivíduos que tem como única característica auferir renda abaixo de um determinado nível. Sem dúvida está se falando de carentes, porém, sem se deter maiores informações sobre a origem desse estado, torna-se difícil (? – falta uma palavra aqui) de forma específica e adequada.

A intervenção estatal sobre o Setor Informal também merece considerações. Aprender a trabalhar e manter-se no setor Informal exige liderança, criatividade, desembaraço e até agressividade em determinadas circunstâncias. O indivíduo, de posse de instrumentos de trabalho, organiza-se e ocupa parte do espaço econômico em função destas características. É neste espaço que ele vai ter de suportar a concorrência dos capitalistas e dos assalariados que podem vir a penetrar o seu mercado. É o dia-a-dia que lhe confere a aptidão para se manter no exercício deste trabalho. O processo e a organização do trabalho, neste conjunto de atividades, são, em geral, contrários à burocratização, à rotina e à continuidade, características das formas de organização do trabalho nas firmas capitalistas. Transpor esses traços organizacionais mediante políticas com a finalidade de proteger o setor Informal pode, ao contrário, destruir o Setor, pois é a partir da debilidade conceitual que diversas afirmações incorretas podem surgir e até serem implementadas. Seleccionam-se, aqui, algumas das mais frequentes na literatura sobre a matéria em estudo, em geral referentes ao caso brasileiro.

3.2. ALGUMAS QUALIFICAÇÕES SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DO SETOR INFORMAL

A primeira afirmação a ser discutida refere-se à origem do Setor Informal. Atribuindo a origem do Setor Informal, primordialmente, à necessidade de sobrevivência do excedente de mão-de-obra, pode-se crer que a produção informal seja somente receptáculo de pobres urbanos e formada pela massa de migrantes recém-chegada à cidade que, sem perspectiva de obter um posto de trabalho assalariado, refugia-se nesse Setor.¹⁰ A segunda afirmação é, em parte, decorrente da primeira, e refere-se à

¹⁰ Tokma, V.E. e Souza, P.R. (1976), *op. cit.* P. 386, Cavalcanti, C. (1978), *op. cit.* P. 29; Merrick, T. W. e Brito, F.A. (1974), *op. cit.* Estes últimos autores baseados no modelo de Todaro, M. (1969), A Model of labor Migration and Unemployment in Less Developed Country, in *American Economic Review*, março, mostram que o Setor Informal desempenha função de estágio inicial de trabalho no mercado de trabalho urbano de Belo Horizonte, entretanto esse setor não se justifica pela massa de imigrantes. Mazudmar

manutenção e permanência do Setor Informal no meio urbano e às suas relações com a demanda de bens e serviços dos grupos mais pobres. Em essência, tal afirmação entende que a sobrevivência deste setor deve-se apenas ao fato de os indivíduos ali inseridos sub-remunerarem trabalho e capital,¹¹ o que leva a crer que a produção informal seria constituída por bens e serviços mais baratos, com o papel de atender necessidades da população mais pobre residente na periferia dos grandes centros urbanos.¹² A terceira afirmação que se pretende analisar refere-se ao elevado grau de competição que caracterizaria este Setor.¹³

Estas colocações podem refletir parte, mas não expressam o caráter e a totalidade do Setor Informal urbano e, portanto, algumas qualificações devem ser tecidas.

Inicialmente, quanto à primeira afirmação sobre a origem do Setor Informal, são as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil – dependente e não totalmente solidificado – que, entre outros fatores, geram o elevado excedente de mão-de-obra e não o contrário.¹⁴ Existem partes de ramos da produção que estão sendo capturados pelo capital – parte da agricultura, por exemplo – ao mesmo tempo que ramos da produção primordialmente dominados por formas de organização da produção capitalista sofrem modernização tecnológica, introduzindo ou não novos produtos. Estes movimentos, por sua vez, decompõem-se, por um lado, na destruição de atividades informais e postos de trabalho assalariado e, por outro lado, na criação de outros postos de trabalho assalariado e criação, recriação ou ampliação de atividades informais. Enquanto a intensidade desse processo não diminuir, em especial na área rural, observar-se-á a manutenção de excedente de mão-de-obra – em especial migrantes – que pode ocupar parcelas de *determinadas atividades informais*, mormente nas zonas mais atrasadas do país, conforme exposto no capítulo anterior. Isto não implica que o excedente seja totalmente gerado pela expansão e ritmo da produção capitalista e nem que ao Setor Informal corresponda integralmente esse excedente.

(1976), op. cit., Apresenta a partir de diversos trabalhos próprios e de outros – em especial Merrick para Belo Horizonte e Webb para o Peru - as seguintes conclusões: (i) há pronunciada seletividade entre os trabalhadores informais; grande parte deles estariam fora da faixa etária madura, são mulheres, e tem baixo nível de escolaridade; (ii) não há evidências que sugiram que o Setor Informal seja porta de entrada para migrantes recém chegados; (iii) os rendimentos dos trabalhadores informais são relativamente mais baixos em função dos fatores seletivos, mas mesmo excluindo-se esses o diferencial de renda desfavorável para o Setor Informal [persiste, p. 674/675.

¹¹ Singer. P. (1978), *op. cit.*, p. 29.

¹² Cavalcanti, Clovis (1978), *op. cit.*, p. 29.

¹³ Souza, P. R. (1980), *op. cit.*, p. 133; Cavalcanti, Clovis, *op. cit.*, p. 33.

¹⁴ O modo de produção capitalista deve ser entendido também como abrangendo, em especial, a produção e reprodução de seres humanos (esperança de vida, tamanho de família, taxa de crescimento demográfico etc.). Ver por exemplo Oliveira, F. (1977), *A Economia da Dependência Imperfeita*, Ed. Graal, R. J.

A reprodução da produção capitalista gera, simultaneamente, os espaços produtivos deixados abertos para a produção informal, como também parte do excedente de mão-de-obra – desempregados e procedentes de atividades informais desativadas. Tanto o espaço produtivo como o excedente de mão-de-obra gerados devem ser qualificados em sua composição e analisados em termos das relações com a produção formal. Não existe implicação direta para que os pobres urbanos formem este Setor, nem que expulsos do campo ali insiram, pois, além das barreiras à entrada em determinadas atividades informais, eles podem ser absorvidos por firmas capitalistas em determinados ramos e postos de trabalho ou por atividades geradas pelo Estado. Isto depende do padrão e do ritmo de crescimento da economia que estabelece a quantidade de postos de trabalho assalariado e a qualidade potencial efetiva de força de trabalho exigida para ocupá-los. Depende também do espaço qualitativo – tipo de atividades, requisitos de instrumentos de trabalho e de qualidade de força de trabalho para exercê-las – e quantitativo deixado em aberto pra o setor Informal, bem como da capacidade de resistência deste e de seus integrantes. Além disso, este fato deve ser analisado com base no desenvolvimento econômico encerrado pela realidade que está sendo estudada e não no sentido genérico. A conformação do Setor Informal e suas relações são diferentes em Recife, São Paulo e Londres e Hong-Kong etc., sendo que evidências empíricas indicam que é mais significativo quantitativamente e representa baixos níveis de renda nas regiões menos desenvolvidas. Os relatórios de órgãos internacionais pecam, às vezes, por não aprofundar aspectos específicos das realidades estudadas.¹⁵

O segundo argumento é aquele que considera capital e trabalho como fatores de produção e apresenta sua sub-remuneração no Setor Informal como um dos motivos para sobrevivência. Antes de tudo, capital está sendo entendido aqui como relação social. *Qualquer conjunto de instrumentos de produção não é capital, a menos que seja de posse de não trabalhadores e utilizados para produção de valor excedente.*¹⁶ Os meios de produção, neste sentido, têm como objetivo, na produção capitalista, extrair do trabalho alheio um excedente que valorize o capital. Corresponde a uma forma de organizar a produção – comando sobre assalariados, continuidade na produção, níveis de produtividade média social, extração de sobretrabalho, visando à acumulação e taxa de lucro competitiva – e de organizar o trabalho – mobilidade do trabalhador, controle sobre

¹⁵ Generalizar, sem maiores qualificações, a composição e o papel do Setor Informal na Ásia para a América Latina, ou para qualquer realidade, não elucida muito a questão do emprego e da renda. Veja-se, por exemplo, Mazudmar, D. (1976), *op. cit.*

¹⁶ Cunha, Paulo (1979), *op. cit.*, p. 35

o tempo e os movimentos no trabalho, produtividade. Esta relação independe dos desejos dos indivíduos que se apresentam no quadro social como capitalistas ou trabalhadores: é a forma como a produção capitalista se estabeleceu historicamente e como se reitera e desenvolve. O desdobramento e a transformação dessas relações, contudo, processam-se pelo desenvolvimento tecnológico e pela manifestação objetiva das necessidades, interesses e a anseios de indivíduos e grupos filtrados pelas relações de poder.

As relações capital/trabalho, conforme expostos no capítulo 2, ou não se definem no conjunto de atividades informais ou são mal definidas. À medida que a forma de organizar a produção não se norteia pela(s) taxa(s) de retorno, mas pelo nível de renda e, às vezes, pelas condições de trabalho e nível de aspiração que oferece ao proprietário/produzidor, pode-se falar em sub-remuneração. O proprietário produzidor explora sua própria força de trabalho e, no caso de ter alguns ajudantes, o trabalho excedente e, em geral, de pequena monta, e a finalidade é aumentar a renda, o consumo, do proprietário/produzidor.¹⁷ Os meios de trabalho não têm a finalidade de extrair trabalho excedente alheio para valorizar o dinheiro aplicado, mas, em geral, o próprio sustento e melhoria nas condições de vida. Lança-se mão do trabalho conjunto para obter facilidades no negócio ou em *serviços* maiores, que demandariam muito tempo e esforço caso fossem realizados por uma pessoa só. Obtém-se uma renda e *reparte-se*. Não é a sub-remuneração que cria ou mantém o Setor Informal; este, em primeiro lugar, depende da existência de espaço produtivo e, em segundo lugar, da existência de pessoas que se disponham e/ou não tenham outra opção, mas que possuam requisitos necessários para ocupá-lo. É bem verdade que parcelas de serviços e produtos informais podem se manifestar com preços baixos no mercado, contudo, deve ser observada a relação quantidade/qualidade/preço. Preços abaixo do mercado podem representar serviços especiais – vendas em pequenas unidades, por exemplo – de barganha entre o trabalhador e clientes.

Evidências empíricas, para alguns centros urbanos brasileiros, mostram que o preço de determinados serviços oferecidos pelo Setor Informal é fixado em função dos custos de serviço – materiais, *mão-de-obra*, tempo, transporte –, do nível de renda do cliente, da potencialidade do cliente em relação a serviços futuros, da relação pessoal e do conhecimento que o cliente tem sobre a natureza do serviço.¹⁸ Quando os serviços se

¹⁷ Lembra-se que esta é uma das características e decorrências da forma de organizar a produção em base à força de trabalho do proprietário/produzidor direto. Isto não implica que existam exceções. Vide capítulo 2, rodapé 5.

¹⁸ Oliveira, J.S. e Santos, R.P. (1975), O biscateiro como uma categoria de trabalho: Uma análise Antropológica in *Sistema de Informações para Políticas de Emprego*, IPEA, BSB.

destinam às unidades de consumo ou a indivíduos de renda mais baixa, os preços são estabelecidos, em geral, pelo vendedor e, neste caso, o custo de serviço estaria fixado no mínimo tolerável. Entretanto, quando o serviço se destina a unidades de consumo ou a indivíduos de maior renda, o preço é fixado por meio de barganha e dos fatores mencionados.¹⁹

Duvidosa também é a segunda afirmação, de que os mais pobres supram suas necessidades via Setor Informal. Na verdade, os mais pobres no meio urbano não vivem confinados e não têm atitudes passivas de confinamento²⁰ e, ainda, não estão engajados na produção para autoconsumo, ou visando suprir outros pobres. Muitos são assalariados regulares das formas de organização da produção capitalista – em geral, operários não qualificados e trabalhadores em serviços gerais – que integram o sistema de mercado, mal suprindo suas necessidades face ao baixo nível de renda que auferem. Engrossam, porém, o mercado interno, consumindo variado número de produtos industriais distribuído tanto por firmas capitalistas como pelo Setor Informal.

No Município de São Paulo, por exemplo, os membros das unidades de consumo que têm menor nível de renda, da mesma forma que os outros, realizam a maior parte de suas compras no centro da cidade ou nos corredores comerciais dos bairros e, principalmente, em firmas.²¹ É de se crer que isto ocorra pela diversidade de produtos a preços menores. No entanto, mesmo na zona central, encontram-se formas de organizar a produção informalmente. Nas zonas residenciais, por exemplo, mesmo periferias onde há mercado para firmas capitalistas, encontram-se, lado a lado, estabelecimentos formais e informais. Estes últimos distribuem quase só produtos industriais e, geralmente, guardada a mesma qualidade, a preços mais altos, cumprindo, em geral, um papel complementar às compras – baixos salários ou rendas e imprevistos –, prestando um serviço ao

¹⁹ Cavalcanti, C. (1978), *op. cit.*, p. 77/78; Cavalcanti, C e Duarte, R. (1980), *O Setor Informal em Salvador: Dimensões Natureza e Significação*. SUDENE/FUNDAJ/MTB, Re; Cavalcanti, C. e D. R. (1980), *À Procura de espaço na Economia Urbana: O Setor Informal de Fortaleza*, SUDENE/FUNDAJ/MTB/Re.

²⁰ Perlman (1979), *O Mito da Marginalidade*, Editora Paz e Terra, Petrópolis; Kovarick, L. (1980), *A Espoliação Urbana*, ed. Paz e Terra, Petrópolis. O confinamento pode ser percebido em função do nível de desenvolvimento econômico encerrado em uma dada realidade. A concentração de indivíduos pobres pode ser mais flagrante em realidades, relativamente, economicamente mais atrasadas, na periferia ou em favelas. No entanto, é um falso confinamento, pois estes indivíduos trabalham e se relacionam com o restante dos indivíduos.

²¹ Estudos preliminares para 1980, em S. Paulo, indicam que, proporcionalmente, um maior número de unidades de consumo de menor nível de renda per capita realiza suas compras de alimentos e de bens de higiene pessoal ou para manutenção do domicílio em armazéns, empórios, quitandas, feiras e minisupermercados, entre os quais existem produtores informais. No entanto, não é nesses locais que essas famílias realizam a maior parte de suas compras, dando preferência a supermercados grandes ou médios ou à junção desses com feira. Vejam: Cacciamali, M. C. (1982), *Família Trabalho e Níveis de Renda*, FIPE.

consumidor pela sua localização, por ser um ponto de encontro, pelos laços pessoais cliente/fornecedor, pelas formas de venda e pelas facilidades no pagamento.

Estes são argumentos que excluem, pelo menos para São Paulo, afirmações de que serviços informais atendem, primordialmente, à população da periferia, já que estes se espalham tanto no centro e/ou bairros privilegiados como na periferia. O que se altera, frente aos serviços prestados pelas firmas capitalistas, é que a gama e a qualidade dos bens e serviços oferecidos pelo Setor podem ser diferenciados em função da clientela e da capacidade e habilidade de seus integrantes em resistir à concorrência das firmas. Nessa perspectiva, o Setor Informal não se atém a produções marginais que proporcionam baixos níveis de renda e nem se constitui num receptáculo de migrantes à espera de ingressar no Setor Moderno. Contudo, seria necessária a realização de um maior número de estudos que, em diversas realidades, permitisse comparações entre características de clientela e seus pontos e locais de compra formais e informais. Se em regiões menos desenvolvidas, significativa parcela do Setor Informal oferece bens e serviços que se destinam à população de baixa renda, isto não quer dizer que esta população seja suprida basicamente por este Setor. Em São Paulo, estudos preliminares parecem indicar que nem o Setor Informal tem como principal cliente a população de baixa renda, nem esta população se abastece principalmente por ele. Aliás, caso isto acontecesse, estaria contrariando as leis da produção e de mercado de um economia industrial, como a presente região de São Paulo.

As qualificações que se quer destacar para a última afirmação a ser discutida – elevado grau de competitividade do setor – se constituem em lembrar que inúmeras atividades informais não se caracterizam por baixa renda, facilidade de entrada e nem por atuarem em mercados competitivos, como afirmado em estudos citados.²² Em função da utilização de meios de trabalho sob o comando do trabalhador e da aquisição da qualificação ou de habilidades, especialização e treinamento que não são acessíveis a todos, as atividades informais, em maior ou menor grau, bloqueiam a entrada de concorrentes. Esses fatores não permitem o ingresso de parte do excedente de mão-de-obra, de migrantes e de jovens. A maioria destes provém de zonas economicamente mais atrasadas com outras cognições,²³ agudizada a disparidade de readaptação quando a procedência é o campo. Eles encontram refúgio em particulares atividades, formais e informais, que representam possibilidades de readaptação relativamente maior às propriedades cognitivas, da experiência vivencial e de trabalho adquiridos no passado

²² Ressalte-se que Souza, P. R. (1979), e (1980), *op. cit.*, critica a si mesmo em trabalhos anteriores.

(serviço doméstico para mulheres, ambulante e tarefeiro para homens e, ainda, trabalhos na construção civil, serviço de carga, limpeza, conservação e vigilância).

Enfim, pobreza e trabalho integram duas faces da mesma moeda. Os trabalhos que retribuem baixa remuneração envolvem tanto postos de trabalho no Setor Formal como trabalhadores em atividades informais.

Não é intrínseco às firmas capitalistas oferecer postos de trabalho com salários relativamente altos, a não ser em determinados postos, como, por exemplo, aqueles que abrangem o controle sobre o processo de trabalho e a organização do processo de produção, nem propiciar estabilidade ou condições favoráveis de trabalho, mormente em países economicamente atrasados. Além disso, essas últimas são características de movimentos – produção e trabalhadores – sintetizados, hoje, geralmente, em grandes firmas, em especial oligopólicas, que organizam o trabalho em larga escala. Ressalte-se que essas condições de trabalho e, subsequente, de vida, são decorrentes do processo histórico sob forma capitalista, da concorrência intercapitalista, do desenvolvimento da tecnologia, dos processos produtivos e de trabalho e das necessidades e organização dos trabalhadores. Assim, condições de trabalho mais favoráveis em firmas dependem do caminho seguido pelo desenvolvimento capitalista e do resultado alcançado em cada realidade.

No caso brasileiro, nos dias de hoje, a expansão capitalista expressa-se em um quadro heterogêneo e desigual. Também heterogêneos e desiguais são as condições de trabalho e os níveis de remuneração das firmas, entre e intra-ramos da produção e entre regiões. Ramos em que a produção exige um volume mínimo de capital, que representa barreira a pequenos empreendedores, e é realizada em grandes firmas, em especial oligopolistas, oferecem relativamente melhores condições de trabalho e salário, mormente a qualificados.²⁴ Também é reconhecido que, nas regiões mais desenvolvidas, o patamar salarial é mais alto. No entanto, a maior parte das firmas paga salários relativamente baixos, seja quando comparados com a cesta de consumo necessária ou quando com os níveis de salários das firmas oligopolistas. Aclopa-se, a este quadro, o agravamento da amplitude do leque salarial ocorrido no país como um todo no período do milagre.²⁵

Assim, dado que parte considerável dos trabalhadores de baixo consumo se insere nas formas de organização da produção capitalista, resta saber em que proporção isto

²³ Kovarick, L. (1980), *op. cit.*, Ed. Paz e Terra, Petrópolis, p.105.

²⁴ Ekerman, R. (1975), *Parcela Salarial e Tamanho da Firma*, FIPE.

²⁵ Souza, P. R. (1980), *op. cit.*, cap. 3.

ocorre. Esta é uma das finalidades deste trabalho, seja na elaboração de uma metodologia para coleta de informações para mensurar estas afirmações, seja na mensuração em si para o Município de São Paulo. Contudo, faz-se necessário algumas qualificações sobre os assalariados de tal forma a permitir, de início, a construção teórica das formas de participação dos trabalhadores na produção e, posteriormente, a comparação, a partir de informações coletadas em pesquisa de campo, sobre níveis de renda e outras variáveis entre assalariados e contas próprias.²⁶ É neste sentido que, no próximo capítulo, expõem-se os pressupostos que conduzem às formas de participação na produção de trabalhadores assalariados.

²⁶ Trabalhadores por conta própria ao longo deste estudo são denominados também de contas próprias.

CAPÍTULO 4

A HETEROGENEIDADE E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO

INTRODUÇÃO

Comando sobre assalariados, desvinculamento entre propriedade dos meios de produção e trabalho na produção, propriedade individual dos meios de produção ou de grupos de indivíduos, direcionamento da produção via taxa de lucro, manutenção de escala e produtividade socialmente necessárias para, pelo menos, a permanência no mercado e, portanto, na produção, estão entre as características primordiais das firmas de organização da produção tipicamente capitalista, aqui denominadas, genericamente, de firmas. Contudo, existem especificidades em seu interior em função do ramo da produção, da posição do poder econômico e político de cada firma e/ou de suas características técnicas e organizacionais.

A diferenciação de processos produtivos, de trabalho e de postos de trabalho¹ é intrínseca à produção capitalista, como já foi exposto na introdução a este estudo. No entanto, apesar de cada posto de trabalho caracterizar-se pela sua ação individual e específica, entre a maioria dos postos – criados pelo processo de diferenciação – existe um traço comum: a subtração dos conhecimentos e o domínio dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Assim, se por um lado ocorre uma contínua diferenciação no processo produtivo, de trabalho e de postos, por outro, também há uma tendência a homogeneizar os atributos da força de trabalho.

Estes elementos que, sinteticamente, encerram e expõem a segmentação do trabalho, nas firmas capitalistas, merecem detalhamento e qualificações. Estes serão expostos ao longo deste capítulo, em que se apresenta a organização do trabalho assalariado e seus efeitos sobre o trabalhador, numa exposição que torna possível o estabelecimento de critérios que, interligados, permitirão que se construa as formas de participação dos assalariados na produção. Esta etapa faz-se necessária tendo em vista os objetivos do trabalho entre assalariados e contas próprias, e a extração das proporções

¹ Posto de trabalho, para fins deste capítulo, está sendo definido como conjunto de tarefas a ser realizado pelo indivíduo ocupante do posto. A realização de uma tarefa implica uma série de operações elementares que seguem uma determinada ordem e o encadeamento dessas operações é definido por um procedimento. A operação pode ser considerada como uma ação indivisível, isto é, só pode ser realizada por uma pessoa de cada vez. Um conjunto de postos de trabalho dispostos em cadeias em níveis hierárquicos é aqui denominado atividades.

dessas categorias de trabalhadores entre aqueles que compõem os mais baixos extratos de renda no meio urbano.

4.1. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO

A característica mais comum à organização do trabalho, nas firmas, é a incessante divisão do trabalho, presente na produção entre atividades de execução e comando, por meio de conjuntos de postos de trabalho dispostos em cadeias e em níveis hierárquicos. Em geral, o encadeamento dos postos de trabalho está condicionado pela tecnologia adotada e pelo efetivo de pessoal da firma. A hierarquia dos postos entre postos está associada tanto à organização do trabalho efetivada pela firma, como às qualificações e habilidades requeridas dos trabalhadores e/o responsabilidades definidas para cada posto. Estas últimas englobam a manutenção de máquinas e equipamentos, o controle sobre os trabalhadores de execução e/ou os níveis e parcelas de comando² sob o processo produtivo.

Firmas pequenas e médias, face às restrições que lhes impõem suas características tecnológicas de efetivo de pessoal, têm possibilidades mais restritas de estabelecerem extensa divisão do trabalho. Logo, também não possuem uma subdivisão de postos de trabalho nem em cadeias, nem em níveis hierárquicos. A organização interna de trabalho nestas firmas é, portanto, bem menos complexa que aquela levada a cabo pelas grandes empresas.

Em firmas muito pequenas, representadas pela figura do proprietário e por alguns empregados, a organização do trabalho abrange, em geral, os níveis de comando e execução. Os trabalhadores são responsáveis por todas as tarefas de execução e o proprietário, neste caso, não delega autoridade e é responsável pela gestão do negócio, isto é, organização, preparo e controle do trabalho, contato com clientela, fornecedores, banco, fisco etc. Contudo, à medida que as atividades administrativas se avolumam e sobrecarregam o proprietário, geralmente desdobram-se as atividades administrativas de execução e criam-se as figuras dos encarregados e de um chefe geral, que preparam e controlam o trabalho,³ cabendo ao proprietário, agora, somente o comando da firma. A

² Entendem-se, aqui, por atividades de comando aquelas ligadas ao planejamento e à implementação de processos produtivos e de trabalho, à alocação e organização dos trabalhadores e ao cumprimento de metas previstas, também denominadas, ao longo deste estudo, de atividades administrativas, de gerenciamento ou gestão.

³ Controlar o trabalho consiste em verificar se as tarefas estão sendo realizadas exatamente como mandam as instruções e procedimentos vigentes na firma.

divisão do trabalho, neste caso, é ainda pouco complexa, podendo o trabalhador, neste tipo de firma, executar uma multiplicidade de conjuntos de tarefas, que corresponderiam a postos de trabalho específico e diferenciáveis caso a escala de trabalho fosse maior. O patrão é responsável pela gestão da empresa ajudado, de forma temporária ou permanente, em função de volume e qualidade das atividades de comando, por assistentes especializados em certos conjuntos de tarefas (por exemplo, secretária, contador, vendedor) que, no entanto, não têm poder de decisão sobre o processo produtivo. Essas são as características principais da organização do trabalho em pequenas firmas, nas quais, vale repetir, o patrão pode delegar poderes para o controle dos trabalhos de execução, em especial na produção,⁴ mas, em geral, não delega parcela alguma de decisão sobre as atividades de comando da firma.

Em empresas maiores, de porte médio, segue-se nas atividades de produção a mesma estrutura descrita, embora ampliada, e a delegação parcial das atividades de comando⁵ exercida pelo proprietário subdivide-se em postos de trabalho. Parte destes, em vista das atividades de administração, passam a ter, inclusive, a responsabilidade de controle sobre os trabalhadores que exercem tarefas de execução a nível administrativo. Entretanto, ainda nestas firmas, trata-se de delegação parcial, pois o proprietário chama a si as decisões finais sobre todo o gerenciamento da firma. Somente nas grandes firmas é que o proprietário, caso exista, constitui-se numa peça da engrenagem administrativa, tendo relativizada sua posição de comando.

A grande firma moderna caracteriza-se por ampliar de tal maneira a escala de produção e as atividades gestionárias que se rompe o vínculo entre a firma capitalista/proprietário individual.⁶ Ou seja, rompe-se o vínculo entre propriedade e gestão da firma, ao mesmo tempo que se cria uma organização para administrá-la, representada pelos departamentos de planejamento, organização e distribuição da produção, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos e treinamento, custos, contabilidade, expedição e transporte, compras, controle de estoque, manutenção e outros, centrados sobre o departamento financeiro, coração da firma.

À medida que a escala de trabalho se amplia, também se evidencia e aumenta a separação entre atividades administrativas e de produção, entre trabalhos de execução e

⁴ Entende-se aqui por produção as atividades de execução, preparo e controle sobre o trabalho que frutificam no produto final do processo produtivo.

⁵ Os trabalhos que se constituem em ramificações das atividades de comando ou gerência são denominados, para efeito deste estudo, trabalhos ou atividades de escritório.

⁶ Veja-se a esse respeito em Braverman, H. (1978), *Trabalho e Capital*, Zahar, R. J., em especial capítulos 5 e

controle na produção e entre execução, controle e comando na administração, estendendo-se a divisão do trabalho entre e intra todas estas atividades. Ao mesmo tempo, no interior da firma, desenvolvem-se outros trabalhos e/ou atividades destinadas a apoiar estes dois grandes grupos – produção e administração –, tais como serviços de alimentação, limpeza, comunicação, saúde, transporte etc., as quais, parcial ou totalmente, poderiam ser – e o são em algumas firmas – realizadas por outras firmas contratadas para esse fim.⁷

O resultado destes desdobramentos, que apresentam diversas graduações em todas as firmas, pode ser observado de maneira mais precisa nas grandes firmas, cuja organização do trabalho constitui-se em modelo seguido pelos demais à medida que se expanda sua escala de trabalho. Pode ser também um padrão a ser implementado, caso uma firma penetre na produção já com trabalho organizado em larga escala.

É para a organização do trabalho e as suas conseqüências para o trabalhador no interior das grandes firmas, em especial nos dias de hoje, que se volta, neste momento, o presente trabalho. Ressalta-se, contudo, que enquanto pequenas e médias firmas têm dimensões e organização do trabalho comparáveis, seja pela escala de trabalho, seja pela ampliação que ocorre na produção, distinguem-se pela complexidade da organização administrativa e pelo alcance por parte da figura do proprietário nas atividades de comando. Este não é o caso das grandes firmas que envolvem multiplicidade de situações, dada a superposição de dimensões, origem e local da firma, ramo da produção, tecnologia, multiplicidades de plantas – concentradas num local só ou descentralizadas a nível regional ou internacional –, estratégias de mercado e outros aspectos que lhe sejam específicos.

Certos princípios, no entanto, aplicam-se a todas as grandes firmas e são por elas perseguidos à medida que têm sua escala de produção ampliada. Tratam-se de princípios referentes à economia, seja o efetivo e adequação do pessoal ou de materiais, e às informações e seu processamento que possibilitem tomadas de decisões. Estes princípios, minimizadores de custos relevantes do ponto de vista da organização do trabalho, são, em síntese, aqueles que, em tese, podem permitir a ampliação da firma.

O crescimento da grande firma traz consigo a descentralização das instalações e a diversificação de atividades e de ramos de produção. A administração destes complexos deverá levar em conta a maneira de estabelecer ligações hierárquicas inter e entre as diversas plantas, ramos da produção que a firma ocupa e atividades. No caso de existirem

⁷ Estas atividades são denominadas, ao longo do trabalho, de atividades de apoio ou serviço.

diversas plantas, a sede do grupo concentra as atividades comuns e os comandos locais têm autoridade para tomar decisões necessárias ao bom andamento de sua(s) unidade (s). Estes últimos não recebem ordens nem instruções, mas programas que definem um conjunto de objetivos a ser alcançado e diretrizes que permitem ao escalão local autonomia relativa. A limitação da autonomia é determinada por conflitos de interesses e estratégias adotadas pelo comando na sede da firma e por princípios de custos e auto-regulação. Entre estes últimos, por exemplo, os comandos locais não podem estabelecer a escala de trabalho, nem as decisões sobre investimentos, mas o recrutamento e seleção do pessoal de execução e de hierarquia intermediária – de controle comando – lhes cabe, assim como a organização interna do trabalho e, em menor grau, a compra de insumos, e estabelecimento de produtos finais e a estratégia de vendas.

Antes de descrever os critérios que conduzirão às formas de participação dos assalariados na produção, é necessário destacar algumas características gerais da expansão da produção em larga escala, do desenvolvimento da tecnologia e da divisão do trabalho pelo seu impacto sobre a organização do trabalho e sobre o próprio trabalhador assalariado.

4.2. IMPACTO DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM LARGA ESCALA SOBRE O TRABALHADOR

A aplicação intensiva do parcelamento das tarefas, isto é, a divisão técnica do trabalho, vem se processando sistematicamente ao longo do tempo, seja para a totalidade dos ramos da atividade econômica, seja no interior das firmas. Este movimento retira os entraves à valorização do capital, apóia-se no controle sobre a força de trabalho e acarreta a diminuição dos custos do trabalho.⁸ Quanto à retirada dos entraves à valorização do capital, Salm escreve: *A máquina, ao retirar a ferramenta das mãos do trabalhador; e a força motriz, ao acionar a máquina e ditar a cadência do processo (de trabalho), vão se*

⁸ Esclareça-se esta afirmação com as seguintes citações: A concentração dos operários em fábrica foi uma consequência lógica do *putting-out-system* (ou, se quiser, das duas contradições internas) e seu sucesso não tinha muito a ver com a superioridade tecnológica das grandes máquinas. O segredo do sucesso da fábrica, o motivo de sua adoção é que ela retirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção (grifos deste autor). Marglin, S. – Origem e Funções do Parcelamento das Tarefas – Para que servem os Patrões? In Gorz, A. (1980), *Crítica da Divisão do Trabalho*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, p. 58, complementando Marglin, Gorz afirma: a divisão e o parcelamento da divisão entre trabalho intelectual e manual, a monopolização da ciência pelas elites, o gigantismo das instalações e a centralização dos poderes que daí decorre – nada disso é necessário para uma produção eficaz. In Gorz, A. (1980), *op. cit.*, p. 11. Ressalte-se, em relação a esses autores, que, nos dias de hoje, o acoplamento entre técnica, gigantismo e lucros é tão grande que torna difícil excluir a imposição técnica como condicionante do controle sobre o trabalho, quando este é organizado em larga escala.

*encarregar de minimizar os entraves que o elemento subjetivo, o trabalhador, possa impor à valorização do capital... o trabalhador direto, complexo, específico e hierarquizado tende a se transformar em simples, versátil, homogêneo. Se antes o processo de trabalho se adaptava ao trabalhador parcial, agora é trabalhador que se adapta ao sistema de máquinas como mero apêndice.*⁹

O desenvolvimento da maquinaria, por outro lado, vem acompanhado, para a totalidade dos ramos de produção e no interior da firma, da centralização das decisões sobre os processos produtivos, representada por uma organização administrativa apoiada em princípios gerais da divisão do trabalho que retiram do trabalhador o elemento subjetivo do comando sobre o processo produtivo e de trabalho. É neste sentido que se verifica, em especial no interior das grandes firmas, conforme ressaltado anteriormente, extensa subdivisão em cadeias e hierarquias, tanto nas atividades de produção e administração como nos trabalhos de execução, controle e comando.¹⁰

Estes argumentos ratificam-se quando se observa o impacto da divisão do trabalho sob os custos da mão-de-obra. A decomposição de uma operação complexa em um conjunto de operações de diversos graus de simplicidade/complexidade é que permite uma composição mais flexível da força de trabalho (sexo, faixa etária, requisitos e habilidades) e barateia o custo do trabalho, pois a cada tarefa corresponde uma taxa de pagamento mais baixa. O custo de diversos trabalhos parciais é menor quando comparado ao custo de um trabalho integral, além disso, o tempo necessário à adequação de um trabalhador a um posto de trabalho é também menor o que, em geral, diminui os custos de treinamento. Estes são alguns motivos porque o treinamento que predomina nas firmas é no próprio local de trabalho, além dos programas de treinamento não ocuparem posição privilegiada na política de recursos humanos das grandes firmas, a não ser quando se introduz um novo processo de trabalho ou quando se tratam de postos de chefia e/ou gerencia.¹¹

⁹ Salm, C. *Escola e Trabalho*, ed. Brasiliense, S.P., p. 70 (parênteses e grifos deste autor). Um exemplo recente e observável deste argumento e deste processo é a introdução do controle numérico nas máquinas ferramentas, e a conseqüente desqualificação dos ferramenteiros. Ver a exposição em Braverman, H. (1978), *op. cit.*, p. 169 e seguintes.

¹⁰ Braverman, H. (1978), *op. cit.*, em especial nos capítulos, 6 e 10, e 15 e 16, apresenta argumentos relevantes para a divisão do trabalho, para o impacto da maquinaria e para a tendência à homogeneização dos trabalhos.

¹¹ Informações para o Brasil sobre a insignificância deste custo podem ser encontradas em Morley, S.A., Barbosa, M e Cacciamali de Souza, M.C. (1977), *Evidências no Mercado Interno de Trabalho Durante um Processo de Rápido Crescimento Econômico*, IPE, vol. 7, nº 3, p. 61/102. Veja-se em Doeringer, P. e Piore, M. (1971), *Internal Labour Market and Manpowe Analysis*, Health Lexington Massachussets, a exposição sobre política de treinamento nas grandes firmas, em especial na p. 96 e seguintes.

A contrapartida à extensão e à aplicação da divisão do trabalho no processo produtivo é a tendência a se homogeneizar a força de trabalho. Se, por um lado, a crescente divisão social e técnica do trabalho traz consigo os ganhos de produtividade hoje observáveis, por outro, promove a contínua destruição das qualidades e habilidades do trabalhador e a criação de outros requisitos – menos profissionais – para se exercer o trabalho. Isto é, a tendência das grandes firmas é requerer atributos mais homogêneos e padronizados e menos específicos e individualizados, em especial para grupos de atividades de execução e menos (? – tem esse “menos” aqui?) nos postos de controle. Em conseqüência, criam-se postos que promovem o acesso, cada vez mais amplo, a contingentes assalariados semi e não qualificados, em tarefas rotineiras e monótonas, geralmente de execução. Isto se verifica tanto na produção de bens – nas figuras dos operadores e auxiliares – como nos escritórios, independentemente do ramo de produção, em diversas atividades de rotina administrativa ou nas atividades de apoio ou serviços.¹²

O elevado parcelamento das tarefas se, de um lado, simplifica os requisitos de qualificação, por outro, implica a necessidade de aquisição, por parte do trabalhador, de atitudes e habilidades específicas para o trabalho coletivo. Ele precisa adquirir hábitos estáveis de trabalho, adestrar-se a executar tarefas repetitivas e monótonas, aprender o ritmo e certo número de movimentos condicionados pelas máquinas e demais equipamentos e adaptar-se ao ritmo do trabalho de seus companheiros. Deve, ainda, adquirir conhecimento sobre as regras e procedimentos internos da firma. Por outro lado, é a integração dos trabalhadores no processo produtivo que promove o nível de produtividade médio global da firma. É o trabalho conjunto, no qual o trabalho parcial de cada um depende do outro, que, aliado a um determinado nível tecnológico, determina o nível de produtividade. A intensidade do trabalho individual, portanto, só tem sentido nas grandes firmas quando coadjuvado com aquele realizado por todos os outros.

Assim, é nas grandes firmas que, se o trabalhador individual, em média, perde poder relativo de barganha, o trabalho conjunto, coletivo, ganha força relativa. É a organização do trabalho, em larga escala, portanto, que gera, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a base para a criação e fortalecimento de grandes organizações de trabalhadores e de fortes movimentos reivindicatórios para se obter melhores níveis de salários, menos horas de trabalho, estabilidade no emprego e

¹² Por exemplo, pesquisa direta em duas fábricas de automóveis na Grande São Paulo indicou: A indústria automobilística emprega sobretudo mão-de-obra não qualificada e semiquificada; mais de 70 dos operários nas duas fábricas pertenciam a essas duas categorias, Humphrey, J. (1979), Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista, *Estudos CEBRAP*, nº 23, Ed. Brasiliense, S.P., p. 81/164.

melhores condições no trabalho em geral, bem como para deter maior participação nas decisões da firma e no plano político mais amplo.

A expressão consciente das necessidades do trabalho coletivo nas firmas modifica-se ao longo do tempo. Apesar das especificidades de cada local, a literatura sobre movimentos de trabalhadores, em linha gerais, relata que se parte da resistência ao assalariamento, passa-se pela melhoria das condições materiais e de horas trabalhadas e chega-se à necessidade de menor embrutecimento do trabalho, melhores condições ambientais e de saúde no trabalho, maior participação nas decisões na produção e métodos de controle menos repressivos.¹³

A resistência do trabalhador às condições de trabalho¹⁴ às quais está submetido manifesta-se em determinados momentos, e chega à gerência ou comando da firma por meio de sintomas e de um conjunto de informações quantificáveis como: acidentes, elevada rotatividade, absenteísmo, dificuldades de recrutamento de pessoal e queda na produtividade como resultados de defeito de fabricação, erros, sabotagens etc.; pode-se chegar até greves e paralisações.¹⁵ Os prejuízos que podem advir da insatisfação organizada e uníssona de dez mil, vinte mil ou mais trabalhadores de uma grande firma e que abalam a produtividade estão entre os motivos que conduzem à recriação das formas de controle sobre os trabalhos de execução e a mudanças das relações na organização do trabalho, pois, apesar de a massa de salários na produção passar a ter menos peso na

¹³ Marglin, S. (1980), *op. cit.*, apresenta a resistência e indisciplina ao estabelecimento da organização do trabalho sob forma capitalista, em especial, p. 65/67. Analisando as lutas sindicais e movimentos espontâneos dos trabalhadores na década de 60 na França, Tratenberg expõe: *Entretanto é necessário acrescentar que o sindicalismo e os operários não apresentam entusiasmo algum pela 'participação', porém não deixam de reivindicar pesquisa salarial em todas as áreas da fábrica, diminuição das diferenças salariais entre uma categoria e outra, permissão para que o operário discuta ritmos, transformando o funcionamento da produção. Ao mesmo tempo, o movimento operário preocupa-se pela redefinição do papel do administrador, pela intervenção coletiva no comportamento de direção, quando ela é autoritária e exerce grande poder de pressão (grifos deste autor)*. Além dessas reivindicações, em alguns países surgem outras questões que ultrapassam os problemas específicos nas fábricas. Na Itália, surgem tensões ligadas a uma exigência crescente de participação, à marginalização de emigrantes, velhos e mulheres. Tratenberg, M. (1980), *Administração, Poder e Ideologia*, Ed. Moraes, S.P., p. 120.

¹⁴ Tragtenberg, M. (1980), *id. Ibid.*, também relata as condições de trabalho a que estão submetidos, em geral, os trabalhadores no Brasil, Argentina e Bolívia. As fontes e o encadeamento das informações, basicamente de jornais, que propiciaram as descrições e a análise se encontram nas Notas ao capítulo Exploração ao Trabalho II, p. 146/185. Outras descrições, informações e análises sobre o impacto da organização do trabalho em larga escala sobre o trabalhador, em especial sob os aspectos de sexo, raça, educação e urbanização, podem ser encontrados em: Gordon, David ed. (1977), *Problems in Political Economy: An Urban Perspective*, 2th Edition, D.C. Heath and CO; Edwards, R.C.; Reich, M e Weisskopf, T. eds. (1972), *The Capitalist System*, parte III, p. 203/356, Prentice-Hall International Inc. N.J. *Monthly Review Press* (1976), *Technology, The Labor Process and The Working Class*, *Monthle Review Press*; Edwards, R. (1979), *Contested terrain*, Basic Books, Inc., Publisher, N.Y., Reynolds, L. G.; Stanley M. H., & Collete, H.M. (1978) eds., *Labor Economic and Labor Relations*; *Prentice hall Inc.* N.J.; King, J.E. (1980), Ed. Reading in *Labour Economics*, Oxford University Press, London.

¹⁵ Os seguintes trabalhos relatam estes fatos; Força Tarefa Especial, *Work in América*, Apud Braverman, H. (1978), *op. cit.*, p. 45; Terkel, S. (1972), *Working*, *Avon Books*, N.Y.; Braverman, H.

receita total das grandes firmas, sem os trabalhadores não se pode pôr o processo de produção em marcha. Cativar o trabalhador, então, é ainda sinônimo de manter e atingir metas de produtividade, ampliar parcelas de mercado, enfim, de cativar lucros.¹⁶

O impacto do trabalho coletivo sobre a gerência da firma é que aumenta, tendo em vista essas questões, os problemas de disciplina, a necessidade de impor hábitos e ritmos estáveis de trabalho, e a responsabilidade e a mentalidade de lealdade à firma. Dessa forma, passa a adquirir importância a administração de cargos e salários, o recrutamento e a seleção de pessoal, visando à adequação, qualificação e demais requisitos do trabalhador ao posto de trabalho, bem como os procedimentos organizacionais internos à firma. Cria-se, então, um conjunto de atividades para alocar e controlar o trabalho: os departamentos de Recursos Humanos e, em função da escala de trabalho, de Relações Industriais. Tais departamentos, nas grandes firmas, englobam todos os aspectos vinculados à sua organização de trabalho – política de recursos humanos – que, em geral, compreendem as atividades de recrutamento, seleção, adequação e treinamento dos trabalhadores, assim como a introdução de novos processos de trabalho, a administração de cargos, salários, e a formulação e implantação de critérios para promoções internas, aspectos legais e sobre a medicina do trabalho, entre as principais. Implementa-se, em geral, também a psico-sociologia no trabalho.¹⁷ Esta, mormente nos países capitalistas avançados, enfatiza a administração democrática/racional em contrapartida à administração autoritária/repressiva; enfatiza também a iniciativa e a responsabilidade individual¹⁸ e encontra campo fértil nas firmas de porte médio¹⁹.

¹⁶ Sobre evolução da parcela salarial, veja-se os estudos de Ekerman, R. (1975), *op. cit.*, e Macedo, R. (1980), Distribuição Funcional na Indústria de Transformação,

¹⁷ Braverman (1978), *op.cit.*, enfatiza o relativo fracasso da psico-sociologia aplicada à adequação do trabalhador, contudo, a ênfase que é dada pelos Recursos Humanos e Administração de Salários a esses métodos fazem com que, em geral, estejam sendo admitidos como estratégicos na manutenção das cadeias e hierarquia trabalhadora. Ziempeck afirma: *Motivar a aperfeiçoar o elemento humano é atribuição que a moderna administração precisa desempenhar para assegurar o progresso. O gerente canalizado procura munir-se das técnicas de comunicação, treinamento, seleção científica, aconselhamento, indução e administração de salários.* Veja-se Ziempeck, B.G. (1978), Administração e Salários, CEPLAN, R.J., p. 5.

¹⁸ Ao contrário da ampliação das tarefas – que consiste em recompor certo número de tarefas parceladas (montagem, por exemplo) em uma tarefa complexa e menos monótona – o enriquecimento das tarefas consiste precisamente em devolver, ao operário de produção, a responsabilidade das tarefas de regulação, de manutenção e de controle que lhe tinha sido privada. O enriquecimento das tarefas elimina, portanto, os ‘Superiores’ e os sub-oficiais de produção. Delamatte Yves (1972), Recherches em Vue d’une Organization Plus Humaine du Travail, Ministère du Travail. Apud Gorz, A. (1980), *op. Cit.*, p. 83.

¹⁹ O trabalho de Pignon e Querloza ilustra estes pontos e apresenta estudos de caso sobre organização mais democrática do trabalho. Pignon, D. e Querloza, J. (1980), Ditadura e Democracia na Produção in Gorz, A. (1980), *op. cit.*, pp. 93/38. estas funcionam, às vezes, como laboratório para as grandes firmas e oligopólicas.

A evolução que traz consigo a criação do Departamento de Relações Industriais também provoca o surgimento do protótipo do trabalhador para cada posto de trabalho e/ou conjunto de cargos da firma. Para cada descrição de cargo, são estabelecidas quais as características (idade, sexo, escolaridade, características pessoais etc.) apropriadas para exercê-lo e o salário correspondente.²⁰ Os critérios adotados para o recrutamento e a seleção dos trabalhadores levam em conta não só o nível potencial de adaptação que o trabalhador, aparentemente, detém para exercer uma função específica para a qual está sendo selecionado, mas, também, a potencialidade deste trabalhador para adquirir a mentalidade da firma e, conforme o cargo, para percorrer as cadeias e escadas ocupacionais, hierárquicas e salariais que lhe são disponíveis na unidade de produção ou administração da firma. Nesse jogo de ascensão, a ambição pessoal do trabalhador, as características pessoais e qualitativas face ao papel que irá desempenhar na firma e, principalmente, a confiança pessoal que recebe dos superiores são aspectos importantes para promoções e imprescindíveis para se alcançar um posto de chefia.²¹

As grandes firmas, neste sentido, apresentam, quando comparadas a firmas menores, em geral, condições de trabalho relativamente melhores a seus empregados e adotam medidas de estabilização do corpo coletivo de trabalho, que se revelam nos salários relativamente altos, mecanismos de promoção, assistência social, possibilidades de treinamento, de alimentação no local ou fora do local de trabalho, oportunidades de lazer e outros benefícios que aumentam o salário real do trabalhador.²² Este, à medida que ingressa em uma unidade da firma, absorve as diversas tarefas que compõem seu posto de trabalho, aquelas que constituem os postos de trabalho que lhe são próximos e a própria organização do local de trabalho, e pode percorrer os elos de postos de trabalho relacionados nessa unidade, que estão associados a requisitos e salários diferenciados. Ressalta-se, contudo, que os critérios de promoções referem-se, em geral, ao interior de uma mesma unidade da firma, estando restritos às possibilidades entre unidades, no

²⁰ Não se está excluindo os efeitos do mercado de trabalho sobre a fixação dos salários ou hierarquias de salários nas firmas, e sim revitalizando seus efeitos, admitindo que são filtrados pelos mecanismos internos da firma. Ver Doring, P e Piore, M. (1971), *op. cit.*, cap. 4, e Morley, S., Barbosa, M. e Cacciamali de Souza, M. C. (1978), *op. cit.*

²¹ Morley, S., Barbosa, M. e Cacciamali de Souza, M.C. (1978), *op. cit.*, mostram em 82 empresas urbanas, na cidade de São Paulo, que as cadeias e escadas ocupacionais são relativamente abertas, isto é, as portas de entrada à firma não se situam somente na base ou início da escada ou cadeia de postos de trabalhos, excetuando os postos de chefia ou supervisão.

²² Esta afirmação se refere à distribuição dos assalariados entre firmas grandes (ou oligopólios) e as demais, não implica que não haja exceções, nem que essas condições de trabalho e níveis de renda sejam superiores aos dos trabalhadores autônomos.

interior da própria firma, em especial entre os grupos de atividade que compõem a produção e administração.

As condições de trabalho e os níveis de renda vigentes nas grandes firmas estão sendo entendidos, aqui, como a resultante tanto das necessidades decorrentes da organização da produção em larga escala como dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. A escala e a diversificação do processo produtivo, a potencialidade de progresso técnico e de ampliação que a firma detém, as formas de organizar e estabelecer as relações e o controle sobre o trabalho são elementos próprios às grandes firmas que influenciam esse resultante. Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores para obter salários reais mais altos, menores horas de trabalho, estabilidade no emprego, controle menos repressivo no exercício do trabalho e melhores condições de trabalho em geral são elementos do trabalho coletivo que também influenciam a obtenção de melhores condições de trabalho e níveis de renda nas grandes firmas. Entende-se que estas se estendam como padrão a ser perseguido, tanto pela massa de assalariados como pelas firmas que se expandem ou que se implantam na produção já em larga escala. Entende-se, ainda, que a criação de postos de trabalho, sua disposição e subdivisão na organização do trabalho, conforme se apresenta nas grandes firmas, também se estenda como padrão a ser perseguido pelas demais.

Este é o ponto de partida para mostrar que, apesar de o trabalho assalariado nas firmas se mostrar extremamente heterogêneo e de difícil agrupamento sob as hipóteses e os argumentos considerados, pode-se estabelecer critérios para se construir categorias de análise que possibilitem formas de participação na produção por parte de assalariados. Tais critérios, que serão apresentados no próximo capítulo, são:

- Local do posto de trabalho: diretamente na produção de bens; diretamente na produção de serviços; no comando do processo produtivo; em apoio aos que estão diretamente na produção de bens ou serviços; e/ou no comando do processo produtivo;
- Tipo de posto de trabalho: de execução, de controle ou comando, diferenciados ainda por graus de qualificação e requisitos exigidos para cada posto de trabalho;
- Ramo de produção e tamanho da firma.

Para finalizar este capítulo, resta ainda a ressaltar que os assalariados, hoje, não se encontram apenas em postos de trabalho criados em firmas, mas também naqueles

criados pelo Estado, por outras organizações e associações que atendem parcelas de demandas sociais, como os sindicatos e outras associações com diversos fins. O Estado e estas organizações e associações, apesar de, em geral, organizarem o trabalho seguindo o padrão das firmas capitalistas, não se regem por todas as características definidas para elas. Assim, os assalariados ali inseridos são tratados, neste estudo, em separado, assim como os assalariados que, de forma permanente, prestam serviços às unidades de consumo sob a forma de serviços domésticos e aqueles que recebem salário – à parte da renda do trabalho – dos trabalhadores autônomos. A metodologia adotada para construir e captar o conjunto de formas de participação na produção, tanto dos trabalhadores autônomos como dos assalariados, é tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA PESQUISAS SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO E NÍVEIS DE RENDA

INTRODUÇÃO

A fragmentação configurada no espectro produtivo reflete-se no conjunto de trabalhos que dele se origina. Os indivíduos diferenciam-se não apenas quanto a seus aspectos pessoais, mas, principalmente, em função dos requisitos e habilidades requeridos para o trabalho. Estes são gerados diretamente pelas formas de organização da produção capitalista ou permitidos pelo espaço econômico intersticial.

O pressuposto principal para a análise das formas de participação na produção, conforme exposto na introdução a este estudo, é a existência de segmentação na produção. A produção apresenta-se, em resumo, em contínua diferenciação de ramos, de processos produtivos e de trabalho, de formas de organizar a produção e o trabalho, de postos de trabalho e atividades, assim como de características, qualificações e habilidades dos indivíduos. Para os propósitos deste estudo, construíram-se categorias analíticas que pretendem expressar maneiras pelas quais os indivíduos participam da produção.

Inúmeros fatores influenciam a forma de participação dos indivíduos no processo produtivo: a formação histórica da realidade em estudo, em seus aspectos políticos e econômicos, a maneira como o desenvolvimento social e principalmente econômico se processa, e o momento histórico em que se analisa este processo. Para efeitos deste estudo, é primordial a conformação da estrutura produtiva, o estado geral da economia e seus aspectos cíclicos e, em especial, o impacto destes aspectos sobre o mercado de trabalho. Pode-se afirmar, contudo, que sujeitos à conformação social e econômica de uma dada realidade, os indivíduos, hoje, participam de forma diferente na produção, condicionados a diferentes graus de propriedade e/ou comando de meios de produção ou dinheiro postos em valorização, e à diferenciação – em termos de habilidades e qualificação – de sua força de trabalho.

A montagem destas categorias intenta captar mais informações sobre a qualidade do processo de desenvolvimento econômico que vem sendo gestado em termos de postos de trabalho e atividades, das condições em que o exercício do trabalho se realiza e níveis de renda que deles provém. Quer se ressaltar que, em geral, classificações originárias de agregações de ocupações ou níveis de renda tendem a homogeneizar essas formas de

participação, que sintetizam diferenças entre condições de trabalho e níveis de renda.¹ Admite-se que estas variáveis (formas de participação na produção, ocupação e nível de renda) e outras (sexo, idade, escolaridade e qualificação) se associam entre si. Contudo, a primordialidade da diferenciação no exercício do trabalho e nos níveis de renda é neste trabalho produtivo, bem como aos postos de trabalho e atividades gerados.

As estatísticas oficiais no Brasil permitem apenas que se aproxime as formas de participação dos indivíduos na produção: *utilizando-se as categorias levantadas pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) pode-se supor que a categoria empregado corresponda, em grande medida, aos assalariados típicos da economia capitalista. Por sua vez, a categoria trabalhadores autônomos está associada aos pequenos produtores que, diferentemente dos assalariados, exercem algum controle sobre os meios de produção e que, embora subordinados ao sistema capitalista, estão vinculados à outra forma de organização da produção. Tem-se, ainda, a categoria de empregadores que se refere àqueles que contratam força de trabalho. Entretanto, à medida que, pelo conceito da PNAD, é considerado empregador quem tenha pelo menos um empregado, o levantamento estatístico não distingue o grande proprietário, que tenha sob seu controle um número muito elevado de empregados, do pequeno produtor que tenha apenas um ajudante assalariado. Deve-se, portanto, revitalizar qualquer análise feita a partir desta categoria, uma vez que “o pequeno empregador” estaria numa situação mais próxima à do trabalhador autônomo. Além dessas categorias, há ainda os membros da família sem remuneração que se constituem, basicamente, na mão-de-obra utilizada pelos pequenos produtores da área rural.*²

Acrescentes-e a estas ressalvas que, dentre os empregados, dever-se-ia separar tanto os dedicados ao serviço doméstico como os ajudantes dos pequenos produtores e, ainda, estabelecer categorias que refletissem a heterogeneidade entre os assalariados. Além destas limitações, cabe perguntar se o nível de agregação apresentado pelas estatísticas oficiais pode refletir as diferenças significativas existentes na produção e os seus reflexos sobre o mercado de trabalho, referentes às condições de trabalho e níveis de renda.

¹ As classificações por ocupação ignoram, em geral, formas diferentes de participação na produção (autônomos, proprietários, assalariados) a partir de uma ocupação. Por exemplo, os pedreiros, aqueles que se encontram como assalariados na construção civil, são igualados àqueles que realizam este mesmo trabalho por conta própria. As classificações por classe de renda agudizam, em geral, a não diferenciação pois, neste caso, se ignoram tanto a ocupação como a forma de participação.

² F.IBGE (1979), *op. cit.*, p. 99.

Para efetuar comparações entre o trabalho assalariado e autônomo, tendo como referencial os pressupostos delimitados aqui e em capítulos anteriores, segue-se os seguintes passos:

i) construção de categorias analíticas que permitam apreender sob que formas, em sua totalidade, os indivíduos participam da produção;

ii) desenvolvimento metodológico para captar, da realidade, as informações necessárias;

iii) apreensão de dados para 804 domicílios do Município de São Paulo, processando a obtenção de informações.

O item iii) reflete a extensão da divisão social do trabalho na localidade escolhida, as formas de organizar a produção e quais são as famílias, unidades de consumo, e os indivíduos que participam na produção sob as diferentes formas. Estas últimas, por sua vez, serão apresentadas mostrando os requisitos para exercer os diferentes trabalhos: idade, sexo, qualificação e escolaridade; as condições em que se exercem: horas, estabilidade, grau de organização dos trabalhadores e alcance de legislação trabalhista e, por último, sintetizam-se o conjunto das informações acima em hierarquias de renda do trabalho.

5.1. UTILIZAÇÃO PRÁTICA DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Adotou-se a pesquisa domiciliar como forma mais viável para se apreender as diversas maneiras pelas quais os indivíduos participam da produção, inclusive porque certas atividades, quase por definição, são invisíveis. Não havendo registro em lugar algum, a única opção foi a coleta de dados em domicílios. A realidade em estudo foi o Município de São Paulo, representado por 804 unidades de consumo amostradas, em janeiro de 1980.³ O cadastro de endereços que foi utilizado se constitui em uma subamostra do cadastro constituído pela EMPLASA para a pesquisa origem-destino, realizada em 1977. A seleção desta subamostra foi aleatória e proporcional à estratificação do cadastro original por zona urbana e padrão arquitetônico do domicílio.

³ Para maiores detalhes sobre os procedimentos adotados no trabalho de campo, ver CHAHAD, J.P.; CACCIAMALI, M.C. e LICURSI, M. E. (1979) , *Desenvolvimento Metodológico de um painel de Emprego e Renda*, FIPE/MTB, em especial cap. 2 e 3. Os dados procedentes dessa coleta de dados foram, posteriormente, codificados de acordo com a metodologia que está sendo aqui apresentada e desenvolvida no estudo de CACCIAMALI, M.C. (1982), *Política de Emprego e Renda: Possibilidades para o Setor Informal*, *Relatório IPE/FINEP*, São Paulo.

Esses critérios pretendem representar as unidades de consumo do Município, bem como as desigualdades sociais aqui existentes.

O instrumental de coleta de dados adotado foi um roteiro de entrevistas ao invés de questionário, compreendendo elevado número de respostas em aberto e sem delimitação, a priori, das categorias analíticas adotadas. A imposição de limites operacionais rígidos e do trabalho que podem vir a comprometer tanto a própria construção das formas de participação como interpretações sobre as condições de trabalho e níveis de renda. Ao longo da entrevistas, um conjunto de respostas fornece um quadro que deverá indicar sob que forma se dá a participação do indivíduo na produção e quais as áreas cinzentas nessas categorias.

A construção do instrumental, para efeitos deste estudo, levou em conta dois grandes conjuntos de informações: características gerais da produção (idade, sexo, estado civil, relação com o chefe da unidade de consumo, grau de escolaridade e local de nascimento), participação na produção, forma de participação, requisitos, condições de trabalho e nível de renda.

Para efeito deste estudo, foram considerados como praticantes na produção os indivíduos que, no momento da entrevista:

- estavam trabalhando de forma a obter um fluxo de renda, ou sem remuneração, em algum posto de trabalho ou atividade voltada para o mercado; excluiu-se, portanto, o trabalho não remunerado na produção doméstica;
- não estavam trabalhando, mas estavam procurando emprego e já tinham trabalhado anteriormente;
- estavam procurando o primeiro trabalho.

As formas de participação na produção serão explicitadas na próxima seção. Contudo, o conjunto de informações que consta do roteiro de entrevista e que possibilita que se definam os indivíduos segundo essas formas foram:

- trabalho e sua descrição;
- local de trabalho e posição na ocupação ou na atividade;
- propriedade dos instrumentos de trabalho e/ou qualidade destes;

- descrição do estabelecimento – ramo da produção, indicadores de vínculo com mercado (tipo de clientela e de fornecedores), indicadores de tamanho (números de trabalhadores e volume estimado de capital).⁴

Os requisitos para exercer o trabalho resumem-se em sexo, idade e escolaridade. As condições de trabalho a serem apresentadas são: horas trabalhadas por dia, tempo de permanência, qualificação e vínculo jurídico. As informações sobre renda mensal auferida foram coletadas separando-se as rendas do trabalho (atividade principal e secundárias) das demais e, no caso dos assalariados, imputou-se, proporcionalmente ao tempo de permanência no posto de trabalho, o 13º salário.⁵

5.2. AS CATEGORIAS DE ANÁLISE: A CLASSIFICAÇÃO SOB AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO

A produção, em geral, é entendida como o conjunto de trabalhos que visa a atender à demanda dos homens e, em seu aspecto particular, tal qual se apresenta nos dias de hoje, tem por objetivo a reprodução ampliada do capital. O trabalho, em geral, é entendido como objetivação da própria produção para prover essas necessidades e a própria reprodução da espécie e, em específico, como trabalho objetivado sob os desígnios do capital. O mercado de trabalho, por sua vez, é definido como espaço em que os indivíduos se dispõem a vender sua força de trabalho a outrem com o objetivo de prover suas necessidades.

As grandes categorias de análise, das quais se originam a classificação sob as formas de participação na produção, centram-se na captação de grupos de indivíduos delimitados, inicialmente, por graus de propriedade e/ou comando de meios de produção e de força de trabalho.⁶

⁴ Com a finalidade deste estudo é captar todas as formas de participação na produção, certas questões, apesar de respondidas por todos os participantes, não são confiáveis e entram na construção das categorias analíticas apenas para algumas formas de participação. *Por exemplo, descrição do estabelecimento, indicadores de vínculo com o mercado e indicadores de tamanho* são, em tese, confiáveis apenas para proprietários e trabalhadores autônomos, no entanto, este quesito foi aplicado para todos os participantes da produção.

⁵ Informa-se que 81% dos indivíduos apresentaram renda procedente de uma única atividade, 3% perceberam renda de duas atividades e 16% somavam outras rendas (aluguéis e pensões, principalmente) àquela procedente de atividade primária.

⁶ As categorias analíticas utilizadas neste estudo foram expostas em caráter embrionário em Chahad, J.P.; Cacciamali, M.C. e Lucursi, M.E. (1970), *op. cit.*; Cacciamali, M.C. (1980), Segmentação na Produção, Mercado Interno e Setor Informal – Considerações Teóricas e Metodológicas – Trabalho para Discussão Interna nº 16, IPE/FEA/USP; seu desenvolvimento e critérios que conduziram à sua operacionalização foram apresentados paulatinamente em Cacciamali, M.C. (1980) – Algumas Considerações Metodológicas

A propriedade de meios de produção e seu comando, assim como o comando sobre trabalhadores, definem proprietário. O indivíduo que, desprovido de meios de produção ou instrumentos de trabalho, vende o que possui – a força de trabalho – define como assalariado. Intermediando estas duas categorias, existe o por conta própria, que trabalha diretamente na produção, possuindo instrumentos de trabalho e ajuda ocasional ou sistemática de poucos trabalhadores ou membros da família. O comando e a propriedade de meios de produção e a propriedade da força de trabalho apresentam-se, quantitativamente e qualitativamente, distintos no interior destas categorias, o que lhes imprime heterogeneidade e gradações.

Antes de prosseguir o detalhamento das categorias analíticas selecionadas e sua operacionalização, é importante destacar a heterogeneidade entre firmas que, diferenciando-se por escalas de trabalho, expressam diferentes formas de organizá-lo. Não se ignoram outros aspectos que diferenciam as firmas capitalistas e a organização do trabalho, contudo, o número de indivíduos absorvidos resumiria, sinteticamente, a magnitude e o poderio da firma relativa à totalidade do ramo de produção que participa, bem como frente ao quadro produtivo, e, sob a ótica da organização do trabalho, é a variável chave. Não se ignoram, também, as dificuldades de se traçar uma linha, mesmo entrecortada, que refletisse tal separação, contudo, esforços devem ser feitos para obtê-la, tendo em vista o fato de não se poder tratar a organização do trabalho, as condições de trabalho e os níveis de renda que dela decorrem como homogêneas. Separam-se, inicialmente, somente as firmas em dois grandes grupos, pequena/média e grande, que refletem, em geral, diferenças significativas na organização do trabalho, conforme exposto no Capítulo 4.

Os critérios adotados para se delimitar estas diferenças são:

- i) existência da figura do proprietário e qualidade e extensão das atividades de comando sobre o processo produtivo;
- ii) momento em que a administração da firma passa a requisitar, seguindo o padrão adotado pelas grandes, a adoção de técnicas de recrutamento e seleção de pessoal, bem como de administração de cargos e salários – disposição dos postos de trabalho em

paras pesquisas de Emprego e Renda – Apreensão do Mercado de Trabalho em Espaços Urbanos in *VIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, BSB, p. 122/138; e Cacciamali, M.C. (1982), *Relações de Trabalho (Situação no Trabalho) no Município de São Paulo, Trabalho para Discussão Interna*, nº 8, e Cacciamali, M.C., (1982), *op. cit.*

cargos, cadeias e hierarquias associadas a salários – e procedimentos para treinamento e promoções;

A operacionalização desses indicadores resume-se em captar:

i) descrição do estabelecimento e vínculos com o mercado;

ii) número de indivíduos absorvidos pelo local de trabalho do indivíduo no estabelecimento ou na firma;

iii) surgimento, no estabelecimento ou na firma, de um departamento – Recursos Humanos ou Relações Industriais – que cuide da totalidade dos aspectos do trabalho;

iv) atribuições administrativas para a figura do proprietário, caso exista, que pode constituir-se ou não em uma peça da organização administrativa.

A conjugação desses indicadores é que permite observar a organização do trabalho em larga escala e separar as grandes firmas das demais. Admite-se que uma firma seja grande quando sua escala de trabalho atinja 500 indivíduos – se firma ligada à indústria de transformação – ou 100 – naquelas de serviços.⁷ Estes números é que potenciam os itens iii) e iv) anteriores. A obtenção desses grupos de firmas permite: agrupar conjunto de assalariados – tendo em vista a inexistência de dados objetivos sobre as firmas em que trabalha – e apoiar, associados aos demais itens característicos, o conjunto de proprietários.⁸

Incorporando estes critérios, a desagregação das categorias apresentadas anteriormente implica a seguinte classificação:

Pequenos Proprietários

Detêm comando sobre processos de produção levados à frente pela existência de assalariados. Não participam diretamente dos trabalhos na produção, nem da execução, contudo mantêm as atividades de supervisionar e organizar o trabalho, além da gestão do negócio. O estabelecimento encerra um mínimo de capital, de tal forma que o processo de produção possa ser contínuo. Quando a descontinuidade ocorre corresponde, em geral, a retrações na demanda e não à organização do trabalho em si. Essa última compreende

⁷ Este indicador é considerado, em geral, como a escala mínima para que um Departamento de Recursos Humanos seja implantado. Informações prestadas por Marco-Assessoria e Planejamento de Recursos Humanos – firma especializada em implementação e dinamização de Departamentos de Recursos Humanos.

⁸ A desagregação dos assalariados absorvidos em grandes, pequenas e médias firmas foi desprezada na análise empírica, em função do pequeno número de observações resultantes.

divisão pouco complexa, seja entre comando e execução, seja no interior destes dois grupos, conforme exposto no capítulo 4.

Estas firmas são encontradas em todos os ramos da produção e são consideradas pequenas, seja frente ao ramo específico na qual se inserem, seja frente à totalidade dos processos produtivos, bem como em relação ao progresso técnico adquirido pela sociedade. A pequenez se traduz em montante de capital, número de assalariados, organização interna do trabalho, tipo de tecnologia empregada, capacidade de produção, capacidade de resistência face às flutuações da demanda, possibilidade de crédito etc. Lembre-se que não existe dissociação entre propriedade e gerenciamento e que podem existir membros da família, assim como sócios, em atividades de comando administrativas ou de supervisão do trabalho. Operacionalmente, os critérios que conduziram à classificação são:

i) propriedade dos meios de produção, não participação direta na produção e concentração de comando sobre todo o processo produtivo;

ii) número de empregados existentes na firma define entre 50 e 500 estrato médio na indústria de transformação, e acima de 50 e menor que 100 esse mesmo estrato no setor serviços; número de empregados acima de 500 define estrato grande na indústria, e número de empregados acima de 100 define esse estrato em serviços.

Há que se considerar que o estágio atual do desenvolvimento capitalista tem como característica a produção de bens e serviços pelas grandes firmas, nas quais, embora possa figurar o proprietário, a organização, o comando, o controle e demais estratégias sobre o processo produtivo e de mercado cabem à gerência. Neste sentido, a delimitação entre médio e grande proprietário, além das características da firma que comandam, está no alcance das atividades administrativas que assumem. O médio proprietário é, em geral, a peça central do comando administrativo, enquanto o grande proprietário constitui-se em uma das engrenagens da organização administrativa. As empresas capitalistas média e grande definem, além da categoria de proprietário e assalariado, um subgrupo que foi definido como organizadores de produção. Este é composto pela hierarquia superior da gerência de uma firma: são os executivos e gerentes que detêm parcelas de comando sobre o processo produtivo e estratégias de mercado.

Assalariados

Configuram-se, conforme exposto no capítulo anterior, em leque heterogêneo de formas de participação na produção. O primeiro critério adotado foi separar os

assalariados em firmas dos demais; o segundo, pelo local do posto de trabalho situado na participação direta na produção de bens e no interior desta delimitação para exercer o trabalhador supervisão e controle sob os subordinados. Separam-se, desta forma, os operários e controladores na produção de bens de outros assalariados ligados a outros postos de trabalho na indústria de transformação e nos demais ramos de produção.

Os assalariados, que não estão diretamente ligados à produção de bens, são subdivididos pelo local do posto de trabalho em dois grupos: trabalhadores em escritórios e trabalhadores em atividades de apoio ou de serviços.

O primeiro grupo é composto pelos assalariados em postos de trabalho que se situam nas atividades administrativas da firma e constituem ramificações do comando sobre o processo produtivo, por exemplo, almoxarife, secretárias, escriturários, calculistas, técnicos de administração, de contabilidade etc. Decompõem-se estes postos pela existência ou não de atividade de controle e distribuem-se em todos os ramos da produção.

O segundo grupo é formado pelos assalariados em postos de trabalho que:

i) constituem apoio às atividades de produção e/ou administração no interior da firma independentemente do ramo de produção, por exemplo, vendedores, motoristas, faxineiros, copeiros etc.; ou

ii) produzem serviços e, simultaneamente, não estão em trabalhos de escritório nos ramos da produção do Setor Serviços, por exemplo, professores, balconistas, enfermeiros, motoristas de táxi, de ônibus etc. Decompõe-se, finalmente, pela existência de postos de controle.

Obtém-se, então, os seguintes grupos que, opcionalmente, constituem as formas de participação dos assalariados nas firmas:

- *Operários;*
- *Controladores na produção de bens;*
- *Assalariados em atividades de escritório ou administrativos;*
- *Controladores em atividades administrativas;*
- *Assalariados em atividades de apoio ou serviços;*
- *Controladores em atividades de apoio ou serviços.*

Os assalariados pelo Estado são considerados sob a denominação de assalariados estatais, categorizados de acordo com esses mesmos critérios, e desagregados segundo sua vinculação a empresas estatais, administração pública (municipal, estadual, federal) ou serviços de educação e saúde. Os assalariados em associações civis e religiosas

(sindicatos, associações patronais, religiosas etc.) são tratados em separado e também obedecem à mesma categoria adotada para os assalariados em firmas.

Conta Própria

Como ressaltado nos capítulos sobre o Setor Informal, esta categoria é o núcleo típico deste Setor. Relembre-se que o produtor direto, neste caso, é o possuidor dos instrumentos de trabalho ou estoque de bens para realização de seu trabalho. Às vezes, é possuidor apenas de sua força de trabalho, sem participar da produção como assalariado. Também pode contar com o auxílio de familiares para o exercício de atividade ou ajudantes que, no entanto, são *extensão de seu próprio trabalho*.

Os elementos utilizados para se construir e desagregar esta categoria foram:

- i) o produtor trabalha diretamente na produção de bens ou serviços;
- ii) descrição e características do trabalho exercido e do local de trabalho;
- iii) descrição do estabelecimento, caso exista;
- iv) número e membros da família e número de ajudantes que participam da atividade.

Observe-se que, para diversos conjuntos de atividades possíveis de serem realizadas por conta própria, a mesma atividade ou ocupação pode ser exercida sob diversas gradações e tipos de locais e meios de trabalho que, acoplados a outros elementos, influenciam os requisitos necessários, as condições de trabalho e os níveis de renda auferíveis. Uma cabeleireira, por exemplo, pode exercer sua atividade em um salão, em casa ou na residência dos clientes; um vendedor ambulante pode realizar seu trabalho na rua, em um local pré-determinado, ou deslocar-se pelas ruas ou pelas casas dos clientes. Optou-se, então, pela formação dos seguintes grupos: conta própria com estabelecimento, conta própria com ponto fixo e conta própria sem ponto.

Conta própria com estabelecimento – este grupo é constituído por meio dos seguintes critérios:

- i) o estabelecimento é entendido como um local separado do domicílio ou acoplado ao domicílio mas, neste último caso, fisicamente e especificamente destinado ao trabalho;

ii) a ajuda de membros da família é computada, no caso de sociedade, como conta própria com estabelecimento; no caso de trabalho subordinado ao conta própria, como trabalhadores familiares com ou sem remuneração.

iii) os ajudantes assalariados não podem superar o número de 4 e são computados como separados. A ajuda no exercício da atividade deve se caracterizar como extensão do trabalho por conta própria na produção, sob a forma de execução. O conta própria deve, obrigatoriamente, encerrar em si as atividades de produção e gestão do estabelecimento. Em caso de suspeitas de que tais atividades tenham um embrião de desagregação, entre as atividades realizadas pelos trabalhadores ajudantes – execução – e aquelas desenvolvidas pelo conta própria – somente gestão e controle sobre os ajudantes – esse é considerado na categoria pequeno proprietário.

Entre as atividades incluídas, destacam-se unidades varejistas, bares, lanchonetes, serviços diversos destinados à unidade de consumo (cabeleireiros, barbeiros, ourives, sapateiros, serralheiros, marceneiros), reparação de bens de consumo duráveis e de moradias e profissões liberais (quando seus integrantes não são proprietários nos termos de definição acima e não assalariados).

Conta própria com ponto – os critérios, neste caso, são:

i) ponto é um local físico no domicílio destinado regularmente ao trabalho;

ii) os critérios que caracterizam a ajuda como extensão do trabalho do produtor são os mesmos utilizados para o grupo anterior; contudo, nesta categoria, em geral, predomina o trabalho familiar.

Destacam-se entre os ramos e trabalhos exercidos vendedores em geral e ambulantes com local fixo, reparadores em geral, costureiras, alfaiates, manicures, feirantes, corretores de imóveis, jornalheiros, tapeceiros, joalheiros etc.

Conta própria sem ponto – este conjunto de trabalhadores não detém nem ponto, nem estabelecimento e dificilmente conta com ajudantes.⁹ Aqui, destacam-se vendedores, operadores de duráveis e, em geral, serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos, por exemplo, costureiras, manicures, motoristas de táxi e de furgões, pedreiros, pintores etc.¹⁰

⁹ Exceção feita aos contas próprias que se ocupam em atividades de reparação e construção de moradias.

¹⁰ Os motoristas de táxi e furgões, a rigor, também poderiam ser considerados como conta própria com ponto, considerando-se como ponto o próprio instrumento de trabalho.

Conforme definido anteriormente, as formas de participação vinculadas ao trabalho autônomo decompõem-se em dois grupos:

- Assalariados informais – trabalham como assalariados para contas próprias. Distinguem-se dos assalariados típicos por participarem da produção sob organização, condições de trabalho e níveis de renda distintas dos assalariados nas firmas capitalistas. Estas são definidas pelas condições e níveis de renda às quais o conta própria é submetido;
- Trabalhador familiar – membros da família com ou sem remuneração subordinados ao conta própria.

Entre todos os contas próprias – independentemente dos grupos formados –, há ainda os que exercem o trabalho autônomo, sobrevivendo sistematicamente do exercício da atividade, e aqueles que complementam renda familiar ou que alternam suas atividades com relações de assalariamento, constituindo-se em concorrentes para os trabalhadores assalariados. Este efeito não foi mensurado em função da limitação do instrumental adotado em campo e do pequeno tamanho da amostra.

Destaca-se que alguns trabalhadores que, aparentemente, podem ser considerados conta própria estão, de fato, vinculados a um único empregador. É o caso de vendedores ambulantes (cachorro-quente, sorvete etc.), vendedores de maior qualificação (máquinas, seguros de saúde, correntes de imóveis, costureiras a domicílio e coladores de casos plásticos subcontratados por firmas etc.). Estes casos são considerados como assalariados disfarçados, optando-se pela categorização desses trabalhadores nas subcategorias correspondentes em assalariados.¹¹

Serviço Doméstico

Embora *assalariado*, vende seus serviços somente a unidades de consumo (famílias), uma ou mais, e não a firmas, Estado ou demais organizações. Na realidade, corresponde à extensão do trabalho de membros da unidade de consumo para se manterem e se reproduzirem. Seriam os ajudantes na produção doméstica e da força de trabalho. Os trabalhadores, em número elevado, são predominantemente mulheres, geralmente migrantes. Esta atividade representa um meio de sustento para trabalhadores de origem modesta que dispõem de pouca ou nenhuma qualificação para disputar outro posto de trabalho. Em geral, as solteiras aguardam casamento e moram no domicílio, as

¹¹ Encontram-se, na amostra pesquisada, 2,0% dos assalariados disfarçados.

casadas complementam renda familiar e são diaristas. As condições de trabalho e níveis de renda estão diretamente ligados às imposições feitas pelos membros da unidade de consumo e pelo seu nível de renda.

A rigor, cada uma das categorias analíticas que foram apresentadas deveria ser desagregada em subcategorias que envolvessem conjuntos de preços, construídos levando em conta a origem e evolução de cada ocupação e o grau de especialização/qualificação correspondente. Esta etapa no desenvolvimento dessas categorias não foi realizada neste estudo, no entanto, esse fato esteve sempre presente na interpretação das evidências empíricas que serão apresentadas. Por exemplo, o conjunto de profissionais liberais amostrados, pelas características que apresentaram, estão contidos na categoria conta própria com estabelecimento. Esse grupo, no total de oito, nos dias de hoje, sob a ótica da forma de organizar a produção e o trabalho e sob as definições aqui adotadas, está inserido corretamente nessa categoria. A origem das ocupações, os requisitos legais para exercê-las, a especialização dos serviços oferecidos indicam que os profissionais liberais mereceriam uma subcategoria. Nesse caso específico, a desagregação não foi realizada, visto o pequeno número de observações e porque a inclusão dessa não alterava as características médias que indicam a hierarquia da categoria conta própria com estabelecimento entre os demais. (Vide seção 6.3., capítulo 6).

O conjunto das categorias analíticas que, para efeito deste estudo, descrevem as formas de participação na produção são apresentadas a seguir, no Quadro 1.

Quadro 1

QUADRO SÍNTESE DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS UTILIZADAS

PROPRIETÁRIOS

Pequenos

Médios e Grandes

ASSALARIADOS

Operários

Controladores na produção de bens

Em atividades de escritório

Controladores em atividades administrativas

Em atividades de apoio ou serviços

Controladores em atividades de apoio ou serviços

TRABALHADORES por

CONTA PRÓPRIA

Com estabelecimento

Com ponto fixo

Sem ponto

ASSALARIADO INFORMAL

SERVIÇO DOMESTICO

5.3. CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CAPTAR DIFERENTES GRAUS DE QUALIFICAÇÃO

Cada forma de participação na produção congrega tipos de trabalho não homogêneos, que detêm requisitos por parte dos postos de trabalho e atividades e habilidades por parte dos que os exercem, sejam assalariados ou contas próprias. Os diversos trabalhos coletados em campo por meio de sua descrição são transpostos para o Código Brasileiro de Ocupações e classificados de acordo com critérios de qualificação – conjunto de habilidades necessárias e responsabilidades – que conduzam à classificação que é exposta a seguir.¹²

Braçal ou não qualificados

Postos de trabalho ou atividades compostos por um conjunto de tarefas rotineiras e repetitivas, que não requerem independência para seu exercício, não exigem experiência prévia e a responsabilidade sobre o resultante dos processos produtivos é diminuta ou nula. São exercidos sob supervisão constante ou não necessitam de supervisão pela simplicidade. Exemplos: carregador em geral, bagageiro, ajudante de cozinha, lixeiro, embalador à mão, lavador de veículo, servente de pedreiro, ajudante de feirante etc.

Semiquualificados

Postos de trabalho ou atividades que exigem experiência prévia, compostos por conjuntos de tarefas repetitivas ou rotineiras, mas que permitem o exercício de ação independente sobre parte das tarefas. A responsabilidade prende-se a cuidados tidos como normais para preservação de instrumentos de trabalho, equipamentos ou máquinas. No caso dos assalariados, a supervisão é direta; no caso de contas próprias, a qualidade do trabalho e sua supervisão estão a cargo do cliente. Exemplo: datilógrafa, faturista, recepcionista, auxiliar de escritório, operador de máquina, preparador de tinta, manicure, vendedor ambulante, jornaleiro, feirante, costureira etc.

¹² Foram considerados, para a montagem dos graus de qualificação, os seguintes estudos e respectivas classificações: CASTRO, C.M. e MELLO, A.S. (1974), *Mão-de-Obra Industrial no Brasil: Mobilidade, Treinamento e Produtividade*, IPEA, *Coleção Relatórios de Pesquisa*, nº 25, Rio de Janeiro; SENAI – Dicionários de Ocupações (sem data), São Paulo.

Qualificados

Postos de trabalho ou atividades que requerem conhecimentos específicos e minuciosos da totalidade ou de parte do processo de trabalho. Envolve período intensivo de experiência prática. O exercício requer iniciativa própria, habilidade mental e/ou manual e total ou extensa responsabilidade sobre instrumentos de trabalho, máquinas ou equipamentos. No caso de assalariados, os equipamentos e máquinas, em geral, são dispendiosos; a supervisão é menos direta, relacionando-se a várias fases do trabalho, à assistência técnica direta sobre as máquinas e equipamentos de trabalho e aconselhamento prático. No caso de contas próprias, são atividades que não exigem ou não permitem supervisão e estes detêm domínio sobre o conjunto de tarefas realizadas. Exemplos: instrumentador de cirurgia, secretária, ferramenteiro, mecânico, marceneiro, cabeleireiro, barbeiro, sapateiro, tapeceiro etc.

Técnicos de 2º Grau e de Nível Superior

Requerem conhecimento formal de campos acadêmicos – teórico e prático – do conhecimento humano e experiência e/ou treinamento especializado. Exigem elevado grau de atividade mental, iniciativa própria, criatividade e julgamento. No caso dos assalariados, a supervisão é geral, o trabalho é avaliado em seus resultados globais. Estes dois grupos diferenciam-se em função da intensidade e extensão do conhecimento e dos requerimentos de iniciativa e julgamento no trato de situações complicadas. Exemplos: professor de 1º e 2º graus, enfermeiro, técnico em geral, dentista, médico, engenheiro etc.

Não foram classificados por grau de qualificação as categorias analíticas de organizadores da produção, controladores de produção, proprietários e contas próprias com estabelecimento, pois outros predicados – confiança, iniciativa – além da qualificação *strictu sensu* lhes são atributos.

5.4. CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ENQUADRAR OS RAMOS DA PRODUÇÃO

O espaço econômico urbano apresenta ramificações da produção destinadas à criação de bens de serviços, cujo objetivo é agilizar a produção de bens, atender ou impor

demandas dos indivíduos das unidades de consumo e demandas sociais ou de subconjuntos e composições dessas demandas.

A denominação dos ramos da produção foi fornecida pelo Código de Atividades da Secretaria da Receita Federal, e agrupada segundo a natureza do produto – material ou serviço – e pelo destino que lhe é imediato ou primordial – atender às necessidades de outros processos produtivos ou dos indivíduos e/ou das unidades de consumo. Obtém-se, então, de início, quatro grandes grupos – indústria de bens de consumo, de bens de produção, serviços destinados a unidades de consumo e aos indivíduos e de suporte à produção. Contudo, esses grupos não esgotam a totalidade dos ramos de produção, dentro dessa totalidade:

i) alguns fazem frente às necessidades especificadas, tanto pelas unidades de consumo e indivíduos como pela totalidade dos processos produtivos, aqui denominados serviços mistos;

ii) outras representam o grau de organização e de controle social, são os serviços de administração, controle e destinados à comunidade fornecidos pelo Estado, sindicatos, federações, partidos, associações religiosas e para diversos fins, aqui denominados serviços sociais.

Absorvendo-se estes critérios gerais, o quadro produtivo é decomposto nos seguintes grupos de ramos:

Indústria

- De bens de consumo: todos os ramos da indústria de transformação voltados primordialmente para as unidades de consumo, por exemplo, alimentos, calçados, vestuário, duráveis etc.;
- De bens de produção: máquinas, insumos e materiais;
- De construção civil.

Serviços

- De produção: infra-estrutura físico-urbana, transportes, comunicações, entidades financeiras e auxiliares de atividades econômicas;
- Comércio: atacadista e varejista;

- Sociais: administração pública direta, educação e saúde, sindicatos, associações civis e religiosas;
- Destinados às unidades de consumo e aos indivíduos: reparação e confecção sob medida de artigos de vestuário, calçados e de artigos mobiliários, serviços de alimentação, de alojamento, de embelezamento e higiene etc.;
- De destino misto: postos de gasolina, restaurantes, hotéis, turismo, despachantes, administração de imóveis, serviços fornecidos por profissionais liberais etc.;
- De reparação: de domicílios, de bens duráveis e de máquinas.

A síntese de todos os elementos apresentados neste capítulo metodológico possibilita um conhecimento mais definido da população trabalhadora, frente à classificação referente à forma de participação na produção especificada por ramos de produção e qualificação, de tal forma a permitir comparações desejáveis, a serem apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: TRABALHADORES ASSALARIADOS E AUTÔNOMOS

INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta os resultados da aplicação dos conceitos, dos procedimentos metodológicos e das categorias analíticas expostos nos capítulos anteriores. As informações aqui relatadas provêm de 804 entrevistas realizadas entre janeiro e fevereiro de 1980, em unidade de consumo no Município de São Paulo.¹

As informações a serem apresentadas a seguir têm, em primeiro lugar, a finalidade de evidenciar as diferenças existentes entre alguns requisitos para o trabalho (sexo, idade e escolaridade), condições em que se exercem as funções (qualificação, horas médias trabalhadas por dia, tempo de permanência, vínculo jurídico) e níveis de renda entre trabalhadores assalariados e por conta própria. Inicia-se o capítulo descrevendo a população amostrada por sexo e faixa etária e os quadros que mostram as formas – proprietários e organizadores de produção; assalariados: operários, controladores em atividades administrativas, trabalhadores em atividades de apoio ou serviços, controladores em atividades de apoio ou serviços; trabalhadores por conta própria: com estabelecimento, com ponto fixo e sem ponto; assalariados informais e serviço doméstico – pelas quais se manifestam a participação na produção neste Município. Na segunda seção, compara-se trabalhadores assalariados e por conta própria, de acordo com as variáveis para as categorias analíticas extraídas para análise: total de assalariados e total de contas próprias; total de operários e total de contas próprias sem estabelecimento.²

A terceira seção apresenta uma aplicação do coeficiente da concordância de Kendall, voltado para o teste de associação entre as hierarquias de postos recebidas pelas várias categorias analíticas quando avaliadas segundo características dos indivíduos classificados nestas últimas. Esse teste mostrou evidências de associação entre essas hierarquias, demonstrando a relevância das categorias adotadas como síntese das características dos indivíduos nelas incluídos.

¹ A origem da amostra é apresentada sucintamente no Capítulo 5.

² Entende-se trabalhadores por conta própria sem estabelecimento ao conjunto de trabalhadores por conta própria com ponto fixo e sem ponto. Este grupo, portanto, exclui do total de trabalhadores por conta própria aqueles que possuem estabelecimento, como, por exemplo, pequenos comerciantes e profissionais liberais e outros (vide Cap. 5, seção 5.2).

Ainda, à guisa de conclusão, antecipa-se que não se pode afirmar que os trabalhadores do setor Informal, expressados por algumas categorias analíticas apresentadas neste estudo, constituem, proporcionalmente, a massas de trabalhadores que detêm as piores condições de trabalho e níveis de renda no Município. Observa-se que baixos níveis de renda e más condições de trabalho disseminam-se entre todos os trabalhadores em suas diversas formas de participação na produção, penalizando parcelas de assalariados e parcelas de trabalhadores por conta própria. Entre os primeiros, destacam-se os operários, entre os segundos, os por conta própria sem estabelecimento. Além disso, é no serviço doméstico e entre os ajudantes assalariados dos trabalhadores por conta própria que se concentram os trabalhadores que detêm menores níveis de renda e precárias condições de trabalho.

6.1. POPULAÇÃO AMOSTRADA, CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS TRABALHADORES AMOSTRADOS E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A população amostrada no Município de São Paulo – 3200 indivíduos – apresenta-se com 47% de homens e 53% de mulheres. Decompondo-se por faixas etárias, tem-se: 26% de crianças até 14 anos; 20% de jovens entre 15 e 24 anos; 33% de adultos entre 25 e 49 anos; e 20% de adultos com mais de 50 anos.

Desta população, 44% participam da produção, sendo 57% a taxa de participação de homens e 32% a de mulheres. Estas proporções ascendem, respectivamente, para 52, 70 e 37% quando se exclui da base de cálculo as crianças até 9 anos, inclusive, (Tabela 6.1). O perfil das taxas de participação na produção por sexo e faixa etária estimada, nesta amostra para o Município de São Paulo, praticamente não difere daquele que se observa para o total da participação na produção urbana do País, alterando-se, contudo, quando se desagregam os dados por faixa etária e por sexo.

TABELA 6.1

**TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1980), BRASIL URBANO (1978)
(EM PORCENTAGEM)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO %**

FAIXA ETÁRIA	MUNIC. DE S. PAULO			BRASIL URBANO*		
	H	M	T	H	M	T
10-14	9	3	6	13	8	11
15-19	72	51	60	61	38	49
20-24	92	65	78	89	48	67
25-49	94	44	66	95	41	67
50-59	79	29	53	79	26	52
60 e mais	30	11	19	40	9	23
TOTAL	70	37	52	70	32	51

(*) F.IBGE, PNAD (1978, p. 17).

Esta desagregação mostra que, no Município de São Paulo face ao Brasil Urbano (PNAD, 1978), é menor a participação na produção da faixa etária até 14 anos, maior das faixas etárias de jovens e adultos, e é também menor a participação dos adultos com mais de 60 anos. Destaca-se também uma maior taxa de participação das mulheres na produção, em todas as faixas etárias, excetuando-se a faixa infantil. Todas estas características encontram-se de acordo com a tendência geralmente observada nas taxas de participação na produção de todas as regiões à medida que se tornam mais industrializadas, o que é o caso deste Município frente às demais cidades brasileiras.³

Na amostra entre os que não participam da produção, 29%, são estudantes, 29% crianças em idade pré-escolar, 20%, donas de casa e/ou cuidam dos filhos, 10%, idosos ou aposentados, inválidos ou têm problemas de saúde.

Entre os que participam da produção, 7% encontravam-se desempregados e à procura de trabalho na data da entrevista. Esta cifra praticamente coincide com as taxas de desemprego do período, estimados pela FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – para a área Metropolitana de São Paulo, quais sejam: 6,87% em janeiro e 6,72% em fevereiro (meses durante os quais foi feita a coleta de informações para este estudo). Os dados desta amostra também revelam que o desemprego incide mais fortemente entre os jovens até 24 anos e, em especial, mulheres. Além disso, 4% dos homens já tinham trabalhado e 1% estava à busca do primeiro trabalho, enquanto para as mulheres estas relações eram, respectivamente, de 5 e 3%.

³ Os principais fatores apresentados pela literatura econômica sobre os padrões observados nas taxas de participação são avaliados e analisados, por exemplo, por Chahad, J.P., (1980), Determinantes Demográficos e Econômicos da Participação na Força de Trabalho no Brasil, *Relatório FIPE*, Projeto ECIEL, São Paulo.

Algumas informações adicionais sobre os indivíduos que tentavam reempregar-se completam o quadro de desemprego no período: 31% dos homens e 34% das mulheres tinham permanecido no último trabalho menos de 6 meses, e 57% dos homens e 37% das mulheres, menos de um ano. Para estes, o tempo médio de desemprego girava em torno de 12 semanas, no entanto, 44% dos homens e 45% das mulheres estavam até 6 meses à procura de um novo emprego, por meio de anúncios de jornais, contatos com amigos e familiares e visitas aos locais pretendidos. O período de desemprego é enfrentado, principalmente, por meio de apoio financeiro da família e, em segundo lugar, com os direitos trabalhistas.

Os indivíduos que participam da produção do Município de São Paulo – exceto desempregados – repartem-se pelos ramos da produção da seguinte forma (Tabela 6.1.2.): 38% na indústria; 26% em serviços de produção e comércio; 20% em serviços destinados a unidades de consumo e aos indivíduos (inclusive empregados domésticos) ou de uso misto; e 4% em serviços de reparação.

Os serviços de reparação e a indústria de construção civil são ocupados, quase exclusivamente, pelos homens, e o serviço doméstico tem caráter eminentemente feminino. Entre estes extremos, desagregando-se parcialmente os ramos, visualiza-se uma relativa concentração por sexo em determinados ramos, quando comparados à participação total de homens e mulheres. Assim:

i) os indivíduos do sexo masculino predominam nas indústrias de bens de produção, nos serviços de infra-estrutura físico urbana, nos transportes, no comércio atacadista e em outros serviços auxiliares da atividade econômica;

TABELA 6.1.2.

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR RAMO E SEXO DOS INDIVÍDUOS EFETIVAMENTE TRABALHANDO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1980)				
RAMO DE ATIVIDADE	H	M	T	H/T
	%	%	%	%
INDÚSTRIA				
Bens de Consumo	16,1	21,7	18,2	56
Bens de Produção	21,3	7,4	16,1	83
Subtotal	37,4	29,2	34,4	86
Construção Civil	4,6	0,6	3,1	93
Subtotal Indústria	42,1	29,8	37,5	70
SERVIÇOS				
Serviços de Produção				
Infra-Estrutura Físico-Urbana	1,3	0,21	0,9	92
Transportes	5,7	0,83	3,9	92
Comunicações	1,2	0,83	1,1	71
Bancos	4,0	5,38	4,5	56
Outras Inst. Financeiras	1,3	1,0	1,2	69
Aux. de Ativ. Econômicas	3,2	1,0	2,4	84
Subtotal	16,1	9,3	14,1	75
COMÉRCIO				
Atacadista	2,1	0,8	1,6	81
Varejista	11	10,3	10,8	64
Subtotal	13,1	11,2	12,4	66
SERVIÇOS SOCIAIS				
Administração Pública	3,9	5,0	4,3	57
Educação e Saúde	2,3	10,3	5,3	28
Associações Cívicas e Religiosas	1,0	2,7	1,6	38
Subtotal	7,2	18,0	11,2	40
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO				
Construção Civil	3,7	-	2,3	100
Duráveis e Máquinas	3,0	0,2	2,0	96
Outros Serviços				
Serviços Destinados à				
Unid. de Consumo. e/ou Indiv.	3,5	9,3	5,7	39
Serviço Doméstico	0,0	13,3	5,0	2
Serviço de uso misto	9,9	8,1	9,2	68
Sub-total	13,6	30,6	19,9	43
Sub-total serviços	57,5	69,4	61,9	67
Agrícola	0,2	0,2	0,2	-
NR/NS	0,2	0,6	0,4	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	63
	(818)	(483)	(1301)	

TABELA 6.1.3

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS INDIVÍDUOS EFETIVAMENTE TRABALHANDO, POR SEXO - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1980)				
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	SEXO			
	H	M	T	H/T
	%	%	%	%
Operários	19	16	18	67
Assalariado Fora da Transform. Direta	37	43	39	59
Escritório	13	17	15	56
Serviços	19	17	18	66
TOTAL	56	59	57	61
Controlador na Transf. Direta	2	1	2	86
Controlador fora da Transf. Direta	6	3	5	76
TOTAL ASSALARIADOS	65	63	64	63
Conta própria com Estabelecimento	8	8	7	82
Conta própria com Ponto Fixo	2	8	5	34
Conta própria sem Ponto Fixo	8	2	6	89
TOTAL CONTAS PRÓPRIAS	19	13	16	71
Assalariado Informal	4	5	4	58
Serviço Doméstico	0	13	5	2
TOTAL TRABALHADORES	87	94	90	61
Organizadores de Produção e Proprietários	9	2	6	89
Outros	4	4	4	63
TOTAL	100	100	100	63
	(818)	(483)	(1301)	

Obs.: Os trabalhadores familiares não foram desagregados entre ajudantes de contas próprias ou trabalhando em pequenas firmas e correspondem a 3%, o restante 1% - são religiosos e militares. As evidências empíricas desagregadas sobre as formas de participação na produção encontram-se no Anexo A. Tabela A.1.

ii) os indivíduos do sexo feminino predominam, mais freqüentemente, nos serviços de educação, saúde, nas associações civis e religiosas e nos serviços destinados às unidades de consumo ou indivíduos;

iii) ramos de atividades mais favoráveis à absorção das mulheres – administração pública, indústria de bens de consumo, comércio varejista e bancos;

iv) atividades favoráveis à absorção de homens-comunicações, outras entidades financeiras e serviço de uso misto (Tabela. 6.1.2.).

A distribuição entre homens e mulheres por forma de participação é apresentada na Tabela 6.1.3., e também revela concentração relativa por sexo quando comparada com esta mesma distribuição para o total:

i) os homens predominam entre os assalariados na construção civil, enquanto as mulheres constituem maioria no serviço doméstico;

ii) são formas favoráveis à participação masculina: proprietários, organizadores da produção, controladores, operários em grandes firmas, trabalhadores por conta própria com estabelecimento e sem ponto; e, à participação feminina, assalariados na administração pública sem posto de chefia, conta própria sem ponto, assalariados em escritório, assalariados informais e trabalhadores familiares; enquanto operários em pequenas firmas, assalariados em serviços ou em atividades de apoio são indiferentes à desagregação por sexo (Tabelas A e 6.1.3).

Um terço (31%) dos assalariados trabalha na produção direta de bens – 28% de operários e 3% de controladores –, estando o restante distribuído em outras atividades na administração, de apoio ou de serviços. Isso faz com que a indústria absorva metade do trabalho assalariado e que, juntamente com os ramos de serviços da produção e comércio, empregue três quartos do total de assalariados. Os demais assalariados são absorvidos em serviços sociais (14%), em serviços sociais (14%) e em serviços destinados às unidades de consumo, de uso misto e de reparação (11%). Este perfil segue o padrão de concentração relativa por sexo verificado nas tabelas 6.1.2. e 6.1.3, em que os homens distribuem-se em maior proporção nos ramos “nobres” da economia-indústria, serviços de produção e comércio – e as mulheres nos demais. No Município de São Paulo, foram encontrados 26 trabalhadores autônomos para cada 100 assalariados, e esta relação ascende a 40 quando são incorporados aos primeiros o serviço doméstico e os assalariados informais.

Os autônomos ocupam, primordialmente, os ramos do setor serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos ou mistos (44%), o comércio (24%), de reparação (16%) e de produção (10%). Mais uma vez, os homens são maioria entre os autônomos, cabendo às mulheres, primordialmente (63%), os serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos.

É comum, na literatura sobre O Setor Informal, a afirmação de este é típico fornecedor de serviços.⁴ Foi também exposto, no Capítulo 2, que este Setor é

⁴ Prandi, J. R. (1978) – *O trabalhador por Conta Própria sob o Capital*, Ed. Símbolo, SP. Este estudo apresenta um perfil de distribuição de trabalhadores por conta própria, por ramo de atividade, na cidade de Salvador, em 1971, bastante semelhante aquele apresentado aqui para São Paulo. Alteram-se

subordinado ao movimento geral da produção e detém características intersticiais, sendo este um dos motivos porque produz, primordialmente, serviços. Neste estudo, tal afirmação é constatada. Tomando-se com base de comparação a proporção de 100 assalariados, relativamente aos números de autônomos, verifica-se quais são os principais ramos da produção ocupados por estes últimos: os serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos (100: 2067) e os de reparação na construção civil (100: 1300) são ramos que estão, majoritariamente, ocupados por autônomos; comércio (100: 88), os serviços de reparação de duráveis e máquinas (100: 75) e aqueles de consumo misto (100: 49) apresentam uma situação mais equilibrada, enquanto os serviços de produção (100: 15) e de educação e saúde (100: 9) apresentam pouca magnitude e a indústria de transformação (100: 2), penetração desprezível por parte de autônomos.

TABELA 6.1.4.

RELAÇÃO ENTRE TRABALHADORES ASSALARIADOS E AUTÔNOMOS POR RAMO DE PRODUÇÃO						
RAMO DE ATIVIDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Industria de Transformação	2	4	2	5	2	4
Industria de Const. Civil	6	-	-	-	5	-
Serviços de Produção	21	23	-	-	15	17
Comércio	118	147	48	83	88	121
Serviços destinados às Unidades de Consumo e aos Indivíduos	-	-	-	-	-	-
	2.200	2.400	2.000	2.050	2.067	2.167
Serviços Domésticos	-	-	-	-	-	-
Serviços Mistos	58	68	35	-	49	67
Serviços de Const. Civil	1.300	-	-	-	1.300	-
Serviços de Reparação de Duráveis e Máquinas	-	-	-	-	-	-
	75	108	-	-	75	108
Serviços Sociais	-	-	-	-	-	-
Educação e Saúde	45	-	-	14	9	21
TOTAL	29	35	21	49	26	40

Obs.: Coluna (1) Total de trabalhadores por conta própria: com Estabelecimento, com Ponto Fixo e sem Ponto.

Coluna (2) Trabalhadores por Conta Própria e Assalariados Informais.

Este quadro pouco se altera por sexo; no entanto, deve ser ressaltado que os autônomos, homens, ocupam o comércio majoritariamente e que os serviços mistos, de educação e de saúde são favoráveis à sua absorção (Tabela 6.1.4.).

principalmente, entre essas duas cidades, as proporções de trabalhadores por conta própria na produção de mercadorias e construção civil, maiores para a cidade de Salvador.

Além do espaço de tempo entre as duas coletas de informações, o grau de desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas entre essas duas cidades devem estar colaborando para essas alterações. Vejam-se página 110 e seguintes.

A montagem e obtenção destes quadros-resumo para o total de indivíduos que integra as diversas formas de participação na produção no Município de São Paulo permite que se descreva, na próxima seção, os requisitos e as condições de trabalho dos assalariados e autônomos, de forma a se extrair comparações e inferências para esses grupos de trabalhadores.

6.2. COMPARAÇÃO ENTRE TRABALHADORES ASSALARIADOS E AUTÔNOMOS: TESTES EMPÍRICOS

Conforme se mencionou em capítulos anteriores, são freqüentes, na literatura sobre o assunto, afirmações sobre o Setor Informal que, por refletirem parcialmente a realidade, merecem qualificações.

Entre tais afirmações, destacam-se aquelas que tratam da grande incidência de mulheres, jovens e trabalhadores mais velhos neste Setor, bem como aquelas que atribuem aos trabalhadores informais os mais baixos níveis de escolaridade, de capacitação profissional e de renda, relativamente aos demais trabalhadores.⁵ *Cavalcanti, por exemplo, afirma: A população que participa do setor Informal, que dele retira seu sustento, é representada, principalmente, pelos estratos mais jovens ou pelos mais velhos da força de trabalho, contendo uma proporção de mulheres maior do que a média do mercado de mão-de-obra, o mesmo acontecendo no tocante a migrantes. Baixos índices educacionais e de capacitação profissional é outra característica dessa população.*⁶ *Tokman e Souza complementam a afirmação anterior: As características apontadas para os ocupados no Setor Informal contribuem para que as rendas médias neste Setor sejam significativamente inferiores àquelas que podem ser recebidas no Setor Formal.*⁷

Para se analisar estas informações, realizaram-se dois testes seguindo o roteiro: desagregam-se os dados por variável em estudo e por categoria analítica; descreve-se o quadro resultante comparando, em primeiro lugar, o total de trabalhadores assalariados com o total por conta própria e, em seguida, o total de operários com o total de trabalhadores por conta própria sem estabelecimento. A primeira comparação é realizada com as variáveis que representam os requisitos – idade, sexo, escolaridade –, condições de trabalho – qualificação, tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade,

⁵ Merrick, T. (1976), *op. cit.*, p. 351; Mazudmar, D. (1976), *op. cit.* p. 675; Tokman, V.E. e Souza, P.R. (1978), p. 891; Cavalcanti, C. (1978), p.31; Cavalcanti, C. e Duarte, R. (1980, *op. cit.*, p. 41-5).

⁶ Cavalcanti, C. (1978), *op. cit.*, p. 31.

⁷ Tokman, V.E. e Souza, P.R. (1976), *op. cit.*, p. 352.

horas médias trabalhadas por dia, vínculo jurídico – e nível de renda da massa de cada um destes grandes grupos de trabalhadores, independentemente de características peculiares a cada subgrupo que os compõem. A segunda comparação seleciona duas categorias analíticas – uma para assalariados (operários) outra pra contas próprias (sem estabelecimento) –, categorias essas em que os trabalhadores, pelas informações obtidas, apresentam, em geral, piores requisitos e desprestígio em suas condições de trabalho e níveis de renda, além de representarem categorias bem definidas dentro de cada um dos grupos de trabalhadores em estudo. Optou-se também por esta agregação no grupo por conta própria, pelo pequeno número de observações e pela predominância feminina entre os trabalhadores por conta própria com ponto fixo.

Após cada comparação, efetua-se um teste de hipótese sobre as proporções resultantes na variável considerada, a fim de verificar se estas diferem significativamente no interior da amostra. Este teste consiste em fixar os grupos de trabalhadores a serem comparados, extrair a proporção para cada variável em estudo e, posteriormente, testar:

$$H_0 : p_1 = p_2 \quad (p_1 \text{ não difere significativamente de } p_2)$$

$$H_1 : p_1 \neq p_2$$

por meio da construção variável:

$$Z_c = \frac{p_1 - p_2}{sdp} = \frac{p_1 - p_2}{\sqrt{p(1-p) \left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right)}} \quad \text{em que: } p = \frac{p_1 n_1 + p_2 n_2}{n_1 + n_2}$$

e

p_1 = proporção da categoria analítica 1 para a variável considerada;

p_2 = proporção da categoria analítica 2 para a variável considerada;

n_1 = número de observações da categoria analítica 1;

n_2 = número de observações da categoria analítica 2.

Caso a variável Z calculada seja maior ou igual à variável tabelada a um nível de significância estabelecida (1 ou 5%), pode-se rejeitar a hipótese nula, ou seja, não se

pode afirmar que inexistam diferenças significativas entre as proporções p_1 ou p_2 .⁸ Os resultados dos testes realizados para as categorias analíticas e variáveis selecionadas constam abaixo na tabela 6.2.1., e as inferências que podem ser extraídas a partir da amostra utilizada são relatadas a seguir.

Sexo

A decomposição por sexo das categorias adotadas mostra que as mulheres representam 39% do total de trabalhadores,⁹ sendo: 37% entre o total de assalariados e 29% entre o total por conta própria. A maior incidência de mulheres entre os assalariados se dá em trabalhos de escritório (44%); entre os trabalhadores por conta própria, predominam as sem ponto fixo (66%). Neste último caso, o trabalho feminino é muitas vezes realizado no lar e superposto ao trabalho doméstico. O sexo feminino tem grande incidência entre os assalariados informais (42%) e total predominância no serviço doméstico (99%). A participação feminina nos demais grupos de trabalhadores é substancialmente menor entre os trabalhadores por conta própria (Tabela A.2).

As proporções de mulheres entre total de assalariados – (37%), total de contas próprias (29%), operários (33%), e o agregado de conta própria sem estabelecimento (36%), não diferem significativamente ao nível de 1% (Tabela 6.2.1). Em outras palavras, as evidências amostrais indicam que não existe diferença significativa entre a proporção de mulheres assalariadas e aquela que trabalha por conta própria.

⁸ Downie, N.M. e Weath, R. W. (1974), Basic Statistical Methods, Harper International Edition, N.Y.

⁹ Está se entendendo como trabalhadores e conjunto de assalariados, por conta própria, assalariados informais e serviço doméstico.

TABELA 6.2.1

OPERAÇÕES ENTRE TRABALHADORES ASSALARIADOS E POR CONTA PRÓPRIA POR VARIÁVEIS SELECIONADAS																		
VARIÁVEIS SELECIONADAS	% DE TRABALHADORES ENTRE TOTAL DE Z CALCULADO ASSALARIADOS POR CONTA PRÓPRIA						% DE TRABALHADORES ENTRE OPERÁRIOS POR CONTA própria S/ ESTAB.						Z CALCULADO					
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T			
Sexo feminino	-	-	37	-	-	29	-	-	1,14	-	-	33	-	-	36	-	-	0,04
Idade:																		
Jovens (< 19 anos)	15	16	15	2	3	2	4,65*	3,58*	4,96*	15	32	21	2	4	4	2,95*	3,69*	4,38*
Velhos (> 50 anos)	12	8	11	32	18	28	3,57*	2,60*	4,25*	11	4	9	26	19	24	3,00*	3,00*	3,75*
Escolaridade Precária (< Ginásio Incompleto)	21	15	19	25	26	25	0,97*	2,00*	1,92**	41	31	38	36	30	34	0,75	0,11	0,76
Não e semi-qualificação	50	62	55	28	42	32	5,50*	2,94*	5,75*	65	90	73	51	55	53	2,12**	4,17*	3,92*
Tempo de permanência no Posto de Trabalho ou Atividade (até 6 meses)	14	13	14	7	8	7	2,80*	0,8	2,80*	20	17	15	11	9	10	1,76*	0,9	0,18
Mais que 5 anos	24	24	24	41	34	39	5,00*	4,25*	1,67**	22	13	19	43	38	41	3,40*	3,25*	4,58*
Horas médias trabalhadas por dia																		
Menos que 6 horas	4	18	10	12	34	18	2,96*	3,91*	3,58*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais que 12 horas	5	3	4	12	6	11	3,50*	1,15*	3,50*	6	3	7	7	2	5	0,33	0,63	0,77
Níveis de renda em Salários Mínimos																		
Menos que 2 SM	25	39	31	17	45	26	2,05	0,89	1,4	38	74	50	27	57	38	2,22**	1,95**	1,72**
Menos que 3 SM	44	63	51	30	60	39	3,50*	0,43	3,00*	64	95	74	42	74	53	3,28*	3,11*	4,12*
Mais que 5 SM	36	17	28	56	26	45	4,25*	1,80**	4,00*	15	-	11	32	-	26	3,09*	-	3,75*

Obs.: Z* indica que o resultado é significativo a 1% (2,58);

Z** Indica que o resultado é significativo a 5% (1,64).

Idade

A decomposição por idade mostra que 15% dos trabalhadores têm até 19 anos, e 14% já passaram dos 50. Entre os assalariados, a primeira faixa de idade corresponde a 15%, enquanto, entre os contas próprias, a apenas 2%. Os trabalhadores mais jovens são quase a metade dos assalariados informais, 22% de trabalhadores em escritório, 20% de operários e 20% de serviços doméstico. Na segunda faixa de idade, encontram-se 11% dos assalariados, 28% dos contas próprias, 13% dos assalariados informais e 14% do serviço doméstico (Tabela A.3).

Ao se observar a distribuição das idades para o total de trabalhadores, verifica-se a ligeira assimetria que se concentra nas idades jovens. A moda (é moda mesmo?), a mediana e a média das idades são, respectivamente, 18, 31 e 34 anos, apresentando coeficiente de variação de 40%;¹⁰ o total de assalariados apresenta essas medidas ligeiramente menores (20, 28 e 32 anos, respectivamente) e o mesmo coeficiente de variação com grau de assimetria positiva, porém, ligeiramente maior. Entre os assalariados, os operários e os trabalhadores de escritório acentuam esta tendência. Os contas próprias, por sua vez, alteram-na: a moda é de 32 anos e a mediana e média são iguais a 42 anos; a assimetria é positiva, porém fraca, e o coeficiente de variação é de 31%. (Tabela A.4).

Somente entre os assalariados informais e contas próprias com idade abaixo de 19 anos, cujas proporções na amostra forma 15% e 2%, respectivamente, os testes realizados revelam que as mesmas diferem significativamente, ao nível de 1%. O mesmo resultado se obtém quando se desagregam os dados por sexo e quando se comparam operários e por conta própria sem estabelecimento. Em outras palavras, os trabalhadores por conta própria não são significativamente mais jovens, no entanto, a realização do teste para os trabalhadores com idade acima de 50 anos revela que qualquer que seja a comparação, são, proporcionalmente, mais velhos (Tabela 6.2.1).

Grau de Escolaridade

A desagregação dos indivíduos que participam da produção por nível de escolaridade mostra que 22% dos trabalhadores possuem educação precária, 45% básica e 33% estão

acima da básica.¹¹ Os assalariados apresentam, relativamente aos trabalhadores por conta própria, menor grau de educação precária – 19% contra 25% – e maior grau de educação acima da básica – 39% contra 26%. Os operários, entre os assalariados, são os que se apresentam mais desfavorecidos quando comparados aos níveis de escolaridade básica, pois detêm educação precária, 7% possuem educação acima da básica e apenas 1% têm educação superior; por outro lado, os trabalhadores em escritório e, em especial, os controladores que não estão na produção de bens, encontram-se fortemente favorecidos. Os contas próprias, excetuando-se aqueles com estabelecimento, também apresentam, em relação à média dos trabalhadores, grande incidência entre aqueles com níveis de educação precária e baixa participação nos níveis de educação acima da básica, contudo, sua situação educacional é superior àquela constatada para os operários (Tabela A.5).

As proporções de trabalhadores assalariados e por conta própria com educação precária, apesar de diferirem (19% e 25%), não apresentam significância estatística ao nível de 1%, mas somente ao nível de 5%. Este último resultado é registrado, ainda, para o total de trabalhadores e para as mulheres, não apresentando diferença significativa para o sexo masculino. Não se observa, também, diferença significativa quando se compara os níveis de educação precária, para ambos os sexos e para o total, entre os operários e os trabalhadores por conta própria sem estabelecimento. A educação formal básica, isto é, o primeiro grau completo, espalhou-se socialmente, estando incorporado a grande parte dos trabalhadores, independentemente da forma de participação na produção (Tabela 6.2.1).

Grau de Qualificação

Os trabalhadores assalariados apresentam maior grau de desqualificação¹² em suas funções quando comparados aos contas próprias. Existem, em média, para cada trabalhador assalariado qualificado, três não qualificados ou semi-qualificados, enquanto esta relação, para os trabalhadores por conta própria, é de 1:1. O maior grau de desqualificação entre os

¹⁰ O coeficiente de variação é representado pela relação entre o desvio padrão e a média de distribuição.

¹¹ Os níveis de escolaridade foram considerados da seguinte maneira: precária – analfabetos, só assinam o nome, Mobral, sabe ler e escrever, antigo primário e ginásio incompleto; básica – 1º grau completo e 2º grau incompleto; acima da básica – segundo grau completo e/u fazendo cursinho; superior – completo ou incompleto; acima do superior – pós-graduação.

¹² Entende-se por grau de desqualificação a relação entre não qualificados e semi-qualificados sobre qualificados.

primeiros, refere-se aos operários – 1:3 – e o menor aos trabalhadores de escritório – 1:1. Entre os segundos, o maior grau de desqualificação, concernente aos contas próprias com ponto, está na proporção de 1:2. Os assalariados informais, neste caso, acompanham o grau de desqualificação dos assalariados. Destaca-se que esta tendência acentua-se quando a relação de desqualificação é calculada agregando-se aos qualificados os técnicos de 2º grau e o de nível superior. (Tabela A.6).

Mais da metade dos trabalhadores assalariados (55%) são não qualificados ou semi-qualificados, enquanto esta proporção, para os por conta própria, gira em torno de um terço (32%). Observa-se que não foram enquadrados por níveis de qualificação todos os controladores entre os assalariados, nem os que têm estabelecimento entre os trabalhadores por conta própria. Isso porque se considera, aqui, que outros requisitos além da qualificação *strictu sensu* são atributos para a *qualificação* nessa forma de participação na produção.¹³

Os testes de diferenças de proporções para esta variável são significativos ao nível de 1% tanto entre sexos como entre categoria analíticas aqui comparadas, exceto para o sexo masculino entre operários e contas próprias sem estabelecimento, em que o grau de significância é de 5%. Tais resultados indicam que os trabalhadores por conta própria não são menos qualificados do que os assalariados em qualquer desagregação realizada. (Tabela 6.2.1).

Tempo de Permanência no Posto de Trabalho ou na Atividade

Os trabalhadores por conta própria são mais estáveis em seu trabalho. 24% estão há mais de 10 anos e 39% há mais de 5 exercendo a mesma atividade, enquanto apenas 7% estão numa mesma ocupação há menos de 6 meses. Os assalariados, excetuando-se os controladores, apresentam tempo de permanência em seus postos de trabalho sensivelmente menor: 14% estão no mesmo emprego há menos de 6 meses; 24% há mais de 5 anos; e 11% há mais de 10 anos. Nos operários, acentua-se esta tendência: 19% estão há menos de 6 meses, 19% há mais de 5 anos e 8% há mais de 10 anos em seus postos de trabalho (Tabela A.7).

¹³ Por exemplo, os requisitos confiança dos superiores e incorporação da mentalidade da firma são importantes no caso dos controladores, enquanto as contas próprias com estabelecimento exercem atividades administrativas e de produção cuja junção é, em princípio e em geral, mais complexa que aquelas dos demais contas próprias, tornando difícil o enquadramento na classificação adotada.

Os testes de hipóteses, neste caso, foram desenvolvidos para as proporções de trabalhadores que estão na mesma atividade ou posto de trabalho, há menos de 6 meses e para aqueles que ali estão há mais de 5 anos. As proporções não se revelam iguais ao nível de significância de 1% quando se compara o total de assalariados com o total de contas próprias, para ambos os indicadores – menos de 6 meses, mais que 5 anos. Contudo, aceita-se que as proporções não diferem quando se compara as proporções entre operários e contas próprias sem estabelecimento, para tempo de permanência até 6 meses, e se rejeita a igualdade entre as proporções, quando o indicador tomado para esta variável encontra-se acima de 5 anos (Tabela 6.2.1). Em suma, no último conjunto de testes de hipótese, os contas próprias revelaram-se mais estáveis que os operários, permanecendo, em número significativo, mais de 5 anos na mesma atividade.

Vínculos com a Legislação Trabalhista

A maioria dos assalariados (90%) encontram-se sob a legislação trabalhista, o que não é o caso dos contas próprias (57%), exceto os que detêm estabelecimento (86%), nem dos assalariados informais e do serviço doméstico. O grau de irregularidade no cumprimento da legislação no exercício do trabalho, entre esses últimos, alcança 59% dos trabalhadores por conta própria com ponto fixo, 55% dos contas próprias sem ponto, 36% dos assalariados informais e 58% do serviço doméstico (Tabela A.8). Ressalte-se que essas diferenças de proporções pela magnitude não foram objeto de testes e não constam da Tabela 6.2.1.

Horas Médias Trabalhadas por Dia

A distribuição de horas médias trabalhadas por dia para o total de trabalhadores apresenta assimetria positiva – isto é, concentração em torno dos menores números de horas trabalhadas por dia –, porém, fraca, moda e mediana iguais a 8 horas e média igual a 8 horas e trinta e nove minutos; com coeficiente de variação de 26%, sendo que as mulheres trabalham em média menos horas por dia que os homens.¹⁴ Os assalariados como um todo

¹⁴ O cálculo das horas médias trabalhadas por dia foi efetuado considerando-se o número de dias da semana em que o indivíduo efetivamente trabalhou.

apresentam distribuição quase idêntica à do total de trabalhadores, exceto à assimetria positiva ligeiramente mais acentuada e coeficiente de variação também ligeiramente menor. Contudo, essa não é a distribuição para os operários em que a média e a moda apresentam concentração em torno de 8 horas trabalhadas por dia, mas a mediana é superior a dos demais assalariados em torno de 9 horas e 20 minutos, com coeficiente de variação de 19%. Os trabalhadores por conta própria, por sua vez, apresentam baixo coeficiente de assimetria positiva, moda, mediana e média praticamente iguais, em torno de 9 horas, e baixo coeficiente de variação (11%), valores superiores ao do total de assalariados, exceto aqueles apresentados pelos operários. São os trabalhadores por conta própria com estabelecimento que, em média, trabalham maior número de horas diárias, em torno de 10 horas e 10 minutos, apresentando mediano de 9 horas e 58 minutos e moda de 8 horas, com baixo coeficiente de assimetria e coeficiente de variação de 26%. Há que destacar ainda que, em relação às horas médias diárias de trabalho, os assalariados informais apresentam baixo coeficiente de assimetria negativa, isto é, concentram-se fracamente em torno de maior número de horas trabalhadas diárias, embora estas tenham valores inferiores aos dos demais trabalhadores. No caso do serviço doméstico, há fraca assimetria positiva e a moda é de 8 horas, a média de 9 horas e 10 minutos e o coeficiente de variação de 29%, distribuição esta muito próxima daquela que já foi apresentada para os operários (Tabela A.9 e A.10). Em síntese, 43% dos trabalhadores declararam trabalhar mais de 8 horas por dia, e 11% até 6 horas, sendo que é entre os por conta própria que se verificam tanto os que trabalham menos de 6 (18%) como aqueles que trabalham mais de 12 horas médias por dia (11%) (Tabela A.9).

Os testes realizados para esta variável também comportam dois limites para se obter as proporções: jornada de trabalho abaixo de 6 horas e acima de 12 horas. A composição entre total de assalariados e total de conta próprias revela que as proporções não podem ser consideradas iguais para os dois limites, confirmando as suposições tecidas acima. Por outro lado, a aplicação do teste para operários e contas próprias sem estabelecimento indica não existir diferença significativa entre as proporções desses trabalhadores quando a jornada ultrapassa a 12 horas diárias (Tabela 6.2.1).

Rendas do Trabalho

A distribuição dos ganhos mensais para o total de trabalhadores indica assimetria fortemente positiva, moda de 1,7 salários mínimos (SM), mediana de 2,75 SM e média de 4,4 SM, com coeficiente de variação de 119%. Esta tendência mantém-se para o total de assalariados, entre os quais os operários são os que detêm níveis de ganhos inferiores, ao passo que os controladores trabalhando fora da produção percebem, relativamente, os maiores salários. O total de trabalhadores por conta própria apresenta distribuição de ganhos modais e medianas ligeiramente superiores face ao total de trabalhadores da ordem de 3,4 SM e médios de 5,6 SM, com coeficientes de variação de 115%. Os contas próprias com ponto são os que detêm ganhos relativamente inferiores e, ao mesmo tempo, mais dispersos em torno da média, contrapondo-se aos contas próprias com estabelecimento, que ganham relativamente mais. E, é entre os assalariados informais e no serviço doméstico que se verificam, além dos operários, os ganhos relativamente inferiores (Tabela A.11 e A.12).

As proporções para a realização dos testes foram tomadas a partir de 3 limites:

Trabalhadores abaixo de 2 SM, abaixo de 3 SM e acima de 5 SM. Os dados amostrados indicam, dessa forma, que não se pode afirmar que os contas próprias tenham rendimentos inferiores aos dos assalariados. Abaixo de 2 SM, as proporções destas duas formas de participação – 26% para contas próprias e 31% para assalariados – não variam significativamente, enquanto, abaixo de 3 SM, não podem ser consideradas iguais e são favoráveis aos contas próprias, o mesmo se verificando para as proporções destes trabalhadores que auferem acima de 5 SM – 45% para contas próprias e 25% para o total de assalariados. Resultados idênticos são obtidos quando se estabelece comparação entre operários e contas próprias sem estabelecimento (Tabela 6.2.1).

Síntese dos Resultados Obtidos

Em suma, não se pode afirmar, para esta amostra, que os trabalhadores por conta própria tenham atividades instáveis e desqualificadas e que sejam em maioria jovens e mulheres, propiciando baixos níveis de renda, quando comparados aos assalariados, nem que os trabalhadores por conta própria sem estabelecimento apresentem essas características quando comparados aos operários. No entanto, a proporção de contas próprias com idade acima de 50 anos é significativamente maior, o que pode indicar tanto a necessidade de experiência para o trabalho, como que o trabalhador se torna autônomo após ter sido

assalariado ou talvez que, em décadas anteriores, tenha existido maior espaço econômico e possibilidades para tornar-se por conta própria. É também maior a proporção destes trabalhadores com jornada acima de 12 horas médias diárias (em especial contas próprias com estabelecimento), o que em parte influencia os níveis de renda que auferem – à medida que exista demanda – e indica um maior dispêndio de número de horas médias por dia para obter esses mesmos níveis.

A caracterização obtida neste estudo para os componentes do Setor Informal diferencia-se da usualmente citada na literatura, face à conceituação adotada e à construção de categorias analíticas que absorvem todos os trabalhadores, o que permitiu, visto a coleta primária de informações, a partir de uma única fonte de dados a possibilidade de comparar trabalhadores assalariados e por conta própria. Dissociando-se o Setor Informal da caracterização apriorística de baixa renda, associando-o ao trabalho autônomo e analisando-o em relação aos trabalhadores assalariados, observou-se que os jovens, as mulheres, a desqualificação, a instabilidade, o número excessivo de horas diárias no trabalho e os baixos níveis de renda interpenetram em graus variáveis nas diferentes massas de trabalhadores, sejam eles assalariados ou autônomos. Atribuir, então, aos trabalhadores autônomos, pelo menos no Município de São Paulo, à luz da amostra utilizada, a característica de grupo de mais baixa remuneração no meio urbano é desconhecer os baixos salários pagos pelas firmas a grandes contingentes de trabalhadores assalariados, mormente operários.

Com o intuito de tornar mais clara esta questão e de catar (é essa palavra mesmo aqui?) quais os grupos de trabalhadores que percebem os menores níveis de renda – variável que, de certa forma, sintetiza as demais –, escalonaram-se os indivíduos por ordem crescente de renda, agregando-se, posteriormente, em decis. Observa-se que a renda média se acresce de 25 a 33% entre um estrato e outro, exceto entre o primeiro e o segundo (63%) e entre os três últimos decis. O crescimento de renda média, observado para o último estrato, é da ordem de 188%, e é neste estrato que se concentram mais da metade entre organizadores da produção e proprietários (53%) bem como, entre os assalariados, um terço (31%) dos controladores fora da produção e menos de um quinto entre trabalhadores por conta própria com estabelecimento (18%) – entre os quais seis entre os nove profissionais liberais da amostra (Tabela A.13 e A.14).

Extraindo-se os 30% dos indivíduos que ganham menos – isto é, os três primeiros decis –, observa-se que a renda média varia entre 0,76 SM e 1,6 SM e a média desses três

primeiros estratos é de 1,2 SM (US\$ 80,1) por mês no período em que se realizou a entrevista. São nesses estratos que se encontram 26% dos trabalhadores assalariados e 25% daqueles por conta própria. Decompondo-se o primeiro grupo, visualiza-se que este compreende 41% dos operários, 21% dos trabalhadores em escritório, 27% dos trabalhadores em atividades de apoio ou serviço, 4% dos controladores na produção direta de bens e 3% dos demais controladores. A desagregação do segundo grupo (trabalhadores por conta própria) implica a observação de que nestes estratos se encontram 6% de conta próprias com estabelecimento, 46% de contas próprias sem estabelecimento. Além desses, ainda se concentram aí 60% dos assalariados informais e 85% do serviço doméstico (Tabela A.15).

Realizando-se os testes de hipóteses que vêm sendo efetuados – entre as proporções de trabalhadores assalariados e por conta própria que compõem esse estrato de 30% que ganha menos –, aceita-se a hipótese nula de que as proporções entre total de assalariados e por conta própria e entre operários e contas próprias sem estabelecimento não difiram significativamente nesses decis (Tabela 6.2.2).

TABELA 6.2.2

RESULTADO DOS TESTES DE PROPORÇÕES: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS E POR CONTA PRÓPRIA ENTRE OS 30% QUE GANHAM MENOS						
COMPARAÇÕES	% DOS TRABALHADORES					
	H	M	T	Z CALCULADOS		
	%	%	%	H	M	T
Total de Assalariados	22	34	26			
E				1,5	1,35	0,33
Total por Conta Própria	17	43	25			
Operários	30	64	41			
E				1,0	0,66	0,76
Contas Própria sem Estabelecimento	26	55	37			

Tal resultado indica que o trabalhador pode engrossar o conjunto dos 30% de indivíduos que auferem os menores níveis de renda no Município de São Paulo, independentemente de ser assalariado ou por conta própria, e que outras variáveis estariam influenciando a participação do trabalhador nesse estrato de renda (idade, sexo, grau de qualificação, ramo de produção, tipo de firma, atividades etc.).

Contudo, quando se realizam outros testes – para cada uma das categorias analíticas – entre a proporção de trabalhadores em cada categoria que compõem o estrato de 30% que ganha menos e essa mesma proporção, observa-se que os grupos de trabalhadores que compõem o serviço doméstico, assalariados informais, contas próprias com ponto fixo e operários são os que, proporcionalmente, concentram-se nesses decis (30%), enquanto os assalariados em atividades de escritórios e em serviços, bem como os por conta própria sem ponto, não apresentam proporções significativamente diferentes de 30%. Por outro lado, os controladores fora da produção e os trabalhadores por conta própria com estabelecimento apresentam-se com proporções significativamente menores às dos 30% dos indivíduos que percebem os menores níveis de renda (Tabela 6.2.3).

TABELA 6.2.3

RESULTADOS DOS TESTES DE PROPORÇÕES: PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES POR CATEGORIA ANALÍTICA ENTRE OS 30% QUE GANHAM MENOS					
CATEGORIAS	% DOS TRABALHADORES ENTRE OS 30% QUE GANHAM MENOS			Z CALCULADOS	
	T %	H %	M %	(1)	(2)
	(1)		(2)		
Operário	41	30	64	3,3*	4,9*
Escritório	21	26	16	2,5	1,4
Serviços	27	20	41	0,9	3,4*
Controlador na Transformação					
Direta	4	5	*	*	*
Controlador fora da Transf.					
Direta	3	2	6	*	0,8
Conta Própria com					
Estabelecimento	6	6	7	5,7	0,1
Conta Própria com					
Ponto Fixo	46	15	62	2,6*	3,4*
Conta Própria sem					
Ponto Fixo	29	30	25	0,2	0,8
Assalariado Informal	60	65	55	4,6*	2,7*
Serviço Doméstico	85	*	86	9,2*	*
Total de Trabalhadores	30	23	43	*	7,1*

Obs.: (1) Comparação entre a proporção em cada categoria analítica e os 30% dos trabalhadores que ganham menos.

(2) Comparação entre homens e mulheres em cada categoria analítica.

Z* Indicam que o resultado é significativo a 1%.

Outro fato a ser ressaltado é que, entre os 30% dos indivíduos que ganham menos, 43% se constitui de mulheres e que, ainda, essas predominam em todas as categorias cujos trabalhadores se concentram nesse estrato. Ou seja, realizando testes entre as proporções de homens e mulheres intra categorias analíticas, verificou-se que a predominância feminina é significativa entre operários, contas próprias com ponto fixo, assalariados informais e serviço doméstico. Para as demais formas de participação na produção, as proporções entre os sexos são indiferentes, exceto para os assalariados em serviços (tabela 6.2.3).

Os baixos níveis de renda, conforme apresentado nesta seção, espalham-se entre diversas categorias analíticas que representam as formas de participação dos trabalhadores na produção, no entanto, formas específicas concentram relativamente maior número de trabalhadores com baixos níveis de renda. Entre estas, destacam-se assalariados informais, serviço doméstico, trabalhadores por conta própria com ponto fixo e operários. Dentre os dois primeiros grupos, destaca-se a forte predominância feminina em todos os decis, enquanto entre os operários essa predominância revela-se, principalmente, entre os 30% que ganham menos (Tabela A.15).

Cabe, aqui, ressaltar algumas peculiaridades referentes aos operários. Inicialmente, é nesta forma de participação na produção que se concentra a maior parte dos trabalhadores (20%); em segundo lugar, o salário é, em geral, a única fonte de renda para a sobrevivência;¹⁵ em terceiro lugar, estes trabalhadores estão envolvidos diretamente na produção industrial e, por último, são regidos por contrato subordinado às leis trabalhistas e ao quadro político e macroeconômico do país.

6.3. UMA APLICAÇÃO DO COEFICIENTE DE CONCORDÂNCIA DE KENDALL

As categorias analíticas formuladas para este estudo podem ser entendidas como uma taxonomia estabelecida dentro do mercado de trabalho, voltada para a classificação dos indivíduos segundo formas de participação na produção. Ora, usualmente, analisam-se esses

¹⁵ Para o sexo feminino, destaca-se uma particularidade sobre os custos incorridos para exercer o trabalho. No caso de contas próprias com ponto fixo, sabe-se que a maioria trabalha no domicílio e realiza essa atividade nos intervalos ou como prolongamento do trabalho doméstico, o que, em relação às operárias, livra-as de tempo e custo de transporte, fatores que, em São Paulo, agravam, pelo menos objetivamente, as condições de trabalho e renda.

indivíduos segundo algumas características: idade, escolaridade, estabilidade, renda etc. Quando se estabelece uma taxonomia dentro do mercado de trabalho, o que se espera é que essa conduza a categorias que consigam sintetizar algumas dessas características. Se isso não acontecesse, a relevância da utilização da categoria seria discutível. Assim, quando fosse mencionada, por exemplo, a categoria conta própria com estabelecimento, não se teria uma idéia muito clara das características dos indivíduos assim agrupados, a menos que as variáveis que caracterizam essa categoria se compusessem coerentemente a ponto de distingui-las das demais.

Nessas condições, decidiu-se submeter a teste a seguinte questão: em que medida as categorias formuladas sintetizam os traços mais comumente utilizados para caracterizar os indivíduos, de tal modo que, ao mencionar-se essas categorias, obtenha-se um idéia coerente de suas características face às demais? Essa noção de coerência vem do conhecimento já estabelecido a respeito dos indivíduos que participam do mercado de trabalho. Sabemos, por exemplo, que a um baixo nível de renda estão associados, de um modo geral, características tais como baixo nível de escolaridade, qualificação e uma menor idade. Se fossem criadas categorias que violassem esse tipo de associação, ou fossem indeterminadas na sinterização dessas características, seria discutível a sua utilidade descritiva e analítica. Por exemplo, qual a utilidade de se criar uma categoria tal como indivíduos que almoçam entre 12 e 24 horas ou que trabalham usando as mãos?

A operacionalização do teste consistiu em selecionar, inicialmente, algumas características considerada relevantes: idade, sexo, escolaridade, qualificação, horas médias trabalhadas, tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade. Numa segunda etapa, cada categoria formulada recebeu uma avaliação dentro de cada uma dessas características, por meio de sua posição relativamente às demais, avaliando segundo uma hierarquia de postos.

Por exemplo: se houvessem apenas duas categorias, A e B, e se a categoria A apresentasse média de idade inferior à categoria B, a primeira receberia o posto 1 e a segunda o posto 2. Caso a categoria recebesse também o mesmo posto nas demais características, apresentando menor proporção de homens, escolaridade, qualificação, horas médias trabalhadas por dia, tempo de permanência e renda, a concordância entre essas ordenações de postos seria perfeita e a categorização adotada estaria sintetizando, no total e individualmente, todas as características utilizadas.

Na realidade, entretanto, não se pode esperar essa perfeita concordância entre os postos assumidos pelas várias categorias dentro de cada característica utilizada. A questão que se coloca é a de se estabelecer a significância estatística de determinado nível de concordância encontrado, dentro de um teste a que é submetida a hipótese de total ausência de concordância.

Assim sendo, numa terceira etapa do procedimento, há que se utilizar um teste estatístico adequado, tendo sido aplicado o teste de coeficiente de concordância de Kendall (W).

Esse coeficiente é definido como

$$W = \frac{S}{\frac{1}{12} k^2 (N^3 - N - k\Sigma T)}$$

em que S = c\variância entre as somas de indicadores hierarquizados;

k = número de indicadores selecionados;

N = número de categorias analíticas;

k\Sigma T = correção no caso de existirem empate de postos por indicadores,

onde:

$$\Sigma T = \frac{1}{12} (t_i^3 - t_i)$$

t = número de empates

Após a obtenção de W, ele é transformado em X²:

$X_c^2 = k(N - 1)W$, para poder ser submetido ao teste de hipótese:

H₀: o conjunto das categorias analíticas é independente dos indicadores selecionados;

H₁: o conjunto de categorias analíticas não é independente dos indicadores selecionados.

Estabelecendo-se o nível de significância desejado, se $X_c^2 \geq X_t^2$, rejeita-se a hipótese nula e as categorias analíticas não são aleatórias, isto é, englobam os indicadores selecionados.¹⁶

Mais especificamente, as categorias analíticas adotadas para o teste são: operários assalariados em escritório, assalariados em atividades de serviços ou apoio, controladores na transformação direta, controladores fora da transformação direta, contas próprias com estabelecimento, contas próprias com ponto fixo, contas próprias sem ponto, assalariados informais, serviço doméstico e organizadores da produção e proprietários. Os indicadores selecionados e hierarquizados por postos, para a cada categoria analítica, são: proporções de mulheres, idade média, proporção de escolaridade precária, grau de desqualificação, horas médias trabalhadas por dia, proporção de trabalhadores com tempo de permanência no local de trabalho ou atividade maior ou igual a 5 anos, e renda média auferida. A distribuição dos postos mostra que as categorias organizadoras da produção e proprietários, controladores e contas próprias com estabelecimento,¹⁷ contas próprias sem ponto para homens e com ponto para mulheres apresentam somatória de postos superiores à média geral, enquanto as categorias que representam os assalariados – operários, escritório e serviços –, os assalariados informais e o serviço doméstico se situam abaixo da média de postos. Esta ordenação, por si só, indica que as categorias analíticas podem ser hierarquizadas em sentido decrescente e associadas a indicadores que, aqui, representam requisitos, condições de trabalho e níveis de renda também ordenados no mesmo sentido, ou seja, dos mais altos níveis para os mais baixos (Tabela 6.3.1).

O teste de Kendall foi realizado desagregando-se as informações por sexo e demonstraram-se significantes a 1%, exceto quando se introduz o indicador de horas médias trabalhada por dia (Tabela 6.3.2).

A associação ocorre à medida que se escalonam, por postos crescentes, os seguintes indicadores: idade média e renda média; e por postos decrescentes os seguintes: tempo de permanência maior ou igual a 5 anos, proporção de indivíduos com escolaridade precária,

¹⁶ Siegel, S. (1981), *Estatística Não Paramétrica para Ciências Sociais*, Ed. McGraw Hill, N.Y., p. 258-268.

¹⁷ Observa-se que a inclusão neste grupo dos profissionais liberais por conta própria e com estabelecimento não altera a ordenação dos postos obtidos. Por exemplo, o indicador renda média mensal auferida para os

proporção de trabalhadores mulheres, grau de desqualificação e horas médias trabalhadas por dia. A participação do sexo feminino por categoria analítica foi ordenada de maneira decrescente visto que, na seção anterior, o predomínio feminino estava, em geral, associado a menores requisitos e piores condições de trabalho e renda.

Estes resultados, além de demonstrarem a relevância descritiva da taxonomia adotada, ratificam e generalizam as conclusões da seção anterior, à medida que se observa que formas específicas de participação na produção absorvem indivíduos que, por um lado, apresentam-se com relativos baixos requisitos no mercado de trabalho (são jovens, mulheres, detêm escolaridade precária) e, por outro, estão trabalhando com piores condições relativas (exercem postos desqualificados, têm permanência geralmente com menos de 5 anos no posto de trabalho ou atividades) e ganham relativamente baixas rendas.

trabalhadores por conta própria com estabelecimento, excluindo-se os profissionais liberais, é da ordem de vinte e cinco mil cruzeiros.

TABELA 6.3..1

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR INDICADORES SELECIONADOS, HIERARQUIZADOS POR POSTO E SEXO TOTAL MSP/JAN/1980														
CATEGORIAS	Nº DE MULHERES		IDADE MÉDIA		ESCOLARIDADE PRECÁRIA		DESQUALIFICAÇÃO		HORAS MÉDIAS		TEMPO DE PERMANÊNCIA > 5 ANOS		RENDA MÉDIA (CR\$1.000,00)	
	%	P	I	P	%	P	I	P	H	P	%	P	R	P
Operários	32,9	6	30,1	3	37,6	2	73,1	2	9,3	4	18,8	3	7,4	2
Escritório	43,5	3	27,4	1	2,1	10	51,3	6	8,3	4	21,2	4	13,5	7
Serviços	34,5	5	32,4	4	22,6	6	57,9	5	8,3	7	22,1	5	12	6
Controlador na Transformação														
Direta	13,6	9	39,9	7	9,1	8	*	8	9,4	3	40,9	8	21,8	8
Controlador fora da Transf.														
Direta	23,8	7	37,4	6	1,5	11	*	9	8,6	6	43,3	10	29,9	10
Conta Própria com Estabelecimento	17,9	8	41,6	9	11,9	7	*	10	10,1	1	35,7	6	28,0	9
Conta Própria com Ponto Fixo	66,1	2	41,4	8	30,5	4	62,7	4	7,5	9	39,0	7	8,6	4
Conta Própria sem Ponto Fixo	11,1	11	42,0	9	36,1	3	44,4	7	8,4	8	43,1	9	11,4	5
Assalariado Informal	41,5	4	28,8	2	22,6	5	67,9	3	8,4	8	15,1	2	7,5	3
Serviço Doméstico	98,5	1	33,6	5	44,6	1	*	1	9,2	5	13,8	1	3,8	1
Organizador na produção e Proprietário	11,3	10	44,0	10	2,5	9	*	11	9,5	2	48,7	11	55,8	11

TABELA 6.3.1

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR INDICADORES SELECIONADOS, HIERARQUIZADOS POR POSTO E SEXO HOMENS MSP/JAN/1980													
CATEGORIAS	IDADE MÉDIA		ESCOLARIDADE		DESQUALIFICAÇÃO		HORAS MÉDIAS		TEMPO DE PERMANÊNCIA		RENDA MÉDIA (CR\$1.000,00)		
	I	P	%	P	%	P	H	P	%	P	R	P	
Operários	32,1	4	40,8	1	65	2	9,4	3	21,6	4	8,7	2	
Escritório	28,4	2	0,9	10	49,5	5	8,2	9	19,3	3	18,8	6	
Serviços	31,9	3	31,9	5	57,1	4	9,0	5	18,2	2	14,1	4	
Controlador na Transformação													
Direta	41,8	6	10,5	7	*	7	9,3	4	36,8	5	23,8	7	
Controlador fora da Transf.													
Direta	39,3	5	2	9	*	8	8,8	6	43,1	8	34,3	9	
Conta Própria com													
Estabelecimento	42,7	8	11,6	6	*	9	10,3	1	39,1	6	30,1	8	
Conta Própria com													
Ponto Fixo	42,3	7	30,0	3	60,0	3	9,0	5	40,0	7	15,7	5	
Conta Própria sem													
Ponto Fixo	42,9	9	37,5	2	48,4	6	8,6	7	43,7	9	11,4	3	
Assalariado Informal	28,2	1	29,0	4	70,1	1	8,5	8	6,4	1	7,9	1	
Organizador da Produção e													
Proprietário	44,5	10	2,8	8	*	10	9,6	2	46,8	10	57,7	10	

TABELA 6.3.1

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR INDICADORES SELECIONADOS, HIERARQUIZADOS POR POSTO E SEXO MULHERES MSP/JAN/1980												
CATEGORIAS	IDADE MÉDIA		ESCOLARIDADE		DESQUALIFICAÇÃO		HORAS MÉDIAS		TEMPO DE PERMANÊNCIA		RENDA MÉDIA (CR\$ 1.000,00)	
	I	P	%	P	%	P	H	P	%	P	R	P
Operários	25,9	1,0	31,2	2	89,6	2	9,2	3	13,0	1	4,8	2
Escritório	26,1	2	3,6	8	53,6	6	8,3	5	23,8	5	10,4	7
Serviços	33,4	6	21,0	5	59,3	5	7,1	7	17,3	3	8,2	5
Controlador na Transformação												
Direta	27,7	3	*	9	*	8	9,7	1	67,0	11	9,3	6
Controlador fora da Transf.												
Direta	31,6	5	*	9	*	9	7,8	6	43,7	9	17,5	9
Conta Própria com Estabelecimento	36,3	8	13,3	7	*	10	9,6	2	20,0	4	18,3	10
Conta Própria com Ponto Fixo	40,9	10	30,8	3	64,1	3	6,7	9	38,5	8	5,2	3
Conta Própria sem Ponto Fixo	34,6	7	25,0	4	12,5	7	6,9	8	37,5	7	11,5	8
Assalariado Informal	29,8	4	13,6	6	63,6	4	8,3	5	27,3	6	6,8	4
Serviço Doméstico	33,4	6	45,3	1	*	1	9,2	3	14,1	2	3,6	
Organizador da Produção e Proprietário	39,4	9	*	9	*	11	8,9	4	66,7	10	56,0	11

• TABELA 6.3.2
RESULTADOS DOS TESTES DE CONCORDÂNCIA

1			2			3			4			5		
TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER
41,334	*	*	35,9*	29,7*	25,0*	33*	*	*	28,12*	25,0*	22,9	18,5	16,8	16,4

Os testes foram feitos com os seguintes indicadores:

1. Proporção de mulheres, idade média, escolaridade precária, desqualificação, tempo de permanência > 5 anos, renda média;
2. Idade média, escolaridade precária, desqualificação, tempo de permanência > (quantos anos?) anos, renda média;
3. Proporção de mulheres, idade média, escolaridade precária, desqualificação, renda média;
4. Idade média, escolaridade precária, desqualificação, renda média;
5. Idade média, escolaridade precária, desqualificação, renda média e horas médias.

Obs.: Os valores de $X^2_{0,01}$ são 24,7 com 11 graus de liberdade e 23,2 com 10 graus de liberdade. Os testes para homens foram realizados com 10 graus de liberdade em função da exclusão de serviços domésticos. Os resultados que são significantes são apresentados com asteriscos.

CONCLUSÕES, CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL E SETOR INFORMAL

O Setor Informal é apresentado, neste estudo, como um espaço econômico subordinado e intersticial ao movimento das formas de organização da produção capitalista, constituindo-se do conjunto de atividades que pode ser explorado por produtores diretos que possuem os meios e instrumentos para exercer o trabalho. Isto é, o espaço econômico ocupado por trabalhadores por conta própria. Propõe-se que este Setor seja analisado em função do processo de desenvolvimento capitalista encerrado numa dimensão espaço-temporal específica, tendo presente, na análise, que este Setor é continuamente deslocado e recriado, flexível e permeável, moldando-se às condições gerais da economia, em especial a urbano.

Os principais tópicos abordados ao longo do trabalho foram:

(i) este Setor cria oportunidade de emprego para indivíduos que não conseguem ser absorvidos como assalariados e para aqueles que não podem, desejam e conseguem escapar dessa opção;

(ii) não necessariamente as atividades informais encerram características concorrenciais nos mercados, devendo ser examinadas a quantidade e qualidade de meios de trabalho e a qualidade de força de trabalho necessárias para explorar os tipos de atividades e os mercados para produtos e serviços informais;

(iii) não é característica intrínseca ao Setor suprir a demanda por bens serviços das camadas mais pobres no meio urbano, embora a oferta deste Setor se dirija também para esses grupos;

(iv) a existência e manutenção do Setor Informal está, potencialmente, vinculada com o espaço econômico passível de ser explorado sob esta forma de organizar a produção e o trabalho e, parcialmente, relacionada com a existência de excedente de mão-de-obra e com relações de preço ou de clientela específicas;

(v) a configuração de um Setor Informal numa dimensão espaço-temporal específica, absorvendo elevados contingentes de trabalhadores com baixa qualidade de força de trabalho e propiciando baixos níveis de renda a seus integrantes, pode estar expressando a debilidade

não do Setor Informal em si, mas do processo e padrão de desenvolvimento capitalista em marcha, refletido por um perfil do Setor Formal;

(vi) embora o Setor Informal possa estar absorvendo grande contingente de trabalhadores urbanos com baixa qualidade de força de trabalho e percebendo baixo nível de renda, não significa que esse quadro se mantenha ao longo do tempo e nem que a maior parte dos trabalhadores de baixa qualificação e com baixos rendimentos no meio urbano seja procedente deste Setor. Parcelas de trabalhadores em condições semelhantes devem estar distribuídos e absorvidos pela produção formal.

Elementos desta última proposição foram examinados empiricamente neste trabalho. Em primeiro lugar, partiu-se da idéia de segmentação na produção e construiu-se um conjunto de categorias analíticas (assalariados, trabalhadores por conta própria e proprietários) que pretendem representar formas de participação dos indivíduos na produção. Em segundo lugar, selecionaram-se dois grupos: total de trabalhadores assalariados e totais de trabalhadores por conta própria; operários e contas próprias sem estabelecimento. Sobre esses grupos, empreenderam-se comparações com base em informações primárias para o Município de São Paulo, de janeiro de 1980, a respeito de algumas condições de trabalho (qualificação, tempo de permanência na atividade ou no posto de trabalho, vínculo jurídico, horas médias trabalhadas por dia), requisitos para exercê-lo (idade, sexo e escolaridade) e níveis de renda.

Constatou-se, por meio de conjuntos de testes de hipóteses realizados entre as categorias analíticas selecionadas, que não se pode afirmar, para a amostra utilizada, que os trabalhadores por conta própria, núcleo do Setor Informal, em qualquer um dos subgrupos considerados, quando comparados aos assalariados:

- (i) sejam predominantemente do sexo feminino ou jovens abaixo de dezenove anos;
- (ii) apresentem nível de escolaridade abaixo do ginásio incompleto;
- (iii) exerçam principalmente atividades não ou semi-qualificadas;
- (iv) sejam instáveis em suas atividades (menos que seis meses de permanência na atividade);
- (v) ganhem menos do que 2 salários mínimos por mês

Pode-se, por outro lado, afirmar que a proporção de trabalhadores por conta própria que:

(i) trabalha em média menos do que seis horas por dia;

(ii) permanece na atividade mais de 5 anos e

(iii) ganha mais que 5 salários mínimos por mês

é maior do que a proporção de assalariados nessas condições e níveis de renda. Além disso, a proporção de assalariados que auferem menos do que três salários mínimos por mês é superior à parcela de trabalhadores por conta própria nesse nível de renda.

Outra conclusão é que a proporção de trabalhadores por conta própria sem estabelecimento que trabalha mais que 12 horas por dia não é significativamente diferente da proporção de operários nesta situação.

Posteriormente, analisando-se a distribuição de ganhos mensais por decis e aplicando testes de hipótese entre todas as categorias analíticas que compõem os três primeiros decis, isto é, os 30% que percebem os menores níveis de renda do Município, constatou-se que:

(i) as proporções entre o total de assalariados (21%) e por conta própria (25%) não diferem significativamente nesse estrato de renda, assim como não difere a proporção entre operários (41%) e contas próprias sem estabelecimento (36%);

(ii) esse estrato concentra relativamente maior número de operários, ajudantes de trabalhadores por conta própria, empregados domésticos e, entre os contas próprias sem estabelecimento, concentra apenas aqueles que têm ponto fixo;

(iii) são nesses três primeiros decis de renda que se concentra relativamente grande número de mulheres: entre os 30% que ganham menos estão 43% das mulheres e 23% dos homens que trabalham, sendo que a predominância feminina é significativa entre os grupos de trabalhadores mencionados no item (ii).

Em suma, reconhece-se, aqui, que se conceituando o Setor Informal como forma de organização da produção e de trabalho específicos, na qual o produtor direto também é proprietário do meios de trabalho, não se pode afirmar, para essa amostra, que os trabalhadores por conta própria, em sua totalidade ou sem estabelecimento, exerçam atividades instáveis e desqualificadas e que sejam, majoritariamente, jovens e mulheres com baixo nível de escolaridade, percebendo baixos níveis de renda quando comparados aos assalariados, em especial operários.

As características acima mencionadas atingem tanto trabalhadores por conta própria como aqueles que são assalariados. Entre o total de trabalhadores, no entanto, destacam-se

três grupos: operários, serviço doméstico e ajudantes de trabalhadores por conta própria que se apresentam em desvantagem relativa frente aos demais trabalhadores no que se refere às seguintes características: idade média, proporção de mulheres, escolaridade abaixo do ginásio incompleto, proporção de não ou semi-qualificados, tempo de permanência na atividade ou posto de trabalho acima de cinco anos e renda média auferida. Cabe ressaltar, ainda, algumas peculiaridades referentes aos operários. Inicialmente, representam 20% do total de trabalhadores amostrados; em segundo lugar o salário é, em geral, a única fonte de renda para sobrevivência; em terceiro lugar, estes trabalhadores estão envolvidos na produção industrial e, por último, são regidos por contrato subordinado às leis trabalhistas e ao quadro das políticas macroeconômicas do país.¹

As categorias analíticas construídas e utilizadas por este estudo – proprietário e organizador de produção, controlador fora da produção, assalariado em escritório, assalariado em serviços de apoio, controlador na produção de bens, operários, conta própria com estabelecimento, conta própria sem estabelecimento e com ponto fixo, conta própria sem estabelecimento e sem ponto, assalariado informal e serviço doméstico – foram submetidas a testes estatísticos, a fim de se verificar se mantinham perfil coerente e se respondiam a associações com características individuais e características tidas como ocorrências usuais no mercado de trabalho. Por exemplo, sabe-se que a um indivíduo que auferia baixo nível de renda estão associadas características tais como: sexo feminino, baixa escolaridade e menor idade. Aplicado ao conjunto de categorias analíticas e às variáveis selecionadas para representar requisitos (sexo, idade, escolaridade), condições de trabalho (grau de qualificação, tempo de permanência, horas médias trabalhadas) e níveis de renda, o teste de concordância de Kendall conduziu a resultados que indicam as categorias supra mencionadas associadas estaticamente a características dos indivíduos e do mercado de trabalho. Isto ocorre à medida que as categorias analíticas são hierarquizadas por meio de postos atribuídos em ordem crescente aos seguintes indicadores: idade média e renda média mensal; e em ordem decrescente aos indicadores que se seguem: proporção de mulheres, proporção de indivíduos com escolaridade precária, proporção de indivíduos semi ou não

¹ Quer se destacar que os resultados obtidos se referem ao total de operários, indiferente às características do ramo da produção e/ou tipo de firma. A desagregação, segundo essas características, poderia refletir-se em uma hierarquia diversa.

qualificados, horas médias trabalhadas por dia, tempo de permanência no posto de trabalho ou atividade maior do cinco anos.

Estes resultados, circunscritos às variáveis mencionadas, permitem que a taxonomia utilizada por este estudo se agregue a taxonomias correntes na literatura sobre mercado de trabalho e possa ser utilizada para descrever as formas pelas quais os indivíduos participam na produção e no mercado de trabalho.

A abordagem conceitual adotada e os resultados obtidos, embora não conclusivos para generalização, pois, além dos dados constituírem-se em um instantâneo do Município de São Paulo, mereceriam tratamento estatístico adicional e a corroboração ou retificação de evidências empíricas procedentes de outros estudos, levam a não priorizar políticas de emprego e renda específicas para o Setor Informal. Essas devem ser concebidas de forma integrada, não só porque medidas de política econômica ressoam sobre o Informal, como porque determinadas medidas podem aumentar a qualidade de vida da população, independentemente da forma de participação na produção, e diminuir níveis relativos de pobreza, por meio de aumentos da renda real, melhorando a rede de transporte e de comercialização de produtos básicos, os equipamentos de saúde, de transporte e de comercialização de produtos básicos, os equipamentos de saúde, de difusão cultural, de educação, comunitários e a infra-estrutura físico urbana em geral, além de difundirem-se, em especial para contingentes de menor renda, as formas e possibilidades de acesso a esses serviços.

São comuns as sugestões de medidas de apoio a este Setor mediante a criação de cooperativas de autônomos ou vínculos de sub-contratação. No entanto, é reconhecido também que os produtores informais contam, para se manterem em suas atividades, com a extensa e complexa rede de clientela que constitui seu mercado.² Acredita-se, pois, que as medidas referidas conduziriam à desorganização dos mercados criados pelos próprios produtores e, provavelmente, a seu fim. Os vínculos de sub-contratação, por exemplo, favorecem as firmas, à medida que lhes reduz os custos que, por sua vez, não

² SOUTO, J. alli (1975), *op. cit.*, CAVANCANTI, C. (1978), *op. cit.*

obrigatoriamente são repassados a preços e nem garantem melhores condições de trabalho e renda para os informais.³

Outras sugestões de intervenção são quase ameaças para a produção informal, quando visam transformar a própria forma de organizá-la. São estas: capacitação administrativa do produtor informal, assistência técnica administrativa, alteração tecnológica e ordenamentos legais. A hipótese subjacente, nesse caso, é que a de o produtor independente seja uma microempresa ou que não exista diferença entre essas duas formas de organizar a produção e que, além de desejável, é obrigatório que, para sobreviver, tenha que alterar sua forma de organização.⁴ Estas colocações não correspondem à concepção da dinâmica da produção e do Setor Informal conforme exposto neste trabalho.

A dinâmica do capital reordena o espaço econômico, e a alteração na forma de organização de uma atividade informal, e mesmo de uma pequena firma capitalista, não garante o sucesso de manter-se em seu espaço.⁵ Além do mais, modernizar uma atividade não significa, obrigatoriamente, mudar sua organização.

As perspectivas para as atividades informais devem ser colhidas a partir do padrão de crescimento econômico posto em movimento. No caso de São Paulo, em 1980, para cada cem assalariados existiam 26 autônomos, sendo que essa relação ascende para 40 ao se agregar a esses últimos os ajudantes dos trabalhadores por conta própria. Os trabalhadores por conta própria se ocupam em atividades de comércio ou em fornecimento de serviços de reparação de bens duráveis e reparação e manutenção de moradias, principalmente aqueles que se destinam aos indivíduos. Nesse município, por exemplo, a disseminação do consumo de bens duráveis leva a crer que os serviços de reparação desses serão efetivados, cada vez mais, por postos de assistência técnica autorizados, vinculados às próprias firmas produtoras ou às lojas de departamentos. A tendência é para um deslocamento de parcelas dos produtores informais nessas atividades. Outros exemplos: a expansão de firmas de serviços

³ A possível piora relativa dos produtores informais faz parte das preocupações dos propositores dessa medida de apoio, que também sugerem a criação de salvaguardas para evitar que o sistema de sub-contratação possa influir sobre a redução das remunerações e não concessão dos benefícios sociais ao trabalhador. Contudo, quais são as salvaguardas e como controlá-las? Veja-se, por exemplo, Exame de Alguns Instrumentos Específicos de Políticas de Apoio ao Setor Informal Urbano, Tema III, Documento 2, in *Mesa redonda Sobre Políticas de Emprego para o Setor Informal Urbano*, IPEA/IPLAN/CNRH/MTb/OIT/PREALC, fev. 1976.

⁴ FUNZALIDA, L.A. (1975), *op. cit.*

⁵ Por exemplo, a demanda por serviços de reparação e manutenção de automóveis tem crescido. O que garante, a priori, que a pequena firma capitalista moderna tenha maior sucesso que o produtor informal?

vinculados a profissionais liberais estão reduzindo os autônomos nessas atividades e engrossando as relações de assalariamento. Isto ocorre, por exemplo, nos ramos de saúde, em que firmas abocanham o mercado por meio de convênios com outras firmas ou com indivíduos, ou se estabelecem sob a forma de clínicas prestando vasta gama de serviços. A modificação do uso e preparo da maneira sob a forma de compensado desloca o marceneiro por conta própria, o uso de sapatos de plástico desloca o sapateiro, a industrialização do couro rústico desloca o artesão, as facilidades para realizar reparos em moradias desloca o pintor, o electricista. Além desses, muitos outros exemplos poderiam ser citados que fornecem a direção do movimento de destruição das atividades, mas não a solução que as mantivessem. A pergunta é: por que mantê-las? Argumenta-se que políticas de reservas de mercado, mormente ligadas ao próprio Estado, poderiam realizar este papel (móveis de escola, produtos de limpeza, são exemplos). Contudo, com a expansão das firmas capitalistas não há razoabilidade em manter-se mercados cativos, face aos níveis de produtividade e preços que ela oferecem.

Por outro lado, o espalhamento dos centros urbanos, engrossando bairros e criando novas periferias, permite o surgimento de comerciantes por conta própria dos mais variados ramos – reparadores ligados à construção civil e a bens duráveis e outros prestadores de serviços em geral, vendedores a domicílio, escritórios de profissionais liberais e técnicos, escolas diversas e outros. Também o perfil de distribuição de renda relativamente concentrado permite o surgimento de serviços destinados às unidades de consumo e aos indivíduos diferenciados e destinados a diversos estratos de renda. Nesse sentido, ao invés de propostas de intervenção ou de protecionismos sobre o Setor Informal, dever-se-ia propor a remoção dos obstáculos a seu funcionamento como, por exemplo, isentar os vendedores ambulantes da repressão policial, não discriminar determinados indivíduos quando desejassem se regulamentar como autônomos, descentralizar e desburocratizar os regulamentos afins, rever a quantidade e o nível das taxas pagas.⁶

Por outro lado, torna-se difícil sustentar propostas de políticas de emprego e apoio ao Setor Informal quando a maior parte dos trabalhadores são assalariados, parte substancial

⁶ Por exemplo, para se abrir um estabelecimento é preciso inscrição no Ministério da Fazenda (CGC), inscrição no INPS, inscrição na Prefeitura, registro em Cartório se for Sociedade Civil e, se se tratar de comércio de produtos alimentícios, licença na Secretaria de Higiene. O exercício de atividade para ambulante

detém condições de trabalho e níveis de renda precários – no caso do Município de São Paulo, 44% recebem até três salários mínimos – e quando se admite que as rendas do Setor Informal são condicionadas à distribuição de renda do Setor Formal. A estrutura heterogênea da produção, nos dias de hoje, no Brasil, reflete-se em tecnologia diversificada e níveis tecnológicos inter e intra-setoriais, formas de organização do trabalho assalariado, gerência e administração de relações de controle sobre o trabalhador. Este processo, aportado na importação de tecnologia e na eventual carência de conhecimento sobre sua utilização, repercute sobre os processos de trabalho, afetando tanto os grupos de planejamento como os trabalhadores de execução. A importação tecnológica na indústria, por exemplo, aclopada a uma deficiente operacionalização em seu uso, pode se constituir em mais um fator de deteriorização das condições de trabalho (maior desgaste físico e mental e número de acidentes). Do farto material recolhido por Tragtenberg sobre as condições do trabalho operário⁷, verifica-se que essas condições deixam muito a desejar em termos de baixos salários, jornadas excessivas de trabalho, alta incidência de acidentes, reduzido nível de assistência médica, condições de salubridade e higiene ruins, forte autoritarismo por parte das chefias e, de um modo geral, pouco respeito à dignidade e aos direitos do trabalhador.

Acrescenta-se a este quadro a rigidez das relações institucionais entre capital e trabalho, demonstrado por meio da emperrada estrutura sindical, do não direito de greve, da inexistência de seguro desemprego, do baixo grau de sindicalização entre assalariados, da alta rotatividade do trabalho, do baixo subsídio aos transportes e aos aluguéis, da pouca abrangência da política habitacional para trabalhadores de baixa renda, da discriminação contra jovens, mulheres e velhos.

Em suma, reconhece-se aqui que há muito a se esperar ainda sobre o processo de crescimento econômico e seus efeitos nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores, e que estes muito devem ainda caminhar em sua organização para obter significativas melhorias.

envolve pagamento da taxa de licença para Prefeitura (esta vende os pontos em especial paraplégicos) referentes ao uso do solo comum, recolhimento de ISS e INPS.

⁷ TRAGTENBERG, M. (1980), *op.cit.*, p.192.

BIBLIOGRAFIA

- ADELMAN, J. e MORRIS, C.T. (1973), *Economic Growth and Social Equity in Developing*, Stanford University Press.
- ALMEIDA, A.L.O. (1979), Sub-contratação e “Emprego Disfarçado”na Industrialização Brasileira, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 9, nº 1, abr.
- BELLON, B. (1975), *Desemprego e Capital: As Regras do Jogo*, Edições Apartado, Porto, Portugal.
- BEVERLY, G. A. (1978), *Administração de Salários*, Ed. Ceplan, R.J.
- BIELCHOWSKY, R. (1978) in SUZIGAN, W. (1978), *Indústria, Política e Desenvolvimento*, IPEA, Monografia, nº 28, R.J.
- BIENEFELD, M. (1975), The Informal Sector and Peripheral Capitalism, The Case of Tanzânia in *IDS Bulletin*, vol. 6, nº 3, fev.
- BIENEFELD, M. e GODFREY, M. (1975), Measuring Unemployment and the Informal Sector. Some Conceptual and Statistical problem in *IDS Bulletin*, vol. 7, nº 3, Oct.
- BRAVERMAN, H. (1978), *Trabalho e Capital Monopolista*, Zahar, R. J.
- CACCIAMALI DE SOUZA, M.C.; (1978), Mercado de Trabalho: Abordagens Duais, in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 18, nº 1, jan/mar.
- CACCIAMALI DE SOUZA, M.C. e MEDINA, R. (1980), *Segmentação e Mercado de Trabalho*, IPE/FINEP, (mimeo).
- CACCIAMALI, M. C. (1980), Segmentação na Produção, Mercado Interno e Setor Informal, *Trabalho para Discussão Interna*, nº 16, IPE/FEA/USP (mimeo).
- CACCIAMALI, M. C. (1980), Algumas Considerações Metodológicas para Pesquisas de Emprego e Renda (Apreensão do Mercado de Trabalho em Espaços Urbanos), in *VIII Encontro Nacional de Economia*, BSB.
- CACCIAMALI, M. C. (1982), *Políticas de Emprego e Renda: Possibilidades para o Setor Informal*, FIPE/FINEP, (mimeo).

- CACCIAMALI, M.C. (1982), *Família, Trabalho, e Níveis de renda*, FIPE, (mimeo).
- CAIN, G.C. (1976), The Callege of Segmented Labor Market Theories of Orthodox Theory: A Survey in *Journal of Economic Literature*, vol. 4, nº 151.
- CALABI, A. (1978), *Reajustes Salariais, Preços Industriais, Inflação e Nível de Emprego*, FIPE/MTB.
- CAPIAN, A. (1979), Pour une Critique Materialiste du Concept de Productivé Marginal D'un Facteur, *Reviu Politique*, LXXXIX, nº 3, jul.
- CARDOSO, F. H. (1980), *As Idéias e seu Lugar*, Vozes, Petrópolis.
- CARDOSO, F. H. (1975), Notas Sobre Estado e Dependência, *Cadernos Cebrap*, nº 11, Ed. Brasiliense, S.P.
- CARDOSO, F. H. (1969), *Mudanças Sociais na América Latina*, DIFEL, S.P.
- CARNOY, M. (1973), *Can Educational Policy Equalize Income Distribution in Latin América?*, ILO (mimeo).
- CAVALCANTI, C. (1978), *A Viabilidade do Setor Informal: A Demanda de Pequenos Serviço na Grande Recife*, IJNPS, Recife.
- CAVALCANTI, C. e DUARTE R. (1980), *O Setor Informal em Salvador: Dimensões, Natureza e Significação*, SUDENE, FUNDAJ, MTB, Recife.
- CAVALCANTI, C. e DUARTE, R. (1980), *A procura de Espaço na Economia Urbana: O Setor Informal de Fortaleza*, SUDENE/FUNDAJ/MTB, Recife.
- CHAHAD, J. P. Z.; CACCIAMALI DE SOUZA, M.C. e LICURSI, M. E. (1979), *Desenvolvimento Metodológico de um Painel de Emprego e Renda*, FIPE/MTb, (mimeo).
- CHAHAD, J.P. (1980), *Determinantes Demográficos e Econômicos da Participação na Força de Trabalho no Brasil*, Relatório FIPE, Projeto ECIEL, S.P. (mimeo).
- CHENERY, H. et alli (1974), *Redistribution With Growth*, Harvard University Press.
- CUNHA, P. V. (1979), A Organização dos Mercados de Trabalho: Três Conceitos Alternativos, in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 19, nº 1, jan/mar.

- DELAMATE, Yves (1972), *Recherches em Vue d'une Organization Plus Humaine du Travail*, Ministere du Travail, in Gorz, A. (1980), op. cit.
- DOBB, M (1975), *Capitalismo, Ontem e Hoje*, 3ª Edição, Ed. Estampa, Lisboa.
- DOERINGER, P. e PIORE, M. (1971), *Internal Labour market and Manpower Analysis*, HEALTH Lexington Books, Lexington, Massachussets.
- DOWNIE, N. M. e WHEAT, R. W. (1974), *Basic Statistical Methods*, Harper International Edition, N.Y.
- EDWARD, R.C. (1972), Bureacritic Organization in the Capitalist Firm in EDWARD, R. C.; REICH, M. e WEISSKOPF, T. (1972), *The Capitalism Sistem*, Prentice Hall Inc., N.J.
- EKERMAN, R. (1975), *Parcela Salarial e Tamanho da Firma*, FIPE, USP, (mimeo).
- EMERIJ, L. (1974), A New Look at Some Strategies for Increasing Productive Employmente in África, in *International Labour Review*, vol. 110, nº 3, set.
- FERREIRA, R.M.F. (1980), *Meninos de Rua – Expectativas e Valores de Menores Marginalizados em São Paulo*, CEDEC/CJPSP.
- FUENZALIDA, L. A. (1975), *Criação Mais Veloz de Emprego e Renda Mediante Expansão e Modernização de Micro-empresa*, UFBA/Fundação Rockefeller, (mimeo).
- F.IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (1979), *Indicadores Sociais*, R.J.
- GERRY, C. (1978), Petty Production and capitalist production in Dakar: The Crisis of the Self-Employed in *World Development*, vol.6, nº 9/10, out.
- GORDON, D. (1977), *Problems in Political Economy: An Urban Perspective*, D. C. Heath Lexington.
- GORDON, D.; REICH, M. e EDWARDS, R. (1973), A Theory of Labour Market Segmentation in *American Economic Review*, maio.
- GORZ, A. (1980), *Crítica da Divisão do Trabalho*, Ed. Martins Fontes, S.P.
- HART, K. (1971), *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Gahana*, Apud., SERHURSMAN, S.V. (1976), op. cit.

- HUMPHREY, J. (1979), Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas Tendências no Movimento Trabalhista, *Estudos Cebrap*, nº 23, Ed. Brasiliense, S.P.
- KING, J. E. (1980), *Reading in Labour Economic*, Oxford University Press, London.
- KOVARICK, L. (1977), *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, 2ª Edição, Paz e Terra, R.J.
- _____, (1980), A Espoliação Urbana, Ed. Paz e Terra, Petrópolis.
- LABINI, P. S. (1968), *Oligopólio y Progreso Técnico*, ed. Oikos Tau, Barcelona.
- LEWIS, A.(1954), Economic Development With Unlimited Supplies of Labor in The *Manchester School of Economic and Social Studies*, maio.
- LIMA, R. (1975), O Capital Humano e a Teoria de Segmentação in *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 10, nº 1, abr.
- MACEDO, R. e CHAHAD, J.P. (1979), *Medical Care Security and Welfare in Brazil*, FIPE, (mimeo).
- MACEDO, R. (1980), Distribuição Funcional na Indústria de Transformação: Aspectos da Parcela Salarial, *Série Estudos para o Planejamento*, nº 13, IPEA/IPLAN, BSB.
- MACEDO, R. e GARCIA, M (1978), *Observações Sobre a Política de Salário Mínimo*, FIPE, S.P. (mimeo).
- MACHADO, L. A. (1971), *Mercados Metropolitanos Manual e Marginalidade*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, (mimeo).
- _____, (1979), *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*, SUDENE/IUPERJ, Recife.
- MARGLIN, S. (1980), Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas. Para que servem os patrões? In *Gorz, André*, op. cit.
- MAZUDMAR, D. (1976), The Urban Informal Sector in *World Development*, vol. 4, nº 8.
- MERRICK. T. W. (1976), Employment and Earnings in The Informal Sector in Brazil: The Case of Belo Horizonte in *The Journal of Developing Areas*, vol. 10, nº3, abr.
- MERRICK, T.W. e BRITO, F.A. (1974), Migração Absorção de Mão-de-Obra, Distribuição de Renda in *Estudos Econômicos/IPE*, vol.1,nº 4, jan/maio.

- MEZERRA, J. e KLEIN, E. (1978), Mercado Laborales y Medicion del Sector Informal, in *PREALC*, op.cit.
- MONTHLY REVIEW PRESS (1976), *Technology the Labor Process and The Working Class*, N.Y.
- MORLEY, S.; BARBOSA, M. e CACCIAMALI DE SOUZA, M.C. (1978), Evidência sobre o Mercado Interno de Trabalho em um Progresso de Crescimento Rápido, in *Revista de Estudos Econômicos*, IPE, vol. 4, nº 1, jan.
- MOSER, C. (1978), Informal Sector or Petty Commodity Production: Dualism or Dependence in Urban Development, in *World Development*, vol. 6, nº 9/10, out.
- MOURA, C; CLAUDIO e SOUZA, A. (1974), *Mão-de-Obra Industrial no Brasil: Mobilidade, Treinamento e Produtividade*, IPEA, Relatório de Pesquisa, nº 25, R.J.
- OIT, (1970), *Hacia el Pleno Empleo: Um Programa para Colômbia*, Genebra.
- _____, (1971), *Matching Employment Opportunities and Expectations: A Programm for Action for Sri Sanka*, Genebra.
- _____, (1972), *Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*, Genebra.
- _____, (1972a), *La Situación y perspectiva del Empleo en Costa Rica*, Genebra.
- _____, (1973), *Employment and Income Policies for Iran*, Genebra.
- _____, (1973a), *Employment Problems and Policies in the Philippines*, Genebra.
- OLIVEIRA, F. (1977), *A Economia da Dependência Imperfeita*, ed. Graal, R.J.
- _____, (1980), O Terciário e a Divisão Social do Trabalho, *Estudos Cebrap*, nº 24, Ed. Vozes, Petrópolis.
- _____, (1976), *O Banquete e o Sonho*, Ed. Brasiliense, S.P.
- OLIVEIRA, J.S. e SANTOS, R.P. (1975), O Biscateiro como uma Categoria de Trabalho: Uma Análise Antropológica in *Sistema de Informações para Políticas de Emprego*, IPEA, BSB.
- PERLMAN, J. (1979), *O Mito da Marginalidade*, Ed. Paz e Terra, Petrópolis.

- PIGNON, D. e QUERLOZA, J. (1980), Ditadura e Democracia na produção in GORZ, A. (1980), op. cit.
- PIORE, M. (1971), The Dual Labor Market: Theory and Implications in GORDON, D., Problems in Political Economy: An Urban Perspective, D.C. Heath Lexington.
- PRANDI, R. (1979), *O Trabalhador por Conta Própria*, Ed. Símbolo, S.P.
- PREALC, (1973), *Encuesta Experimental de Mano Obra en Asunción*, Santiago, Chile.
- _____, (1973a), *Encuesta sobre la Situación Ocupacional en Santo Domingos*, Santiago, Chile.
- _____, (1973b), *La Situación y Perspectiva del Empleo en Nicaragua*, Santiago, Chile.
- _____, (1974), *La Política de Empleo en America Latina in El Trimestre Economico*, vol. 41, nº 164, out/dez.
- _____, (1974a), *Elementos para el Diseño y la Implementación de una Política de Empleo en México*, Santiago, Chile.
- _____, (1974b), *Encuesta Demografía y de Mano de Obra en el Area Metropolitana de San Salvador*, Santiago, Chile.
- _____, (1974c), *Situación y Perspectiva del Empleo en Panamá*, Santiago, Chile.
- _____, (1978), *Setor Informal: Funcionamento y Políticas*, Santiago, Chile.
- RACZYNSKI, D. (1977), *El Sector Informal Urbano: Interrogantes y Controversias*, OIT/PREALC, Prentice-Hall International, N.Y.
- SALM, C. (1980), *Escola e Trabalho*, Ed. Brasiliense.
- SCHIMITZ, H. (1979), *Emprego Fabril e Domiciliar no Ramo de Redes de Fortaleza*, PNUD/IPEA/CNRH, Relatório Técnico, BSB, fev, (versão preliminar).
- SETHURAMAN, S.V. (1976), El Sector Urbano no Formal: Definición Medición y Políticas, *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 94, nº 1, jul/ago.
- SENAI (s/data), *Diário de Ocupações*, S.P., (mimeo).
- SIEGEL, S. (1981), *Estatística não Paramétrica para Ciências Sociais*, Ed. McGraw Hill, N.Y.

- SINGER, P. (1978), *Economia Política do Emprego*, Hucitec, S.P.
- SOUZA, P. R. (1979), Salário e Mão-de-Obra Excedente in Valor Força de Trabalho e Acumulação Capitalista, *Estudos Cebrap*, nº 25, Ed. Brasiliense, S.P.
- _____, (1980), *A Determinação de Taxa de Salários em Economias Atrasadas*, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, (mimeo).
- _____, (1980), *Emprego, Salário e Pobreza*, Ed. Hucitec, S.P.
- SOUZA, P. R. e TOKMAN, V.E. (1978), El Sector Informal Urbano in *PREALC*, op. cit.
- SUZIGAN, W. (1978), *Indústria, Política e Desenvolvimento*, IPEA, Monografia, nº 28, R.J.
- TERKEL, S. (1972), *Working*, Avon Books, N.Y.
- TODARO, M. (1969), A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Country in *American Economic Review*, out.
- TOKMAN, V.E. (1978), An Exploration into the Nature of Informal-Formal Sector Relationships in *World Development*, vº. 6, nº 9/10, out.
- _____, (1978a), pobreza Urbana y Empleo en America Latina: Lineas de Accion in *PREALC*, (1978), op. Cit.
- TOKMAN, V.E. e SOUZA, P.R. (1976), El Sector Informal Urbano en America Latina in *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 94, nº3, nov/dez.
- _____, (1978), Distribución del Ingreso, Pobreza, Empleo en Areas Urbanas in *El Trimestre Economico*, jan/abr.
- TRAGTENBERG, M. (1980), *Administração, Poder e Ideologia*, Ed. Moraes, S.P.
- VIETORISZ e HARRISON, B. (1973), Labor Market Segmentation: Positive and Negative Feedback and Divergent Development in *American Economic Review*, maio.
- WEEKS, J. (1975), Policies for Expanding Employment in the Informal Urban Sector of Developing Economics, *International Labor Review*, vol. 91, nº 1, jan.
- ZAGHEN, P. (1979), *Formação e Distribuição de Salários na Indústria Paulistana*, FIPE, S.P.
- ZIEMPCCK, B.G. (1978), *Administração de Salários*, Ceplan, R.J.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA A.1
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO, POR SEXO DOS INDIVÍDUOS EFETIVAMENTE N
TRABALHANDO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)

CATEGORIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Operários						
- Em Grandes Firms	36	4,40	12	2,48	48	3,69
- Em Pequenas e Médias Firms	89	10,88	52	10,77	141	10,84
Total	125	15,28	64	13,25	189	14,53
2. Controladores na Produção de Bens						
- Em Grandes Firms	11	1,34	3	0,62	14	1,08
- Em Pequenas e Médias Firms	6	0,73	-	-	6	0,46
Total	17	2,07	3	0,62	20	1,54
3. Operários na Indústria de Construção Civil						
- Em Grandes Firms	4	0,49	-	-	4	0,31
- Em Pequenas e Médias Firms	18	2,20	-	-	18	1,38
Total	22	2,69	-	-	22	1,69
4. Controladores na Produção na Indústria de Construção Civil						
- Em Grandes Firms	-	-	-	-	-	-
- Em Pequenas e Médias Firms	2	0,24	-	-	2	0,15
Total	2	0,24	-	-	2	0,15
5. Assalariados em Atividades de Escritório						
- Em Grandes Firms	57	6,96	50	10,35	107	8,22
- Em Pequenas e Médias Firms	52	6,36	34	7,04	86	6,61
Total	109	13,32	84	17,39	193	14,83

Continua...

TABELA A.1
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO, POR SEXO DOS indivíduos EFETIVAMENTE
TRABALHANDO NO município DE SÃO PAULO
(1980)

CATEGORIAS	Continuação ...					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
6. Controladores em Atividades de Escritório						
- Em Grandes Firms	18	2,20	5	1,03	23	1,77
- Em Pequenas e Médias Firms	7	0,85	4	0,83	11	0,84
Total	25	3,05	9	1,86	34	2,61
7. Assalariados em Atividades de Serviços						
- Em Grandes Firms	80	9,78	35	7,25	115	8,84
- Em Pequenas e Médias Firms	74	9,05	46	9,52	120	9,22
Total	154	18,83	81	16,77	235	18,06
8. Controladores em Atividades de Serviços de Apoio						
- Em Grandes Firms	7	0,85	2	0,41	9	0,69
- Em Pequenas e Médias Firms	17	2,07	5	1,03	22	1,69
Total						
9. Assalariados na Administração Pública	9	1,10	2	0,41	11	0,85
- Com Posto de Chefia	16	1,96	22	4,55	38	2,92
- Sem Posto de Chefia	25	3,06	24	4,96	49	3,77
Total						
10. Organizadores de Produção	23	2,82	4	0,83	27	2,07
- Em Grandes Firms	1	0,12	-	-	1	0,07
- Em Pequenas e Médias Firms	24	2,93	4	0,83	28	2,14
Total	10	1,22	3	0,62	13	1,00

Continua...

TABELA A.1
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO, POR SEXO DOS indivíduos EFETIVAMENTE
TRABALHANDO NO município DE SÃO PAULO
(1980)

CATEGORIAS	Continuação					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
11. Proprietários						
- Grande Proprietário	2	0,24	-	-	2	0,15
- Médio Proprietário	25	3,06	3	0,62	28	2,15
- Pequeno Proprietário	20	2,44	2	0,41	22	1,69
Total	47	5,74	5	1,03	52	3,99
12. Conta Própria						
- Com Estabelecimento	69	8,44	15	3,11	84	6,46
- Com Ponto Fixo	20	2,44	39	8,07	59	4,53
- Sem Ponto Fixo	64	7,82	8	1,66	72	5,53
Total	153	18,70	62	12,84	215	16,52
13. Serviço Doméstico						
- Fixo	1	0,12	46	9,53	47	3,61
- Diário	-	-	18	3,73	18	1,38
Total	1	0,12	64	13,26	65	4,99
14. Assalariados Informais						
15. Outros						
- Trabalhador Familiar	16	1,96	18	3,73	34	2,61
- Religiosos, Militares	11	1,34	1	0,21	12	0,92
- Assalariados em Organizações e Associações	7	0,86	13	2,69	20	1,54
- Assalariados não classificados por tamanho						
- Na Transformação Direta (Operário)	10	1,22	13	2,69	23	1,77
- Fora da Transformação Direta	15	1,83	10	2,07	25	1,92
- Não Classificados	5	0,61	1	0,21	6	0,46
NS/NR	2	0,24	-	-	2	0,15
TOTAL	818	100,00	483	100,00	1.301	100,00

1. Os trabalhadores que compõem a categoria "Assalariados Disfarçados" foram agrupados em "Assalariados" na categoria correspondente.
2. Os "Assalariados Estatais" que participam dos ramos de Saúde e Educação e em Empresas Estatais foram agrupados em "Assalariados" nas subcategorias correspondentes
3. O grupo "Outro" resume-se na Tabela 6.1.3. e seguintes a "Trabalhadores Familiares", "Religiosos", "Militares", "Não Classificados" e "Não Sabe/Não Respondeu".
Os demais trabalhadores foram agrupados às formas correspondentes em "Assalariados".

TABELA A.2
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO SEGUNDO O SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)

CATEGORIAS	HOMENS MULHERES TOTAL			% DE MULHERES
	Nº	Nº	Nº	
Operários	157	77	234	32,9
Assalariados Fora da Transformação Direta	301	210	511	41,1
Escritório	109	84	193	43,5
Serviços	154	81	235	34,5
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	458	287	745	38,5
Controlador na Transformação Direta	19	3	22	13,6
Controlador fora da Transf. Direta	51	16	67	23,8
TOTAL DE ASSALARIADOS	528	306	834	36,7
Conta Própria com Estabelecimento	69	15	84	17,9
Conta Própria com Ponto Fixo	20	39	59	66,6
Conta Própria sem Ponto Fixo	64	8	72	11,1
TOTAL CONTA PRÓPRIA	153	62	215	28,9
Assalariado Informal	31	22	53	41,5
Serviço Doméstico	1	64	65	98,5
TOTAL DE TRABALHADORES	713	454	1.167	38,9
Organizadores de Produção e Proprietários	71	9	80	11,3
Outros	34	20	54	37,0
TOTAL	818	483	1.301	37,1

TABELA A.3
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	FAIXA ETÁRIA														TOTAL N°		
	10-14		15-19		20-24		25-50		51-60		61-64		65 e +			NS/NR	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%			
Operários	2	0,85	47	20,09	51	21,80	113	48,29	17	7,27	2	0,85	2	0,85	-	-	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	6	1,17	70	13,70	119	23,29	265	51,86	33	6,46	9	1,76	7	1,37	2	0,39	511
Escritório	2	1,04	41	21,34	57	29,53	84	43,52	6	3,11	2	1,04	1	0,52	-	-	193
Serviços	3	1,28	26	11,06	50	21,28	130	55,32	21	8,94	3	1,28	1	0,42	1	0,42	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	8	1,07	117	15,70	170	22,81	378	50,73	50	6,71	11	1,47	9	1,20	2	0,26	745
Controlador na Transformação Direta	-	-	1	4,54	2	9,09	14	63,65	2	9,09	2	9,09	1	4,54	-	-	22
Controlador fora da Transf. Direta	-	-	-	-	8	11,94	45	67,17	11	16,42	1	1,49	1	1,49	1	1,49	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	9	1,08	118	14,15	180	21,58	437	52,40	63	7,55	14	1,68	11	1,32	2	0,24	834
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	8	9,53	47	55,95	26	30,95	3	3,57	-	-	-	-	84
Conta Própria com Ponto Fixo	1	1,70	3	5,08	2	3,39	38	64,41	12	20,34	3	5,08	-	-	-	-	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	-	-	1	1,39	4	5,55	51	70,84	10	13,89	2	2,78	4	5,55	-	-	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	1	0,46	4	1,86	14	6,51	136	63,25	48	22,32	8	3,72	4	1,86	-	-	215
Assalariado Informal	4	7,55	22	41,51	3	5,66	18	33,96	3	5,66	2	3,77	1	1,89	-	-	53
Serviço Doméstico	-	-	13	20,00	10	15,38	33	50,77	5	7,69	2	3,08	2	3,08	-	-	65
TOTAL DE TRABALHADORES	14	1,20	157	13,45	207	17,74	624	53,47	119	10,20	26	2,23	18	1,54	2	0,17	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	1	1,25	60	75,00	11	13,75	3	3,75	5	6,25	-	-	80
Outros	2	3,70	9	16,67	9	16,67	27	50,00	5	9,26	2	3,70	-	-	-	-	54
TOTAL	16	1,23	166	12,76	217	16,68	711	54,65	135	10,38	31	2,38	23	1,77	2	0,15	1.301

TABELA A.3
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	FAIXA ETÁRIA																TOTAL N°
	10-14		15-19		20-24		25-50		51-60		61-64		65 e +		NS/NR		
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	
Operários	1	0,64	23	14,65	31	19,75	84	53,50	14	8,92	2	1,27	2	1,27	-	-	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	6	1,99	47	15,62	63	20,93	153	50,83	20	6,65	6	1,99	5	1,66	1	0,33	301
Escritório	2	1,84	29	26,60	25	22,93	46	42,20	5	4,59	1	0,92	1	0,92	-	-	109
Serviços	3	1,95	16	10,39	34	22,08	86	55,84	13	8,44	1	0,65	1	0,65	-	-	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	7	1,52	70	15,28	94	20,52	237	51,74	34	7,42	8	1,74	7	1,52	1	0,20	458
Controlador na Transformação Direta	-	-	1	5,26	1	5,26	12	63,16	2	10,53	2	10,53	1	5,26	-	-	19
Controlador fora da Transf. Direta	-	-	-	-	5	9,80	35	68,63	10	19,61	-	-	1	1,96	-	-	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	7	1,33	71	13,45	100	18,94	284	53,79	46	8,71	10	1,89	9	1,70	1	0,19	528
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	8	11,59	34	49,28	25	36,23	2	2,90	-	-	-	-	69
Conta Própria com Ponto Fixo	1	5,00	-	-	2	10,00	11	55,00	4	20,00	2	10,00	-	-	-	-	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	-	-	1	1,56	3	4,69	44	68,75	10	15,63	2	3,12	4	6,25	-	-	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	1	0,65	1	0,65	13	8,50	89	58,17	39	25,49	6	3,92	4	2,62	-	-	153
Assalariado Informal	3	9,68	13	41,94	1	3,22	10	32,26	2	6,46	1	3,22	1	3,22	-	-	31
Serviço Doméstico	-	-	-	-	-	-	1	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	11	1,54	85	11,92	114	15,99	384	53,86	87	12,20	17	2,39	14	1,96	1	0,14	713
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	1	1,41	53	74,65	9	12,68	3	4,22	5	7,04	-	-	71
Outros	2	5,88	6	17,65	6	17,65	16	47,06	3	8,82	1	2,94	-	-	-	-	34
TOTAL	13	1,59	91	11,12	121	14,79	453	55,38	99	12,10	21	2,58	19	2,32	1	0,12	818

TABELA A.3
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	FAIXA ETÁRIA																TOTAL N°
	10-14		15-19		20-24		25-50		51-60		61-64		65 e +		NS/NR		
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	
Operários	1	1,30	24	31,17	20	25,97	29	37,66	3	3,90	-	-	-	-	-	-	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	-	-	23	10,95	56	26,67	112	53,33	13	6,19	3	1,43	2	0,95	1	0,48	210
Escritório	-	-	12	14,29	32	38,09	38	45,24	1	1,19	1	1,19	-	-	-	-	84
Serviços	-	-	10	12,35	16	19,75	44	54,32	8	9,88	2	2,47	-	-	1	1,23	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	1	0,34	47	16,37	76	26,48	141	49,12	16	5,57	3	1,04	2	0,69	1	0,34	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	1	33,30	2	66,70	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transf. Direta	-	-	-	-	3	18,75	10	62,50	1	6,25	1	6,25	-	-	1	6,25	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	1	0,33	47	15,36	80	26,14	153	50,00	17	5,56	4	1,31	2	0,65	2	0,65	306
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	-	-	13	86,66	1	6,67	1	6,67	-	-	-	-	15
Conta Própria com Ponto Fixo	-	-	2	5,13	-	-	28	71,79	8	20,51	1	2,56	-	-	-	-	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	-	-	-	-	1	12,50	7	87,50	-	-	-	-	-	-	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	-	-	2	3,23	1	1,61	48	77,42	9	14,51	2	3,23	-	-	-	-	62
Assalariado Informal	1	4,54	9	40,92	2	9,09	8	36,37	1	4,54	1	4,54	-	-	-	-	22
Serviço Doméstico	-	-	13	20,31	10	15,62	32	50,00	5	7,81	2	3,13	2	3,13	-	-	64
TOTAL DE TRABALHADORES	2	0,44	71	15,64	93	20,48	241	53,09	32	7,05	9	1,98	4	0,88	2	0,44	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	7	77,78	2	22,22	-	-	-	-	-	-	9
Outros	-	-	3	15,00	3	15,00	11	55,00	2	10,00	1	5,00	-	-	-	-	20
TOTAL	2	0,41	74	15,32	96	19,88	259	53,63	36	7,45	10	2,07	4	0,83	2	0,41	483

TABELA A.4
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO PARA IDADE E POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	IDADE				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	ASSIMETRIA
Operários	30,051	26,500	20,000	12,215	0,940
Assalariados Fora da Transformação Direta	31,405	27,667	24,000	12,751	0,923
Escritório	27,373	24,208	17,000	10,815	1,402
Serviços	32,423	28,833	26,000	12,604	0,692
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	30,978	27,333	20,000	12,592	0,929
Controlador na Transformação Direta	39,909	39,000	47,000	13,966	0,351
Controlador fora da Transf. Direta	39,909	39,000	47,000	13,967	0,351
TOTAL DE ASSALARIADOS	31,733	28,380	20,000	12,735	0,838
Conta Própria com Estabelecimento	41,560	41,000	27,000	12,292	-0,051
Conta Própria com Ponto Fixo	41,356	41,667	32,000	12,691	-0,205
Conta Própria sem Ponto Fixo	42,000	41,700	32,000	12,526	0,065
TOTAL CONTA PRÓPRIA	41,651	41,545	32,000	12,526	0,065
Assalariado Informal	28,830	19,750	18,000	16,084	1,133
Serviço Doméstico	33,615	30,000	18,000	14,587	0,674
TOTAL DE TRABALHADORES	33,536	30,609	20,000	13,542	0,635
Organizadores de Produção e Proprietários	43,963	42,500	42,000	11,577	0,725
Outros	34,389	32,500	18,000	14,578	0,252
TOTAL	34,214	31,744	18,000	13,695	0,575

TABELA A.4
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO PARA IDADE E POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	IDADE				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	ASSIMETRIA
Operários	32,096	29,875	20,000	12,629	0,766
Assalariados Fora da Transformação Direta	31,763	28,071	21,000	13,393	0,818
Escritório	28,358	24,000	17,000	12,408	1,101
Serviços	31,942	28,000	26,000	12,468	0,752
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	31,877	28,625	20,000	13,123	0,799
Controlador na Transformação Direta	41,842	41,000	47,000	13,949	0,135
Controlador fora da Transformação Direta	39,255	39,000	28,000	10,961	0,114
TOTAL DE ASSALARIADOS	32,951	30,031	20,000	13,232	0,669
Conta Própria com Estabelecimento	42,696	44,750	53,000	12,528	-0,310
Conta Própria com Ponto Fixo	42,300	42,500	42,000	13,974	-0,411
Conta Própria sem Ponto Fixo	42,922	42,300	42,000	13,190	0,258
TOTAL CONTA PRÓPRIA	42,739	42,667	42,000	12,914	-0,073
Assalariado Informal	28,161	19,000	18,000	16,926	1,389
Serviço Doméstico	49,000	49,000	49,000		
TOTAL DE TRABALHADORES	34,868	32,289	20,000	13,984	0,484
Organizadores de Produção e Proprietários	44,535	43,000	46,000	11,814	0,696
Outros	32,765	30,500	18,000	14,575	0,412
TOTAL	35,621	33,933	22,000	14,096	0,435

TABELA A.4
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO PARA IDADE E POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	IDADE				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	ASSIMETRIA
Operários	25,883	22,600	18,000	10,192	1,384
Assalariados Fora da Transformação Direta	30,890	27,286	24,000	11,779	1,101
Escritório	26,095	24,278	24,000	8,205	1,934
Serviços	33,350	32,500	18,000	12,890	0,593
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	29,542	25,962	20,000	11,572	1,154
Controlador na Transformação Direta	27,667	27,000	22,000	6,028	0,492
Controlador fora da Transformação Direta	31,563	28,500	28,000	12,204	1,442
TOTAL DE ASSALARIADOS	29,630	26,179	20,000	11,549	1,167
Conta Própria com Estabelecimento	36,333	34,000	34,000	9,890	1,683
Conta Própria com Ponto Fixo	40,872	40,333	25,000	12,144	-0,104
Conta Própria sem Ponto Fixo	34,625	34,500	32,000	5,706	-0,540
TOTAL CONTA PRÓPRIA	38,968	31,000	32,000	11,160	0,367
Assalariado Informal	29,773	20,500	18,000	15,156	0,759
Serviço Doméstico	33,375	29,500	18,000	14,572	0,719
TOTAL DE TRABALHADORES	31,444	28,107	18,000	12,547	0,887
Organizadores de Produção e Proprietários	39,444	37,250	37,000	8,748	0,221
Outros	37,150	38,500	33,000	14,529	0,016
TOTAL	31,830	28,700	18,000	12,647	0,818

TABELA A.5
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
	PRECÁRIA		NORMAL		ACIMA DO NORMAL		SUPERIOR E ACIMA		NS/NR		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Operários	88	37,61	127	54,27	16	6,84	2	0,85	1	0,43	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	68	13,31	194	37,96	139	27,20	107	20,94	3	0,59	511
Escritório	4	2,07	60	31,09	82	42,49	47	24,35	-	-	193
Serviços	53	22,55	104	44,26	35	14,89	42	17,87	1	0,43	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	156	20,93	321	43,08	155	20,80	109	14,63	4	0,53	745
Controlador na Transformação Direta	1	1,49	16	23,88	17	25,38	33	49,25	-	-	22
Controlador fora da Transformação Direta	1	1,49	16	23,88	17	25,38	33	49,25	-	-	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	159	19,06	349	41,85	177	21,22	145	17,39	4	0,48	834
Conta Própria com Estabelecimento	10	11,91	39	46,43	11	13,09	24	28,57	-	-	84
Conta Própria com Ponto Fixo	18	30,51	32	54,24	7	11,86	2	3,39	-	-	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	2	36,11	34	47,22	8	11,11	4	5,56	-	-	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	54	25,12	105	48,84	26	12,09	30	13,95	-	-	215
Assalariado Informal	12	22,64	36	67,92	4	7,55	1	1,89	-	-	53
Serviço Doméstico	29	44,61	35	53,85	-	-	-	-	1	1,54	65
TOTAL DE TRABALHADORES	254	21,76	525	44,99	207	17,74	176	15,08	5	0,43	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	2	2,50	23	28,75	12	15,00	43	53,75	-	-	80
Outros	8	14,81	25	46,30	13	24,07	4	7,41	4	7,41	54
TOTAL	264	20,29	573	44,05	232	17,83	223	17,14	9	0,69	1.301

TABELA A.5
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE										TOTAL N
	PRECÁRIA		NORMAL		ACIMA DO NORMAL		SUPERIOR E ACIMA		NS/NR		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Operários	64	40,77	77	49,04	13	8,28	2	1,27	1	0,64	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	45	14,95	129	42,86	73	24,25	53	17,61	1	0,33	301
Escritório	1	0,92	38	34,86	46	42,20	24	22,02	-	-	109
Serviços	36	23,37	77	50,00	21	13,64	20	12,99	-	-	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	109	23,79	206	44,97	86	18,77	55	12,00	2	0,43	458
Controlador na Transformação Direta	2	10,53	9	47,37	5	26,31	3	15,79	-	-	19
Controlador fora da Transformação Direta	1	1,96	14	27,45	10	19,61	26	50,98	-	-	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	112	21,21	229	43,37	101	19,13	84	15,91	2	0,38	528
Conta Própria com Estabelecimento	8	11,60	31	44,93	10	14,49	20	28,98	-	-	69
Conta Própria com Ponto Fixo	6	30,00	10	50,00	2	10,00	2	10,00	-	-	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	24	37,50	32	50,00	6	9,37	2	3,13	-	-	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	38	24,84	73	47,71	18	11,76	24	15,69	-	-	153
Assalariado Informal	9	29,03	21	67,74	-	-	1	3,23	-	-	31
Serviço Doméstico	-	-	1	100,00	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	159	22,30	324	45,44	119	16,69	109	15,29	2	0,28	713
Organizadores de Produção e Proprietários	2	2,82	22	30,99	10	14,08	37	52,11	-	-	71
Outros	4	11,77	16	47,06	8	23,53	3	8,82	3	8,82	34
TOTAL	165	20,17	362	44,25	137	16,75	149	18,22	5	0,61	818

TABELA A.5
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE										
	PRECÁRIA		NORMAL		ACIMA DO NORMAL		SUPERIOR E ACIMA		NS/NR		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Operários	24	31,17	50	64,93	3	3,90	-	-	-	-	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	23	101,95	65	30,95	66	31,43	54	25,72	2	0,95	210
Escritório	3	3,57	22	26,19	36	42,86	23	27,38	-	-	84
Serviços	17	20,99	27	33,33	14	17,28	22	27,16	1	1,24	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	47	16,37	115	40,06	69	24,04	54	18,81	2	0,69	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	3	100,00	-	-	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	2	12,50	7	43,75	7	43,75	-	-	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	47	15,36	120	39,22	76	24,84	61	19,93	2	0,65	306
Conta Própria com Estabelecimento	2	13,33	8	53,33	1	6,67	4	26,67	-	-	15
Conta Própria com Ponto Fixo	12	30,77	22	56,41	5	12,82	-	-	-	-	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	2	25,00	2	25,00	2	25,00	2	25,00	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	16	25,81	32	51,61	8	12,90	6	9,68	-	-	62
Assalariado Informal	3	13,64	15	68,18	4	18,18	-	-	-	-	22
Serviço Doméstico	29	45,31	34	53,13	-	-	-	-	1	1,56	64
TOTAL DE TRABALHADORES	95	20,93	201	44,27	88	19,38	67	14,76	3	0,66	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	1	11,11	2	22,22	6	66,67	-	-	9
Outros	4	20,00	9	45,00	5	25,00	1	5,00	1	5,00	20
TOTAL	99	20,50	211	43,68	95	19,67	74	15,32	4	0,83	483

TABELA A.5
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE										TOTAL
	PRECÁRIA		NORMAL		ACIMA DO NORMAL		SUPERIOR E ACIMA		NS/NR		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Operários	24	31,17	50	64,93	3	3,90	-	-	-	-	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	23	101,95	65	30,95	66	31,43	54	25,72	2	0,95	210
Escritório	3	3,57	22	26,19	36	42,86	23	27,38	-	-	84
Serviços	17	20,99	27	33,33	14	17,28	22	27,16	1	1,24	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	47	16,37	115	40,06	69	24,04	54	18,81	2	0,69	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	3	100,00	-	-	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	2	12,50	7	43,75	7	43,75	-	-	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	47	15,36	120	39,22	76	24,84	61	19,93	2	0,65	306
Conta Própria com Estabelecimento	2	13,33	8	53,33	1	6,67	4	26,67	-	-	15
Conta Própria com Ponto Fixo	12	30,77	22	56,41	5	12,82	-	-	-	-	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	2	25,00	2	25,00	2	25,00	2	25,00	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	16	25,81	32	51,61	8	12,90	6	9,68	-	-	62
Assalariado Informal	3	13,64	15	68,18	4	18,18	-	-	-	-	22
Serviço Doméstico	29	45,31	34	53,13	-	-	-	-	1	1,56	64
TOTAL DE TRABALHADORES	95	20,93	201	44,27	88	19,38	67	14,76	3	0,66	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	1	11,11	2	22,22	6	66,67	-	-	9
Outros	4	20,00	9	45,00	5	25,00	1	5,00	1	5,00	20
TOTAL	99	20,50	211	43,68	95	19,67	74	15,32	4	0,83	483

TABELA A.6
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR GRAU DE QUALIFICAÇÃO E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	GRAU DE QUALIFICAÇÃO												TOTAL
	BRAÇAL		SEMI QUALIFICADO		QUALIFICADO		TÉCNICO		SUPERIOR		NS/NR		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	61	26,07	110	47,01	53	22,65	2	0,85	-	-	8	3,42	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	55	10,76	230	45,01	129	25,25	45	8,81	36	7,04	163	13	511
Escritório	-	-	99	51,29	67	34,72	5	2,59	16	8,29	6	3,11	193
Serviços	45	19,15	91	38,72	48	20,43	30	12,77	19	8,08	2	0,85	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	116	15,57	340	45,63	182	24,42	47	6,30	36	4,83	243	22	745
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22*
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67*
TOTAL DE ASSALARIADOS	116	13,91	340	40,77	182	21,82	47	5,64	36	4,32	242	2,88	834
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84*
Conta Própria com Ponto Fixo	3	5,08	34	57,63	18	30,51	3	5,08	-	-	1	1,70	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	7	9,73	25	34,72	32	44,45	4	5,55	4	5,55	-	-	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	10	4,65	59	27,44	50	23,26	7	3,25	4	1,90	1	0,50	215
Assalariado Informal	12	22,64	24	45,29	14	26,41	-	-	-	-	3	5,66	53
Serviço Doméstico	57	87,69	7	10,77	-	-	-	-	-	-	1	1,54	65
TOTAL DE TRABALHADORES	195	16,71	430	36,85	246	21,08	54	4,63	57	4,88	968	23	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80*
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54*
TOTAL	195	14,99	430	33,05	246	18,91	54	4,15	57	4,38	967	3,38	1.301

TABELA A.6
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR GRAU DE QUALIFICAÇÃO E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	GRAU DE QUALIFICAÇÃO												TOTAL
	BRAÇAL		SEMI QUALIFICADO		QUALIFICADO		TÉCNICO		SUPERIOR		NS/NR		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	40	25,48	62	39,49	48	30,58	2	1,27	-	-	5	3,18	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	32	10,63	131	43,52	86	28,57	18	5,98	26	8,64	8	2,66	301
Escritório	-	-	54	49,54	35	32,11	4	3,67	10	9,17	6	5,51	109
Serviços	26	16,89	62	40,26	43	27,92	11	7,14	11	7,14	1	0,65	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	72	15,72	193	42,13	134	29,25	20	4,36	26	5,67	13	2,83	458
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19*
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51*
TOTAL DE ASSALARIADOS	72	13,64	193	36,55	134	25,34	20	3,79	26	4,92	13	2,46	528
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69*
Conta Própria com Ponto Fixo	3	15,00	9	45,00	8	40,00	-	-	-	-	-	-	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	7	10,94	24	37,50	31	48,44	1	1,56	1	1,56	-	-	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	10	6,54	33	21,57	39	25,49	1	0,66	1	0,10	-	-	153
Assalariado Informal	9	29,03	13	41,94	6	19,35	-	-	-	-	3	9,68	31
Serviço Doméstico	-	-	1	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	91	12,76	240	33,66	179	25,10	21	2,95	43	6,03	69	9,68	713
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71*
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34*
TOTAL	91	11,12	240	29,34	179	21,88	21	2,57	43	5,26	59	8,43	818

TABELA A.6
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR GRAU DE QUALIFICAÇÃO E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	GRAU DE QUALIFICAÇÃO												TOTAL
	BRAÇAL		SEMI QUALIFICADO		QUALIFICADO		TÉCNICO		SUPERIOR		NS/NR		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	21	27,27	48	62,34	5	6,49	-	-	-	-	3	3,90	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	23	10,95	99	47,14	43	20,48	27	12,86	10	4,76	8	3,81	210
Escritório	-	-	45	53,57	32	38,09	1	1,19	6	7,14	-	-	84
Serviços	19	23,46	29	35,80	5	6,17	19	23,46	8	9,88	1	1,23	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	44	15,33	147	51,21	48	16,72	27	9,40	10	3,48	11	3,83	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3*
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16*
TOTAL DE ASSALARIADOS	44	14,38	147	48,04	48	15,69	27	8,82	10	3,27	11	3,59	306
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15*
Conta Própria com Ponto Fixo	-	-	25	64,10	10	25,64	3	7,69	-	-	1	2,57	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	-	-	1	12,50	1	12,50	3	37,50	3	37,50	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	-	-	26	41,94	11	17,74	6	9,68	3	4,80	1	1,60	62
Assalariado Informal	3	13,64	11	50,00	8	36,36	-	-	-	-	-	-	22
Serviço Doméstico	57	89,06	6	9,38	-	-	-	-	-	-	1	1,56	64
TOTAL DE TRABALHADORES	104	22,91	190	41,85	67	14,76	33	7,27	14	3,08	27	5,95	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9*
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20*
TOTAL	104	21,53	190	39,34	67	13,87	33	6,83	14	2,90	27	5,59	483

TABELA A.7
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NO POSTO DE TRABALHO OU ATIVIDADE, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA (anos)																TOTAL
	NS/NR		0 - 0,5		0,5 - 1		1 - 2		2 - 5		5 - 10		10 ...		OUTROS		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	48	20,50	44	18,80	16	6,90	34	14,50	48	20,50	26	11,10	18	7,70	-	-	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	106	20,80	69	13,50	48	9,30	71	13,90	100	19,60	65	12,70	52	10,20	-	-	511
Escritório	40	20,70	27	14,00	20	10,40	27	14,00	38	19,60	25	13,00	16	8,30	-	-	193
Serviços	39	16,59	40	17,02	25	10,63	32	13,61	47	20,00	38	16,17	14	5,95	-	-	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	154	20,67	113	15,16	64	8,59	105	14,09	148	19,86	91	12,21	70	9,39	-	-	745
Controlador na Transformação Direta	3	13,60	1	4,60	-	-	5	22,70	4	18,20	4	18,20	5	22,70	-	-	22
Controlador fora da Transformação Direta	18	26,90	6	9,00	-	-	4	6,00	10	14,80	11	16,40	18	26,90	-	-	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	175	21,00	120	14,00	64	7,70	114	13,70	162	19,30	106	12,70	93	11,20	-	-	834
Conta Própria com Estabelecimento	18	21,40	2	2,40	4	4,80	12	14,30	18	21,40	17	20,20	13	15,50	-	-	84
Conta Própria com Ponto Fixo	10	16,90	5	8,50	2	3,40	3	5,10	16	27,10	7	11,10	16	27,10	-	-	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	13	18,00	8	11,10	4	5,60	4	5,60	12	16,70	9	12,50	22	30,50	-	-	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	41	19,10	15	7,00	10	4,70	19	8,80	46	21,40	33	15,30	51	23,70	-	-	215
Assalariado Informal	13	24,50	14	26,40	7	13,20	3	5,70	8	15,10	2	3,80	6	11,30	-	-	53
Serviço Doméstico	14	21,50	14	21,50	8	12,30	12	18,60	8	12,30	3	4,60	6	9,70	-	-	65
TOTAL DE TRABALHADORES	243	20,80	163	14,00	89	7,60	148	12,70	224	19,20	144	12,30	156	13,40	-	-	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	20	25,00	-	-	2	2,50	5	6,30	14	17,50	12	15,00	27	33,70	-	-	80
Outros	2	3,70	6	11,10	4	7,40	7	13,00	12	22,20	9	16,70	14	25,90	-	-	54
TOTAL	265	20,40	169	13,00	95	7,30	160	12,30	250	19,20	165	12,70	197	15,10	-	-	1.301

TABELA A .7
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NO POSTO DE TRABALHO OU ATIVIDADE, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA (anos)																
	NS/NR		0 - 0,5		0,5 - 1		1 - 2		2 - 5		5 - 10		10 ...		OUTROS		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Operários	36	23,00	31	19,80	9	5,70	23	14,60	24	15,30	17	10,80	17	10,80	-	-	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	67	22,20	44	14,60	31	10,30	42	14,00	55	18,30	36	12,00	26	8,60	-	-	301
Escritório	24	22,00	16	14,70	13	11,90	15	13,80	20	18,40	13	11,90	8	7,30	-	-	109
Serviços	36	23,40	26	16,90	17	11,00	20	13,00	27	17,50	18	11,70	10	6,50	-	-	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	103	22,48	75	16,37	40	8,73	65	14,59	79	17,24	53	11,57	43	9,38	-	-	458
Controlador na Transformação Direta	3	15,80	1	5,30	-	-	4	21,10	4	21,10	2	10,50	5	26,20	-	-	19
Controlador fora da Transformação Direta	14	27,50	3	5,90	-	-	3	5,90	9	17,50	8	15,70	14	27,50	-	-	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	120	22,70	79	15,00	40	7,60	72	13,60	92	17,40	63	11,90	62	11,80	-	-	528
Conta Própria com Estabelecimento	16	23,20	1	1,40	3	4,30	10	14,50	12	17,40	16	23,20	11	15,90	-	-	69
Conta Própria com Ponto Fixo	5	25,00	2	10,00	1	5,00	1	5,00	3	15,00	5	25,00	3	15,00	-	-	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	12	18,80	7	10,90	4	6,20	4	6,20	9	14,10	8	12,50	20	31,30	-	-	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	33	21,60	10	6,50	8	5,20	15	9,80	24	15,70	29	19,00	34	22,20	-	-	153
Assalariado Informal	8	25,80	9	29,10	6	19,40	1	3,20	5	16,10	1	3,20	1	3,20	-	-	31
Serviço Doméstico	1	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	162	22,70	98	13,70	54	7,60	88	12,30	121	17,10	93	13,00	97	13,60	-	-	713
Organizadores de Produção e Proprietários	17	23,90	-	-	2	2,80	5	7,00	14	19,70	10	14,10	23	32,50	-	-	71
Outros	-	-	3	8,80	1	2,90	2	5,90	10	29,40	8	23,50	10	29,40	-	-	34
TOTAL	179	21,90	101	12,30	57	7,00	95	11,60	145	17,70	111	13,60	130	15,90	-	-	818

TABELA A.7
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NO POSTO DE TRABALHO OU ATIVIDADE, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	TEMPO DE PERMANÊNCIA (anos)																
	NS/NR		0 - 0,5		0,5 - 1		1 - 2		2 - 5		5 - 10		10 ...		OUTROS		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Operários	12	15,60	13	16,90	7	9,10	11	14,30	24	31,20	9	11,70	1	1,20	-	-	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	39	18,60	25	11,90	17	8,10	29	13,80	45	21,40	29	13,80	26	12,40	-	-	210
Escritório	16	19,00	11	13,10	7	8,30	12	14,30	18	21,40	12	14,30	8	9,60	-	-	84
Serviços	13	16,00	14	17,30	8	10,00	12	14,80	20	24,70	10	12,30	4	4,90	-	-	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	51	17,77	38	13,24	24	8,36	40	13,93	69	24,04	38	13,24	27	9,40	-	-	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	1	33,30	-	-	2	66,70	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	4	25,00	3	18,80	-	-	1	6,20	1	6,20	3	18,80	4	25,00	-	-	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	55	18,00	41	13,40	24	7,80	42	13,70	70	22,90	43	14,10	31	10,10	-	-	306
Conta Própria com Estabelecimento	2	13,30	1	6,70	1	6,70	2	13,30	6	40,00	1	6,70	2	13,30	-	-	15
Conta Própria com Ponto Fixo	5	12,90	3	7,70	1	2,60	2	5,10	13	33,30	2	5,10	13	33,30	-	-	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	1	12,50	1	12,50	-	-	-	-	3	37,50	1	12,50	2	25,00	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	8	12,90	5	8,10	2	3,20	4	6,40	22	35,50	4	6,50	17	27,40	-	-	62
Assalariado Informal	5	22,70	5	22,70	1	4,60	2	9,10	3	13,60	1	4,60	5	22,70	-	-	22
Serviço Doméstico	13	20,30	14	21,90	8	12,50	12	18,80	8	12,50	3	4,60	6	9,40	-	-	64
TOTAL DE TRABALHADORES	81	17,80	65	14,30	35	7,70	60	13,20	103	22,70	51	11,20	59	13,00	-	-	454
Organizadores de Produção e Proprietários	3	33,30	-	-	-	-	-	-	-	-	2	22,20	4	44,50	-	-	9
Outros	2	10,00	3	15,00	3	15,00	5	25,00	2	10,00	1	5,00	4	20,00	-	-	20
TOTAL	86	17,80	68	14,10	38	7,90	65	13,50	105	21,70	54	11,20	67	13,80	-	-	483

TABELA A .8
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	COM VÍNCULO		SEM VÍNCULO		NS/NR		TOTAL Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	215	91,88	19	8,12	-	-	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	449	87,87	53	10,37	9	1,76	511
Escritório	183	94,82	9,00	4,66	1,00	0,52	193
Serviços	192	81,70	39	16,60	4	1,70	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	664	89,12	72	9,66	9	1,20	745
Controlador na Transformação Direta	21	95,45	-	-	1	4,55	22
Controlador fora da Transformação Direta	62	92,54	-	-	5	7,46	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	747	89,57	72	8,63	15	1,80	834
Conta Própria com Estabelecimento	72	85,72	6	7,14	6	7,14	84
Conta Própria com Ponto Fixo	19	32,20	35	59,32	5	8,47	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	31	43,06	40	55,55	1	1,39	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	122	56,74	81	37,67	12	5,80	215
Assalariado Informal	34	64,15	19	35,85	-	-	53
Serviço Doméstico	25	38,46	38	58,46	2	3,08	65
TOTAL DE TRABALHADORES	928	79,52	210	17,99	29	2,49	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	80
Outros	29	53,70	20	37,04	5	9,26	54
TOTAL	957	73,56	230	17,68	34	2,61	1.301

TABELA A.8
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	COM VÍNCULO		SEM VÍNCULO		NS/NR		TOTAL Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	145	92,36	12	7,64	-	-	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	266	88,37	31	10,30	4	1,33	301
Escritório	103	94,50	6,00	5,50	-	-	109
Serviços	129	83,76	22	14,28	3	1,94	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	411	89,73	43	9,38	4	0,87	458
Controlador na Transformação Direta	18	94,74	-	-	1	5,26	19
Controlador fora da Transformação Direta	47	92,16	-	-	4	7,84	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	476	90,15	43	8,14	9	1,70	528
Conta Própria com Estabelecimento	60	86,96	4	5,80	5	7,25	69
Conta Própria com Ponto Fixo	14	70,00	6	30,00	-	-	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	28	43,75	35	54,69	1	1,56	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	102	66,67	45	29,41	6	3,92	153
Assalariado Informal	19	61,29	12	38,71	-	-	31
Serviço Doméstico	1	100,00	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	598	83,87	100	0,14	15	2,10	713
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	71
Outros	17	50,00	14	14,18	3	8,82	34
TOTAL	615	75,18	114	13,94	18	2,20	818

TABELA A.8
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	COM VÍNCULO		SEM VÍNCULO		NS/NR		TOTAL Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	70	90,91	7	9,09	-	-	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	183	87,14	22	10,48	5	2,38	210
Escritório	80	95,24	3	3,57	1,00	1,19	1,84
Serviços	63	77,78	17	20,99	1	1,23	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	253	88,15	29	10,10	5	1,74	287
Controlador na Transformação Direta	3	100,00	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	15	93,75	-	-	1	6,25	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	271	88,56	29	9,48	6	1,96	306
Conta Própria com Estabelecimento	12	80,00	2	13,30	1	6,67	15
Conta Própria com Ponto Fixo	5	12,82	29	74,36	5	12,82	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	3	37,50	5	62,50	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	20	32,26	36	58,06	6	9,68	62
Assalariado Informal	15	68,18	7	31,82	-	-	22
Serviço Doméstico	24	37,50	38	59,38	2	3,13	64
TOTAL DE TRABALHADORES	330	72,69	110	24,23	14	3,08	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	9
Outros	12	60,00	6	30,00	2	10,00	20
TOTAL	342	70,81	116	24,02	16	3,31	483

TABELA A.9
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR SEXO E HORAS MÉDIAS TRABALHADAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	HORAS TRABALHADAS														TOTAL
	ATÉ 6 HORAS		6.1 - 8		8.1 - 10		10.1 - 12		+ DE 12		VARIÁVEL		NS/NR		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	1	0,43	93	39,74	90	38,40	30	12,82	17	7,27	2	0,85	1	0,43	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	75	14,68	251	49,12	116	22,70	36	7,04	17	3,33	13	2,54	3	0,59	511
Escritório	19	9,85	108	55,96	52	26,94	5	2,59	9	4,66	-	-	-	-	193
Serviços	42	17,87	95	40,43	58	24,68	25	10,64	15	6,38	-	-	-	-	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	76	10,20	344	46,17	206	27,65	66	8,85	34	4,56	15	2,01	4	0,53	745
Controlador na Transformação Direta	-	-	8	36,36	9	40,91	4	18,18	1	4,55	-	-	-	-	22
Controlador fora da Transformação Direta	3	4,48	36	53,73	21	31,35	5	7,46	1	1,49	1	1,49	-	-	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	79	9,47	388	46,52	236	28,30	75	8,99	36	4,32	16	1,92	4	0,48	834
Conta Própria com Estabelecimento	7	8,33	19	22,62	25	29,76	17	20,24	16	19,05	-	-	-	-	84
Conta Própria com Ponto Fixo	18	30,51	16	27,12	8	13,56	3	5,08	4	6,78	8	13,56	2	3,39	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	14	19,44	18	25,00	21	29,17	6	8,33	3	4,17	9	12,50	1	1,39	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	39	18,14	53	24,65	54	25,12	26	12,09	23	10,70	17	7,91	3	1,39	215
Assalariado Informal	5	9,43	25	47,17	14	26,42	5	9,43	-	-	4	7,55	-	-	53
Serviço Doméstico	8	12,31	20	30,77	17	26,15	8	12,31	6	9,23	6	9,23	-	-	65
TOTAL DE TRABALHADORES	131	11,12	486	41,65	321	27,51	114	9,77	65	5,57	43	3,68	7	0,60	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	1	1,25	30	37,50	30	37,50	11	13,75	6	7,50	2	2,50	-	-	80
Outros	14	25,93	21	38,89	6	11,11	2,00	3,70	5,00	9,26	1	1,85	5	9,26	54
TOTAL	146	11,22	537	41,28	357	27,44	127	9,76	76	5,84	46	3,54	12	0,92	1.301

TABELA A.9
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	HORAS TRABALHADAS														TOTAL
	ATÉ 6 HORAS		6.1 - 8		8.1 - 10		10.1 - 12		+ DE 12		VARIÁVEL		NS/NR		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	-	-	55	35,03	70	44,58	20	12,74	10	6,37	1	0,64	1	0,64	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	24	7,97	153	50,83	72	23,93	26	8,64	15	4,98	10	3,32	1	0,33	301
Escritório	10	9,17	64	58,72	27	24,77	2	1,84	6	5,50	-	-	-	-	109
Serviços	9	5,84	70	45,46	43	27,92	19	12,34	13	8,44	-	-	-	-	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	24	5,24	208	45,41	142	31,00	46	10,04	25	5,45	11	2,40	2	0,43	458
Controlador na Transformação Direta	-	-	7	36,84	8	42,10	3	15,79	1	5,26	-	-	-	-	19
Controlador fora da Transformação Direta	1	1,96	26	50,98	17	33,33	5	9,80	1	1,96	1	1,96	-	-	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	25	4,73	241	45,64	167	31,63	54	10,23	27	5,11	12	2,27	2	0,38	528
Conta Própria com Estabelecimento	4	5,80	16	23,19	21	30,43	15	21,74	13	18,84	-	-	-	-	69
Conta Própria com Ponto Fixo	2	10,00	10	50,00	2	10,00	1	5,00	3	15,00	2	10,00	-	-	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	12	18,75	18	28,13	18	28,13	6	9,38	3	4,69	6	9,38	1	1,56	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	18	11,76	44	28,76	41	26,80	22	14,38	19	12,42	8	5,23	1	0,65	153
Assalariado Informal	3	9,68	15	48,39	7	22,58	3	9,68	-	-	3	9,68	-	-	31
Serviço Doméstico	-	-	1	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	46	6,45	301	42,22	215	30,15	79	11,08	46	6,45	23	3,23	3	0,42	713
Organizadores de Produção e Proprietários	1	1,41	26	36,62	26	36,62	10	14,08	6	8,45	2	2,82	-	-	71
Outros	5	14,71	16	47,06	4	11,76	1	1,41	4	11,76	-	-	4	11,76	34
TOTAL	52	6,36	343	41,93	245	29,95	90	11,00	56	6,85	25	3,06	7	0,86	818

TABELA A.9
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR SEXO E HORAS MÉDIAS TRABALHADAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	HORAS TRABALHADAS														
	ATÉ 6 HORAS		6.1 - 8		8.1 - 10		10.1 - 12		+ DE 12		VARIÁVEL		NS/NR		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Operários	1	1,30	38	49,35	20	25,97	10	12,99	7	9,09	1	1,30	-	-	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	51	24,29	98	46,67	44	20,99	10	4,76	2	0,95	3	1,43	2	0,95	210
Escritório	9	10,51	44	52,38	25	29,76	3	3,57	3	3,57	-	-	-	-	84
Serviços	33	40,74	25	30,86	15	18,52	6	7,41	2	2,47	-	-	-	-	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	52	18,11	136	47,38	64	22,29	20	6,96	9	3,13	4	1,39	2	0,69	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	2	12,50	10	62,50	4	25,00	-	-	-	-	-	-	-	-	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	54	17,65	147	48,04	69	22,55	21	6,86	9	2,94	4	1,31	2	0,65	306
Conta Própria com Estabelecimento	3	20,00	3	20,00	4	26,67	2	13,33	3	20,00	-	-	-	-	15
Conta Própria com Ponto Fixo	16	41,03	6	15,38	6	15,38	2	5,13	1	2,56	6	15,38	2	5,13	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	2	25,00	-	-	3	37,50	-	-	-	-	3	37,50	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	21	33,87	9	14,52	13	20,97	4	6,45	4	6,45	9	14,52	2	3,23	62
Assalariado Informal	2	9,09	10	45,45	7	31,82	2	9,09	-	-	1	4,55	-	-	22
Serviço Doméstico	8	12,50	19	29,69	17	26,56	8	12,50	6	9,38	6	9,38	-	-	64
TOTAL DE TRABALHADORES	85	18,72	185	40,75	106	23,35	35	7,71	19	4,19	20	4,41	4	0,88	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	4	44,44	4	44,44	1	11,11	-	-	-	-	-	-	9
Outros	9	45,00	5	25,00	2	10,00	1	5,00	1	5,00	1	5,00	1	5,00	20
TOTAL	94	19,46	194	40,17	112	23,19	37	7,66	20	4,14	21	4,35	5	1,04	483

TABELA A.10
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	HORAS TRABALHADAS POR DIA				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	GRAU DE ASSIMETRIA
Operários	9,342	8,995	8,000	1,818	1,458
Assalariados Fora da Transformação Direta	8,239	8,005	8,000	2,048	0,321
Escritório	8,257	8,017	8,000	1,422	0,939
Serviços	8,345	8,019	8,000	2,399	0,066
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	8,590	8,009	8,000	2,043	0,481
Controlador na Transformação Direta	9,377	9,000	8,000	1,535	1,009
Controlador fora da Transformação Direta	8,552	8,064	8,000	1,428	0,745
TOTAL DE ASSALARIADOS	8,608	8,010	8,000	1,990	0,486
Conta Própria com Estabelecimento	10,162	9,973	8,000	2,658	0,281
Conta Própria com Ponto Fixo	7,520	7,885	8,000	3,351	0,331
Conta Própria sem Ponto Fixo	8,430	8,073	8,000	2,543	0,010
TOTAL CONTA PRÓPRIA	8,947	8,923	8,000	3,012	0,044
Assalariado Informal	8,385	8,043	8,000	1,673	-0,161
Serviço Doméstico	9,169	8,857	8,000	2,665	0,020
TOTAL DE TRABALHADORES	8,687	8,011	8,000	2,233	0,356
Organizadores de Produção e Proprietários	9,505	9,161	8,000	1,878	0,570
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	7,858	7,951	8,000	2,883	0,858

TABELA A.10
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO POR HORAS TRABALHADAS POR DIA, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	HORAS TRABALHADAS POR DIA				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	GRAU DE ASSIMETRIA
Operários	9,411	9,002	8,000	1,757	1,783
Assalariados Fora da Transformação Direta	8,641	8,008	8,000	1,937	0,876
Escritório	8,190	8,014	8,000	1,385	0,857
Serviços	8,981	8,030	8,000	2,014	0,806
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	8,909	8,013	8,000	1,910	1,024
Controlador na Transformação Direta	9,332	9,000	8,000	1,500	1,100
Controlador fora da Transformação Direta	8,796	8,083	8,000	1,410	1,346
TOTAL DE ASSALARIADOS	8,914	8,013	8,000	1,853	1,041
Conta Própria com Estabelecimento	10,290	10,036	8,000	2,498	0,441
Conta Própria com Ponto Fixo	8,972	8,083	8,000	3,201	0,803
Conta Própria sem Ponto Fixo	8,564	8,068	8,000	2,470	0,141
TOTAL CONTA PRÓPRIA	9,442	9,014	8,000	2,694	0,327
Assalariado Informal	8,468	8,086	8,000	1,566	0,582
Serviço Doméstico	8,000	8,000	8,000	-	-
TOTAL DE TRABALHADORES	9,005	8,014	8,000	2,058	0,859
Organizadores de Produção e Proprietários	9,579	9,184	8,000	1,941	0,521
Outros	8,522	8,024	8,000	2,737	1,309
TOTAL	9,037	8,014	8,000	2,084	0,834

TABELA A.10
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO POR HORAS TRABALHADAS POR DIA, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	HORAS TRABALHADAS POR DIA				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	GRAU DE ASSIMETRIA
Operários	9,203	8,034	8,000	1,941	1,027
Assalariados Fora da Transformação Direta	7,669	7,998	8,000	2,070	-0,148
Escritório	8,343	8,021	8,000	1,473	1,030
Serviços	7,122	7,965	8,000	2,610	0,085
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	8,084	8,009	8,000	2,144	0,086
Controlador na Transformação Direta	9,667	9,000	8,000	2,082	1,293
Controlador fora da Transformação Direta	7,788	8,011	8,000	1,232	-2,181
TOTAL DE ASSALARIADOS	8,084	8,009	8,000	2,107	0,080
Conta Própria com Estabelecimento	9,571	9,104	8,000	3,335	0,198
Conta Própria com Ponto Fixo	6,677	6,375	10,000	3,187	0,169
Conta Própria sem Ponto Fixo	6,900	8,667	3,000	3,166	-0,541
TOTAL CONTA PRÓPRIA	7,550	7,976	10,000	3,428	0,192
Assalariado Informal	8,274	8,167	8,000	1,841	-0,750
Serviço Doméstico	9,190	8,893	8,000	2,683	-0,002
TOTAL DE TRABALHADORES	8,179	8,006	8,000	2,402	0,056
Organizadores de Produção e Proprietários	8,944	9,000	8,000	1,236	-0,220
Outros	6,750	6,250	4,000	2,850	0,690
TOTAL	8,138	8,005	8,000	2,419	0,045

TABELA A .11
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	SALÁRIOS MÍNIMOS																NS/NR	TOTAL Nº	
	0 - 1		1 - 2		2 - 3		3 - 5		5 - 7		7 - 10		10 - 15		15 e +				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Operários	13	5,56	104	44,44	56	23,93	33	14,10	20	8,56	2	0,85	2	0,85	1	0,43	3	1,28	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	21	4,11	113	22,11	112	21,92	115	22,50	64	12,52	23	4,50	28	5,48	24	4,70	11	2,15	511
Escritório	7	3,63	41	21,24	36	18,65	46	23,83	25	12,95	13	6,74	12	6,22	9	4,66	4	2,07	193
Serviços	10	4,26	60	25,53	57	24,26	52	22,13	26	11,06	7	2,98	9	3,83	9	3,83	5	2,13	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	34	4,56	217	29,12	168	22,55	148	19,86	84	11,27	25	3,35	30	4,02	25	3,35	14	1,87	745
Controlador na Transformação Direta	-	-	1	4,55	2	9,09	5	22,73	4	18,18	4	18,18	3	13,64	3	13,64	-	-	22
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	2	2,99	4	5,97	11	16,42	15	22,39	7	10,45	8	11,94	16	23,88	4	5,97	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	34	4,08	220	26,04	174	20,86	164	19,66	103	12,35	36	4,32	41	4,92	44	5,28	18	2,16	834
Conta Própria com Estabelecimento	3	3,57	2	2,38	8	9,52	12	14,29	19	22,62	9	10,71	14	16,67	9	10,71	8	9,52	84
Conta Própria com Ponto Fixo	14	23,73	14	23,73	9	15,25	8	13,56	6	10,17	2	3,39	2	3,39	1	1,69	3	5,08	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	6	8,33	16	22,22	11	15,28	15	20,83	12	16,67	1	13,89	8	11,11	2	2,78	1	1,39	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	23	10,70	32	14,88	28	13,02	35	16,28	37	17,21	112	5,58	24	11,16	12	5,58	12	5,58	215
Assalariado Informal	10	18,87	22	33,85	9	16,98	6	11,32	4	7,55	-	-	-	-	2	3,77	-	-	53
Serviço Doméstico	20	30,77	37	56,92	7	10,77	-	-	1	1,54	-	-	-	-	-	-	-	-	65
TOTAL DE TRABALHADORES	87	7,46	311	26,65	218	18,68	205	17,57	145	12,43	48	4,11	65	5,57	58	4,97	30	2,57	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	4	5,00	11	13,75	8	10,00	15	18,75	35	43,75	7	8,75	80
Outros	5	9,26	9	16,67	2	3,70	8	14,81	6	11,11	2	3,70	1	1,85	2	3,70	19	35,19	54
TOTAL	92	7,07	320	24,60	220	16,91	217	16,68	162	12,45	58	4,46	81	6,23	95	7,30	56	4,30	1.301

TABELA A .11
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO E RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	SALÁRIOS MÍNIMOS																TOTAL Nº		
	0 - 1		1 - 2		2 - 3		3 - 5		5 - 7		7 - 10		10 - 15		15 e +			NS/NR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Operários	5	3,18	55	35,03	40	25,48	31	19,75	20	12,74	2	1,27	2	1,27	-	-	2	1,27	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	13	4,32	59	19,60	57	18,94	63	20,93	42	13,95	14	4,65	21	6,98	23	7,64	9	2,99	301
Escritório	5	4,59	27	24,77	13	11,93	16	14,68	16	14,68	10	9,17	10	9,17	9	8,26	3	2,75	109
Serviços	6	3,90	26	16,88	38	24,68	41	26,62	19	12,34	4	2,60	8	5,19	8	5,19	4	2,60	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	18	3,93	114	24,89	97	21,17	94	20,52	62	13,53	16	3,49	23	5,02	23	5,02	11	2,40	458
Controlador na Transformação Direta	-	-	1	5,26	1	5,26	3	15,79	4	21,05	4	21,05	3	15,79	3	15,79	-	-	19
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	1	1,96	2	3,92	6	11,76	12	25,53	5	9,80	5	9,80	16	31,37	4	7,84	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	18	3,41	116	21,97	100	18,94	103	19,51	78	14,77	25	4,73	31	5,87	42	7,95	15	2,84	528
Conta Própria com Estabelecimento	3	4,35	1	1,45	7	10,14	7	10,14	17	24,64	7	10,14	13	18,84	8	11,59	6	8,70	69
Conta Própria com Ponto Fixo	1	5,00	2	10,00	3	15,00	4	20,00	3	15,00	2	10,00	2	10,00	1	5,00	2	10,00	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	6	9,38	14	21,88	9	14,06	15	23,44	10	15,63	-	-	8	12,50	1	1,56	1	1,56	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	10	6,54	17	11,11	19	12,42	26	16,99	30	19,61	9	5,88	23	15,03	10	6,54	9	5,88	153
Assalariado Informal	6	19,35	14	45,16	4	12,90	4	12,90	1	3,23	-	-	-	-	2	6,45	-	-	31
Serviço Doméstico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	34	4,77	147	20,62	123	17,25	133	18,65	110	15,43	34	4,77	54	7,57	54	7,57	24	3,37	713
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	4	5,63	10	14,08	6	8,45	14	19,72	32	45,07	5	7,04	71
Outros	2	5,88	5	14,71	1	2,94	5	14,71	6	17,65	1	2,94	1	2,94	2	5,88	11	32,35	34
TOTAL	36	4,40	152	18,58	124	15,16	142	17,36	126	15,04	41	5,01	69	8,44	88	10,76	40	4,89	818

TABELA A .11
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	SALÁRIOS MÍNIMOS																TOTAL Nº		
	0 - 1		1 - 2		2 - 3		3 - 5		5 - 7		7 - 10		10 - 15		15 e +			NS/NR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Operários	8	10,39	49	63,64	16	20,78	2	2,60	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,60	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	8	3,81	54	25,71	55	26,19	52	24,76	22	10,48	9	9,05	7	3,33	1	0,48	2	0,95	210
Escritório	2	2,38	14	16,67	23	27,38	30	35,71	9	10,71	3	3,57	2	2,38	-	-	1	1,19	84
Serviços	4	4,94	34	41,98	19	23,46	11	13,58	7	8,64	3	3,70	1	1,23	1	1,23	1	1,23	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	16	5,57	103	35,88	71	24,79	54	18,81	22	7,66	9	3,13	7	2,43	1	0,34	4	1,39	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	1	33,33	2	66,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	1	6,25	2	12,50	5	31,25	3	18,75	2	12,50	3	18,75	-	-	-	-	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	16	5,23	104	33,99	74	24,18	61	19,93	25	8,17	11	3,59	10	3,27	1	0,33	4	1,31	306
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	1	6,67	1	6,67	5	33,33	2	13,33	2	13,33	1	6,67	1	6,67	2	13,33	15
Conta Própria com Ponto Fixo	13	33,33	12	30,77	6	15,38	4	10,26	3	7,69	-	-	-	-	-	-	1	2,56	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	-	-	2	25,00	2	25,00	-	-	2	25,00	1	12,50	-	-	1	12,50	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	13	20,97	15	24,19	9	14,52	9	14,52	7	11,29	3	4,84	1	1,61	2	3,23	3	4,84	62
Assalariado Informal	4	18,18	8	36,36	5	22,73	2	9,09	3	13,64	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Serviço Doméstico	20	31,25	37	57,81	7	10,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64
TOTAL DE TRABALHADORES	53	11,67	164	36,12	95	20,93	72	15,86	35	7,71	14	3,08	11	2,42	3	0,66	7	1,54	54
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11,71	2	22,22	1	11,71	3	33,33	2	22,22	9
Outros	3	15,00	4	20,00	1	5,00	3	15,00	-	-	1	5,00	-	-	-	-	8	40,00	20
TOTAL	56	11,59	168	34,78	96	19,88	75	15,53	36	7,45	17	3,52	12	2,48	6	1,24	17	3,52	483

Tabela A.12
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO PARA RENDA, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	RENDA (em CR\$ 1.000,00)				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	GRAU DE ASSIMETRIA
Operários	7,427	5,700	5,000	4,878	2,046
Assalariados Fora da Transformação Direta	13,531	8,938	8,000	14,915	3,289
Escritório	13,993	9,501	8,000	13,892	2,999
Serviços	12,022	7,998	6,000	13,889	3,876
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	11,600	7,997	8,000	12,945	3,823
Controlador na Transformação Direta	21,717	19,985	10,000	14,995	1,311
Controlador fora da Transformação Direta	29,947	20,033	15,000	25,957	2,219
TOTAL DE ASSALARIADOS	13,267	8,000	8,000	15,245	3,579
Conta Própria com Estabelecimento	28,000	20,083	20,000	25,815	2,455
Conta Própria com Ponto Fixo	8,557	5,550	10,000	9,051	2,280
Conta Própria sem Ponto Fixo	11,385	9,050	6,000	9,370	1,409
TOTAL CONTA PRÓPRIA	16,653	10,047	10,000	19,252	3,289
Assalariado Informal	7,461	4,225	3,000	9,498	3,678
Serviço Doméstico	3,793	3,480	3,000	2,413	3,271
TOTAL DE TRABALHADORES	13,044	7,999	5,000	15,661	3,650
Organizadores de Produção e Proprietários	55,756	40,250	20,000	41,247	1,153
Outros	12,075	10,075	3,000	10,696	1,788
TOTAL	15,523	8,000	5,000	20,657	3,568

Tabela A.12
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO PARA RENDA, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	RENDA (em CR\$ 1.000,00)				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	GRAU DE ASSIMETRIA
Operários	8,700	7,000	5,000	5,392	1,645
Assalariados Fora da Transformação Direta	16,112	9,999	8,000	18,160	2,687
Escritório	18,838	10,998	20,000	17,260	2,318
Serviços	14,050	9,001	6,000	16,177	3,377
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	13,536	8,002	5,000	15,410	3,291
Controlador na Transformação Direta	23,781	20,030	20,000	15,260	1,137
Controlador fora da Transformação Direta	34,277	22,100	15,000	28,330	1,940
TOTAL DE ASSALARIADOS	15,768	9,645	5,000	17,998	3,040
Conta Própria com Estabelecimento	30,135	20,181	20,000	27,610	2,265
Conta Própria com Ponto Fixo	15,694	12,500	7,000	12,207	1,239
Conta Própria sem Ponto Fixo	11,372	9,100	6,000	9,514	1,473
TOTAL CONTA PRÓPRIA	19,896	14,925	30,000	21,413	2,987
Assalariado Informal	7,899	4,100	3,000	11,684	3,287
Serviço Doméstico	18,000	18,000	18,000	-	-
TOTAL DE TRABALHADORES	16,256	9,999	15,000	18,645	4,062
Organizadores de Produção e Proprietários	57,730	40,375	20,000	40,105	1,002
Outros	14,484	12,000	3,000	11,700	1,586
TOTAL	19,553	11,000	20,000	23,832	2,838

TABELA A.12
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: MEDIDAS DE POSIÇÃO PARA RENDA, POR SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	RENDA (em CR\$ 1.000,00)				
	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO PADRÃO	GRAU DE ASSIMETRIA
Operários	4,799	4,500	5,000	1,658	0,884
Assalariados Fora da Transformação Direta	9,886	8,000	8,000	6,995	1,887
Escritório	10,351	8,999	8,000	6,061	1,884
Serviços	8,171	5,995	4,000	6,406	2,405
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	8,528	6,300	8,000	6,452	2,221
Controlador na Transformação Direta	9,333	9,600	8,400	832,000	-1,293
Controlador fora da Transformação Direta	17,497	14,650	15,000	10,456	0,748
TOTAL DE ASSALARIADOS	9,015	6,996	8,000	6,967	2,106
Conta Própria com Estabelecimento	18,307	12,625	10,000	11,591	1,204
Conta Própria com Ponto Fixo	5,176	4,106	2,000	4,098	1,071
Conta Própria sem Ponto Fixo	11,500	8,000	3,000	8,645	0,621
TOTAL CONTA PRÓPRIA	8,882	6,050	10,000	8,792	1,994
Assalariado Informal	6,815	5,000	3,000	4,951	1,351
Serviço Doméstico	3,571	3,470	3,000	1,632	0,369
TOTAL DE TRABALHADORES	8,106	5,997	8,000	6,928	2,249
Organizadores de Produção e Proprietários	56,000	35,000	25,000	54,546	2,257
Outros	7,475	4,120	4,000	6,743	1,951
TOTAL	8,819	5,999	8,000	10,969	8,467

TABELA A.13
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO SEGUNDO SEXO E NÍVEIS DE RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)

CATEGORIAS	HOMENS (%)			MULHERES (%)			TOTAL (%)		
	MENOS DE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	MENOS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	MENOS DE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	MENOS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	MENOS DE 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS
Operários	38,20	63,70	15,28	74,00	94,80	-	50,00	73,90	10,69
Assalariados Fora da Transformação Direta	23,90	42,90	35,22	29,50	55,70	23,34	26,20	48,10	27,20
Escritório	29,40	41,30	41,28	19,00	46,40	16,66	24,90	43,50	30,57
Serviços	20,80	45,40	25,32	46,90	70,40	14,80	29,80	54,00	21,70
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controlador na Transformação Direta	5,30	10,50	73,68	-	33,30	-	4,50	13,60	63,64
Controlador fora da Transformação Direta	2,00	5,90	76,50	6,20	18,70	50,00	3,00	9,00	68,66
TOTAL DE ASSALARIADOS	25,40	44,32	33,32	39,20	63,40	15,36	30,50	51,30	26,87
Conta Própria com Estabelecimento	5,80	15,90	65,21	6,70	13,30	40,00	5,90	15,50	60,71
Conta Própria com Ponto Fixo	15,00	30,00	40,00	64,10	79,50	7,69	47,50	62,70	18,64
Conta Própria sem Ponto Fixo	31,00	45,30	29,69	25,00	50,00	50,00	30,60	45,80	44,45
TOTAL CONTA PRÓPRIA	17,00	30,10	47,06	45,20	69,70	20,97	25,60	38,60	39,53
Assalariado Informal	64,50	77,40	9,68	54,30	77,30	13,64	62,30	77,40	11,32
Serviço Doméstico	-	-	100,00	89,10	100,00	-	87,70	98,50	1,54
TOTAL DE TRABALHADORES	25,40	42,60	35,34	47,80	68,70	13,87	34,10	52,80	27,08
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	87,32	-	-	77,77	-	-	86,25
Outros	20,60	23,50	29,41	35,00	40,00	5,00	25,90	29,60	20,36
TOTAL	23,00	38,10	39,25	46,40	66,20	14,69	31,70	48,60	30,44

TABELA A.14
RENDA INDIVIDUAL: MEDIDAS DE POSIÇÃO POR DECIL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)

	Nº DE INDIVÍDUOS	RENDA MÉDIA	RENDA MÉDIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS	RENDA MEDIANA CR\$	RENDA MEDIANA EM SALÁRIOS MÍNIMOS	DESVIO PADRÃO	Δ % ENTRE DECIS	RENDA MEDIANA CR\$
NS/NR	56	-	-	-	-	-	-	-
1	124	2.221,00	0,76	2.500,00	0,90	802,00	63	0,36
2	124	3.634,00	1,20	3.600,00	1,20	378,00	30	0,10
3	124	4.739,00	1,60	5.000,00	1,70	301,00	25	0,66
4	124	5.942,00	2,00	6.000,00	2,00	376,00	28	0,06
5	124	7.606,00	2,60	7.800,00	2,70	438,00	26	0,06
6	124	9.554,00	3,30	10.000,00	3,40	676,00	33	0,07
7	124	12.698,00	4,30	12.000,00	4,10	1.292,00	37	0,10
8	124	17.333,00	5,90	17.000,00	5,80	2.062,00	51	0,11
9	124	26.166,00	8,90	25.000,00	8,50	4.466,00	188	0,17
10	129	75.389,00	25,80	54.000,00	18,40	86.750,00	-	1,15

TABELA A .15
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR DECIS DE RENDA INDIVIDUAL E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
TOTAL

CATEGORIAS	SALÁRIOS MÍNIMOS																				TOTAL		
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10			NS/NR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%
Operários	14	6,00	32	7,13	50	21,40	45	19,20	29	12,40	25	10,70	14	6,00	16	6,80	5	2,10	1	0,10	3	1,60	234
Assalariados Fora da Transformação Direta	32	6,30	43	8,40	44	8,60	56	11,00	63	12,30	63	12,30	70	13,70	47	9,20	47	9,20	35	6,80	11	2,20	511
Escritório	10	5,20	15	7,80	16	3,80	21	10,90	19	9,80	25	13,00	28	14,50	18	9,30	25	12,90	12	6,20	4	2,10	193
Serviços	17	7,20	25	10,60	22	9,40	26	11,10	33	14,00	27	11,50	32	13,60	20	8,50	15	6,40	13	5,50	5	2,20	235
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	46	6,17	75	10,06	94	12,61	101	13,55	92	12,34	88	11,81	84	11,27	63	8,45	52	6,97	36	4,83	14	1,87	745
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	1	4,50	-	-	1	4,50	4	18,20	2	9,10	3	13,60	7	31,80	4	18,30	-	-	22
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	2	3,00	-	1,00	1,5	3,00	3	4,50	4	6,00	9	13,40	13	19,40	10	15,30	21	31,30	4	5,60	67
TOTAL DE ASSALARIADOS	46	5,50	77	9,20	95	11,40	102	12,20	96	11,50	96	11,50	95	11,40	79	9,50	69	8,30	61	7,30	18	2,20	834
Conta Própria com Estabelecimento	3	3,60	1	1,20	1	1,20	-	-	8	9,50	7	8,30	7	8,30	15	17,90	19	22,60	15	17,90	8	9,50	84
Conta Própria com Ponto Fixo	16	27,00	6	10,20	5	8,50	3	5,10	7	11,80	6	10,20	2	3,40	5	8,50	4	6,80	2	3,40	3	5,10	59
Conta Própria sem Ponto Fixo	10	12,90	6	8,30	5	6,90	10	13,90	2	2,80	7	9,70	9	12,50	10	13,90	8	11,10	4	5,60	1	1,40	72
TOTAL CONTA PRÓPRIA	29	13,50	13	6,00	11	5,10	13	6,00	17	7,90	20	9,30	18	8,40	30	14,00	31	14,40	21	9,80	12	5,60	215
Assalariado Informal	18	34,00	8	15,10	6	11,40	4	7,50	5	9,40	4	7,50	2	3,70	3	5,70	1	1,90	2	3,80	-	-	53
Serviço Doméstico	24	36,90	20	30,80	11	16,90	5	7,70	4	6,20	-	-	-	-	1	1,50	-	-	-	-	-	-	65
TOTAL DE TRABALHADORES	117	10,00	118	10,10	123	10,40	124	10,60	122	10,50	120	10,30	115	9,90	113	9,70	101	8,70	84	7,20	30	2,60	1.167
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,50	2	2,50	6	7,50	21	26,30	42	52,50	7	8,70	80
Outros	7	12,90	6	11,10	1	1,90	-	-	2	3,70	2	3,70	7	13,90	5	9,30	2	3,70	3	5,60	19	35,10	54
TOTAL	124	9,50	124	9,50	124	9,50	124	9,50	124	9,50	124	9,50	124	9,50	124	9,50	124	9,50	129	10,00	56	4,50	1.301

TABELA A .15
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR DECIS DE RENDA INDIVIDUAL E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
HOMENS

CATEGORIAS	SALÁRIOS MÍNIMOS																				TOTAL		
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10			NS/NR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	
Operários	5	3,18	14	8,91	28	17,84	26	16,57	25	15,93	22	14,02	14	8,91	16	10,20	5	3,18	1	0,63	1	0,63	157
Assalariados Fora da Transformação Direta	21	6,97	20	6,64	25	3,30	30	19,96	32	10,64	27	8,97	43	14,29	31	10,30	31	10,30	32	10,64	9	2,99	301
Escritório	7	6,42	10	9,17	11	10,10	11	10,10	6	5,50	8	7,33	10	9,17	11	10,10	20	18,35	12	11,01	3	2,75	109
Serviços	11	7,15	9	5,84	11	7,15	17	11,04	21	13,64	17	11,04	27	17,53	16	10,38	10	6,49	11	7,15	4	2,59	154
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	26	5,67	34	7,42	53	11,57	56	12,22	57	12,44	49	10,69	57	12,44	47	10,26	36	7,86	33	7,20	10	2,18	458
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	1	5,26	-	-	1	5,26	1	5,26	2	10,52	3	15,79	7	36,85	4	21,06	-	-	19
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	1	1,96	-	-	1	1,96	1	1,96	2	3,92	5	9,80	11	21,57	7	13,73	19	37,26	4	7,84	51
TOTAL DE ASSALARIADOS	26	4,92	35	6,62	54	10,23	57	10,80	59	11,18	52	9,85	64	12,12	61	11,56	50	9,46	56	10,61	14	2,65	528
Conta Própria com Estabelecimento	3	4,35	1	1,45	-	-	-	-	7	10,14	5	7,25	4	5,80	14	20,29	15	21,74	14	20,29	6	8,69	69
Conta Própria com Ponto Fixo	1	5,00	1	5,00	1	5,00	1	5,00	2	10,00	2	10,00	2	10,00	2	10,00	4	20,00	2	10,00	2	10,00	20
Conta Própria sem Ponto Fixo	8	12,50	6	9,38	5	7,81	9	14,06	1	1,56	7	10,94	9	14,06	9	14,06	6	9,38	3	4,69	1	1,56	64
TOTAL CONTA PRÓPRIA	12	7,84	8	5,23	6	3,92	10	6,54	10	6,54	14	9,15	15	9,80	25	16,34	25	16,34	19	12,42	9	5,88	153
Assalariado Informal	11	35,48	5	16,13	4	12,90	3	9,68	1	3,23	3	9,67	1	3,23	1	3,23	-	-	2	6,45	-	-	31
Serviço Doméstico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,00	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL DE TRABALHADORES	49	6,87	48	6,73	64	8,98	70	9,82	70	9,82	69	9,68	80	11,22	88	12,34	75	10,52	77	10,79	23	3,23	713
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,82	2	2,82	6	8,45	18	25,35	38	53,52	5	7,04	71
Outros	3	8,82	3	8,82	1	2,94	-	-	1	2,94	-	-	6	17,65	5	14,71	1	2,94	3	8,82	11	32,36	34
TOTAL	52	6,36	51	6,23	65	7,95	70	8,56	71	8,68	71	8,68	88	10,75	99	12,10	94	11,49	118	14,43	39	4,77	818

TABELA A .15
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO POR DECIS DE RENDA INDIVIDUAL E SEXO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(1980)
MULHERES

CATEGORIAS	SALÁRIOS MÍNIMOS																				TOTAL Nº		
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10			NS/NR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%
Operários	9	11,69	18	23,38	22	28,57	19	24,68	4	5,19	3	3,90	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00	2,59	77
Assalariados Fora da Transformação Direta	11	5,24	23	10,95	19	9,05	26	12,38	31	14,76	36	17,14	27	12,86	16	7,62	16	7,62	3,00	1,43	2,00	0,95	210
Escritório	3	3,57	5	5,95	5	5,95	10	11,90	13	15,48	17	20,25	18,00	21,43	7,00	8,33	5,00	5,95	-	-	1,00	1,19	84
Serviços	6	7,41	16	19,75	11	13,58	9	11,11	12	14,82	10	12,35	5	6,17	4	4,94	5	6,17	2,00	2,47	1,00	1,23	81
Total de Assalariados sem Posto de Chefia	20	6,96	41	14,28	41	14,28	45	15,67	35	12,19	39	13,58	27	9,40	16	5,57	16	5,57	3,00	1,04	4,00	1,39	287
Controlador na Transformação Direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Controlador fora da Transformação Direta	-	-	1	6,25	-	-	-	-	2	12,50	2	12,50	4	25,00	2	12,50	3	18,75	2,00	12,50	-	-	16
TOTAL DE ASSALARIADOS	20	6,54	42	13,73	41	13,40	45	14,71	37	12,09	44	14,37	31	10,13	18	5,88	19	6,21	5,00	1,63	4,00	1,31	306
Conta Própria com Estabelecimento	-	-	-	-	1	6,67	-	-	1	6,67	2	13,33	3	20,00	1	6,67	4	26,66	1,00	6,67	2,00	13,33	15
Conta Própria com Ponto Fixo	15	38,46	5	12,82	4	10,26	2	5,13	5	12,82	4	10,26	-	-	3	7,69	-	-	-	-	1,00	2,56	39
Conta Própria sem Ponto Fixo	2	25,00	-	-	-	-	1	12,50	1	12,50	-	-	-	-	1	12,50	2	25,00	1,00	12,50	-	-	8
TOTAL CONTA PRÓPRIA	17	27,41	5	8,06	5	8,06	3	4,84	7	11,30	6	9,68	3	4,84	5	8,06	6	9,68	2,00	3,23	3,00	4,84	62
Assalariado Informal	7	31,83	3	13,64	2	9,09	1	4,54	4	18,19	1	4,54	1	4,54	2	9,09	1	4,54	-	-	-	-	22
Serviço Doméstico	24	37,50	20	31,25	11	17,19	5	7,81	4	6,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64
TOTAL DE TRABALHADORES	68	14,99	70	15,42	59	13,00	54	11,89	52	11,45	51	11,23	35	7,71	25	5,51	26	5,72	7,00	1,54	7,00	1,54	454
Organizadores de Produção e Proprietários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,33	4,00	0,45	2,00	0,22	9
Outros	4	20,00	3	15,00	-	-	-	-	1	5,00	2	10,00	1	5,00	-	-	1	5,00	-	-	8,00	40,00	20
TOTAL	72	14,91	73	15,11	59	12,22	54	11,18	53	10,97	53	10,97	36	7,45	25	5,18	30	6,21	11,00	2,28	17,00	3,52	483